



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

LEI Nº 7.405, DE 23 DE AGOSTO DE 2012.

ANEXO I – METAS E PRIORIDADES

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO
EXERCÍCIO: 2013

PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO	PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
0204 - ACESSO A EDUCAÇÃO E AO MERCADO DE TRABALHO		
AMPLIAR OS ÍNDICES DE COBERTURA E DA QUALIDADE DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, NAS MODALIDADES PRESENCIAL E À DISTÂNCIA.		
40360000 - EXPANSÃO E MELHORIA DA OFERTA DO ENSINO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	ESCOLA BENEFICIADA/Und	14
40430000 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS E ADULTOS	PESSOA CAPACITADA/Und	25.833
0207 - ACESSO AOS SERVIÇOS SÓCIOASSISTENCIAIS		
ASSEGURAR A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL E A AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS SÓCIOASSISTENCIAIS.		
11390000 - ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	MUNICÍPIO ATENDIDO/Und	25
12070000 - IMPLANTAÇÃO E FORTALECIMENTO DA REDE PÚBLICA DE SERVIÇOS SÓCIOASSISTENCIAIS - CRAS E CREAS	UNIDADE IMPLANTADA/Und	13
40060000 - ACESSO DA POPULAÇÃO AOS PROGRAMAS SOCIAIS	FAMÍLIA ATENDIDA/Und	51.200
0225 - COMBATE À CRIMINALIDADE		
REDUZIR SISTEMATICAMENTE O NÚMERO DE OCORRÊNCIAS RELACIONADAS COM A CRIMINALIDADE		
11020000 - CONSTRUÇÃO DO DEPARTAMENTO DE HOMICÍDIOS E PROTEÇÃO À PESSOAS	OBRA RELIZADA/%	40
11120000 - CONSTRUÇÃO E APARELHAMENTO DAS BASES COMUNITÁRIAS DE SEGURANÇA	BASE COMUNITÁRIA CONTRUÍDA E APARELHADA/Und	11
40180000 - APOIO ÀS COMUNIDADES TERAPÉUTICAS NA RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS	PESSOA ATENDIDA/Und	1
40450000 - FORTALECIMENTO DAS ENTIDADES ACOLHEDORAS	PESSOA ATENDIDA/Und	1.200
0238 - COMBATE À MORTALIDADE INFANTIL		
REDUZIR OS ÍNDICES DE MORTALIDADE INFANTIL		
11090000 - CONSTRUÇÃO E APARELHAMENTO DE UNIDADE DE SAÚDE	UNIDADE DE SAÚDE CONSTRUÍDA E EQUIPADA/Und	31
13090000 - REFORMA, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE	UNIDADE DE SAÚDE REFORMADA E MODERNIZADA/Und	20
40140000 - AMPLIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MATERNO INFANTIL	SERVIÇO REESTRUTURADO/Und	67



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO
EXERCÍCIO: 2013

PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO	PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
40410000 - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	MUNICÍPIO COM ATENÇÃO PRIMÁRIA QUALIFICADA E RESOLUTIVA/Und	26
40440000 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	MUNICÍPIO ATENDIDO/Und	102
0215 - COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE		
AMPLIAR O ESPAÇO E CAPACIDADE DE DIÁLOGO ENTRE GOVERNO E SOCIEDADE, COM O OBJETIVO DE DIVULGAR E APRIMORAR AS AÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS.		
11490000 - EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO DO IZP	EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO REALIZADAS/Und	3
11910000 - IMPLANTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	OBSERVATÓRIO IMPLANTADO/Und	1
12080000 - IMPLANTAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS DE DIREITOS E TUTELARES	CONSELHO IMPLANTADO E FORTALECIDO/%	20
12520000 - MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA ESTRUTURA FÍSICA DOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO E DA SEDE DO IZP	IZP MODERNIZADO/%	25
0226 - COORDENAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO GOVERNO		
AMPLIAR O NÚMERO DE INICIATIVAS DE GOVERNO REALIZADAS DE FORMA COORDENADA E INTEGRADA		
40190000 - ARTICULAÇÃO INTER E INTRA GOVERNAMENTAL	ARTICULAÇÃO REALIZADA/%	100
40810000 - REGIONALIZAÇÃO E DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO OFICIAL DO ESTADO	CAMPANHA PUBLICITÁRIA REALIZADA/Und	25.420
0217 - DESENVOLVER E EXPANDIR OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS		
AUMENTAR AS TAXAS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO; REDUZIR OS ÍNDICES DE CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA E DIVERSIFICAR AS ATIVIDADES ECONÔMICAS.		
10280000 - AMPLIAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO DO INVESTIMENTO.	CADEIA E ARRANJO PRODUTIVO ESTRUTURADO E AMPLIADO/%	25
11980000 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE DINAMIZAÇÃO DO TURISMO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DO SÃO FRANCISCO	PROJETO IMPLANTADO/%	30
0235 - ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO		
AMPLIAR OS ÍNDICES DE COBERTURA E DA QUALIDADE NOS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO.		
10260000 - AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL	ESCOLA COM JORNADA AMPLIADA/Und	11
10290000 - AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA OFERTA E DOS PADRÕES DE DESEMPENHO DO ENSINO FUNDAMENTAL	ESCOLA BENEFICIADA/Und	300



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO
EXERCÍCIO: 2013

PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO	PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
10300000 - AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA OFERTA PARA ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES QUILOMBOLAS, INDÍGENAS E DO CAMPO	UNIDADE DE ENSINO BENEFICIADA/Und	4
10310000 - AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA OFERTA PARA ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA	ALUNO ATENDIDO/Und	1.155
11460000 - EXPANSÃO DA OFERTA E MELHORIA DO ENSINO MÉDIO	ESCOLA BENEFICIADA/Und	191
12090000 - IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES EDUCACIONAIS EM REGIME DE COLABORAÇÃO ESTADO/MUNICÍPIO	MUNICÍPIO ASSISTIDO/Und	102
12110000 - IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO INTEGRADA DA EDUCAÇÃO	SISTEMA IMPLANTADO/Und	1
12200000 - IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL PERMANENTE	SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO IMPLEMENTADA/Und	1
0220 - EXPANSÃO DO TURISMO		
AMPLIAR O NÚMERO DE TURISTAS E DE POSTOS DE TRABALHO; A GERAÇÃO DE RENDA E A MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS EMPRESAS.		
10850000 - CONSTRUÇÃO DE NOVO MARCO REFERENCIAL TURÍSTICO EM MACEIÓ	OBRA CONSTRUÍDA/%	60
11000000 - CONSTRUÇÃO DO AEROPORTO COSTA DOS CORAIS	AEROPORTO CONSTRUÍDO/M²	15.000
11380000 - ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL DOS PÓLOS LAGOAS E MARES DO SUL E COSTA DOS CORAIS	PLANO ELABORADO/%	20
11800000 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NAS REGIÕES PRIORITÁRIAS	SINALIZAÇÃO REALIZADA/%	25
13100000 - REFORMA, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO CENTRO CULTURAL E DE EXPOSIÇÕES RUTH CARDOSO	CENTRO CONVENÇÕES REFORMADO, AMPLIADO E MODERNIZADO/%	25
40290000 - DIVERSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA E FORMATAÇÃO DE NOVOS ROTEIROS E PRODUTOS TURÍSTICOS	OFERTA TURÍSTICA DIVERSIFICADA/%	25
0232 - FISCALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS MEIOS DE TRANSPORTE		
OFERECER MEIOS DE TRANSPORTE MODERNO, À PREÇOS MÓDICOS E COM NÍVEIS DE POLUIÇÃO ACEITÁVEIS.		
11680000 - IMPLANTAÇÃO DE CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DE VLT - AEROPORTO/MACEIÓ	CORREDOR IMPLANTADO/Km	7
0223 - FORTALECIMENTO DA ÉTICA, DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS		
IMPLANTAR POLÍTICAS DE FORTALECIMENTO E PROMOÇÃO DA ÉTICA, DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS		



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO
EXERCÍCIO: 2013

PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO	PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
11660000 - IMPLANTAÇÃO DE CASAS ABRIGO PARA ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	CASA ABRIGO IMPLANTADA/Und	1
12040000 - IMPLANTAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA MULHER, DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS	CENTRO DE REFERÊNCIA IMPLANTADO/Und	4
12560000 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE APOIO À MULHER, MINORIA, JUVENTUDE, CRIANÇA E ADOLESCENTE	REDE DE ATENDIMENTO IMPLEMENTADA E FORTALECIDA./%	12
40690000 - PROGRAMA DE DEFESA AO CONSUMIDOR	DIREITO DO CONSUMIDOR ASSEGURADO/%	100
0216 - GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS		
MELHORAR A EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO.		
12000000 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS	SISTEMA IMPLANTADO/%	50
12670000 - PROJETO DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FAZENDÁRIA DE ALAGOAS - PROFISCAL/AL	PROFISCAL IMPLANTADO/%	32
0218 - GESTÃO PARA RESULTADOS		
IMPLANTAR A GESTÃO PARA RESULTADOS EM TODAS AS INSTÂNCIAS DE GOVERNO.		
11340000 - ELABORAÇÃO DE MANUAL DE PRÁTICAS E PROCEDIMENTOS NA GESTÃO PÚBLICA	MANUAL ELABORADO/Und	500
0234 - INCLUSÃO PRODUTIVA		
AUMENTAR O NÚMERO DE PESSOAS E FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELAS AÇÕES DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA.		
10420000 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	PRODUTOR ASSISTIDO/Und	73.955
11510000 - FOMENTO ÀS CADEIAS PRODUTIVAS ESTRATÉGICAS	PRODUTOR ASSISTIDO/Und	5.020
11530000 - FORTALECENDO O EMPREENDEDORISMO	MICROEMPREENHIMENTO IMPLANTADO/Und	1.500
12290000 - INCLUSÃO PRODUTIVA E SEGURANÇA ALIMENTAR	FAMÍLIA ATENDIDA/Und	70.000
40420000 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA AUTÔNOMOS E EMPREENDEDORES	PESSOA CAPACITADA/Und	1.800
0229 - INFRAESTRUTURA DE TRABALHO NO SETOR PÚBLICO		
AMPLIAR O NÚMERO DE PRÉDIOS PÚBLICOS CONSTRUÍDOS, REFORMADOS, AMPLIADOS E MODERNIZADOS.		
10560000 - CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA SEAGRI	SERVIDOR CAPACITADO/Und	100



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO
EXERCÍCIO: 2013

PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO	PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
10740000 - CONSTRUÇÃO DA SEDE DA PERÍCIA MÉDICA E DO GALPÃO DE INSERVÍVEIS	PRÉDIO CONSTRUÍDO E EQUIPADO/%	35
10750000 - CONSTRUÇÃO DAS CENTRAIS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - JÁ	PRÉDIO CONSTRUÍDO E EQUIPADO/%	24
10760000 - CONSTRUÇÃO DAS REGIÕES INTEGRADAS E DAS ÁREAS INTEGRADAS DE SEGURANÇA PÚBLICA (RISP, AISP E GPMS)	RISP, AISP E GPM CONSTRUÍDO E APARELHADO/%	22
11060000 - CONSTRUÇÃO E APARELHAMENTO DA ACADEMIA DE ENSINO E PESQUISA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS	ACADEMIA CONSTRUÍDA E APARELHADA./%	40
12350000 - MELHORIA DA ESTRUTURA FÍSICA E OPERACIONAL DA SEAGRI	ÓRGÃO MODERNIZADO/Und	21
12460000 - MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	SEDS E ÓRGÃO VINCULADO MODERNIZADO/%	38
12480000 - MODERNIZAÇÃO DE UNIDADES PRISIONAIS	UNIDADE MODERNIZADA/Und	7
13120000 - REFORMAS DAS CENTRAIS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - JÁ	PRÉDIO REFORMADO/%	5
0240 - INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL		
AUMENTAR O NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES CONSTRUÍDAS, REFORMADAS E AMPLIADAS.		
11140000 - CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE ESCOLAS E CENTROS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	ESCOLA E CENTRO CONSTRUÍDO/Und	3
11180000 - CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL	UNIDADE CONSTRUÍDA/Und	2
11190000 - CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO MÉDIO	UNIDADE CONSTRUÍDA/Und	6
11200000 - CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE UNIDADES ESCOLARES PARA EDUCAÇÃO INDÍGENA, QUILOMBOLA E DO CAMPO	ESCOLA CONSTRUÍDA/Und	7
11210000 - CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL INDÍGENA	CENTRO CONSTRUÍDO/Und	3
12920000 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE CENTROS PARA ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	CENTRO REFORMADO E AMPLIADO/Und	4
12930000 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	ESCOLA E CENTRO REFORMADO E AMPLIADO/Und	11
12960000 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL	UNIDADE REFORMADA E AMPLIADA/Und	5
12970000 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO MÉDIO	UNIDADE REFORMADA E AMPLIADA/Und	6



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO
EXERCÍCIO: 2013

PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO	PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
12980000 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES PARA EDUCAÇÃO INDÍGENA	UNIDADE REFORMADA E AMPLIADA/Und	3
0219 - INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA E LOGÍSTICA		
EXPANDIR A MALHA DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA.		
11710000 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA	OBRA EXECUTADA/Und	7
0213 - INSERÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL		
CONSOLIDAR O DESTINO ALAGOAS COMO REFERÊNCIA NOS MERCADOS DOMÉSTICO E INTERNACIONAL.		
40120000 - AMPLIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO DESTINO ALAGOAS NOS MERCADOS NACIONAL E INTERNACIONAL	PLANO DE PROMOÇÃO IMPLANTADO/%	30
0211 - INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO		
AUMENTAR O NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS E A MASSA SALARIAL.		
12360000 - MELHORIA DA QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TURÍSTICOS NAS REGIÕES PRIORITÁRIAS	PROFISSIONAL CAPACITADO/Und	500
0224 - INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ATUAÇÃO ARTICULADA NOS TERRITÓRIOS		
AUMENTAR O NÚMERO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EXECUTADAS DE FORMA INTEGRADA E ARTICULADA NOS TERRITÓRIOS		
11740000 - IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ATENDIMENTO À MULHER NAS DELEGACIAS NÃO ESPECIALIZADAS	NÚCLEO IMPLANTADO/Und	3
13200000 - URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	FAMÍLIA BENEFICIADA/Und	2.000
0231 - MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS		
AMPLIAR O NÚMERO DE EMPRESAS E DE EMPREENDEDORES INSTALADOS NO ESTADO E REDUZIR O NÚMERO DE DIAS PARA A FORMALIZAÇÃO DESSES EMPREENDIMENTOS		
10380000 - APOIO ÀS AÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - PRODETUR/AL	PRODETUR APOIADO/%	33
10440000 - ATRAÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS	EMPREENDIMENTO TURÍSTICO INSTALADO/Und	4
11570000 - FORTALECIMENTO EMPRESARIAL	PÓLO CRIADO E REQUALIFICADO/Und	4
0236 - PARCERIA PÚBLICO PRIVADA		



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO
EXERCÍCIO: 2013

PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO	PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
AUMENTAR O NÚMERO DE MODELAGENS E DE PROJETOS CONCLUÍDOS POR MEIO DAS PPP.		
11760000 - IMPLANTAÇÃO DE PPPS EM ALAGOAS	PPP MODELADA E ELABORADA/Und	1
0239 - PATRIMÔNIO CULTURAL		
AUMENTAR O NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS PELAS AÇÕES CULTURAIS PROMOVIDAS PELO ESTADO		
40160000 - APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS	EVENTO APOIADO/Und	250
0212 - PEQUENOS NEGÓCIOS E EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS		
AUMENTAR O NÚMERO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS; DE EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E DO TEMPO DE ATIVIDADE DESSES EMPREENDIMENTOS.		
11560000 - FORTALECIMENTO DOS MICRO E PEQUENOS NEGÓCIOS	MPE FORTALECIDA/%	25
0222 - PLANEJAMENTO E GESTÃO		
APERFEIÇOAR O PROCESSO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES.		
10340000 - AMPLIAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO, GEOPROCESSAMENTO E DISSEMINAÇÃO DA BASE DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO ESTADUAL	BASE DE INFORMAÇÃO DISSEMINADA/%	22
10350000 - APERFEIÇOAMENTO DA POLÍTICA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA SEFAZ/AL	POLÍTICA DE TI APERFEIÇOADA/%	25
11100000 - CONSTRUÇÃO E APARELHAMENTO DO CIODS	CIODS CONSTRUÍDO E APARELHADO/Und	1
11130000 - CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE CENTROS PARA ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	CENTRO CONSTRUÍDO/Und	3
11370000 - ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE TURISMO	PLANO ELABORADO/%	20
11630000 - IMPLANTAÇÃO DA REDE DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	REDE IMPANTADA/%	30
11810000 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO TRIBUTÁRIO, ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMÔNIAL	SISTEMA IMPLANTADO/%	28
11820000 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO NAS CENTRAIS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - JÁ	SISTEMA IMPLANTADO/%	60
11920000 - IMPLANTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE DESPESAS PÚBLICAS	OBSERVATÓRIO IMPLANTADO/Und	1
12010000 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO PATRIMÔNIAL	SISTEMA IMPLANTADO/Und	1
12220000 - IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO.	PLANO IMPLEMENTADO/%	45



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO
EXERCÍCIO: 2013

PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO	PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
12230000 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E PLANEJAMENTO - PNAGE/AL	PNAGE IMPLEMENTADO/%	50
40080000 - AMPLIAÇÃO DE CENTRAIS DE REGULAÇÃO E SISTEMAS MUNICIPAIS DE AUDITORIAS	CENTRAL DE REGULAÇÃO AMPLIADA/Und	26
40480000 - GESTÃO DE ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA - GAP	GAP REALIZADA/Und	1
40570000 - IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E CONTROLE SOCIAL	MUNICÍPIO APOIADO/Und	102
40710000 - PROMOÇÃO DE PLANO DE MÍDIA E CAMPANHAS	PLANO DE MÍDIA REALIZADO/Und	60
0214 - PRODUTIVIDADE E VALOR AGREGADO DA AGRICULTURA FAMILIAR, PECUÁRIA, AQUICULTURA E DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE		
AUMENTAR A GERAÇÃO DE RENDA DOS PRODUTORES E O NÚMERO DE POSTOS DE TRABALHO NOS EMPREENDIMENTOS BENEFICIADOS.		
10370000 - APOIO À PROJETOS DA AGRICULTURA FAMILIAR	FAMÍLIA ATENDIDA/Und	70.000
10930000 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE CLASSIFICAÇÃO	UNIDADE CONSTRUÍDA/Und	1
11290000 - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	HECTARE IRRIGADO/Ha	700
12340000 - INSTALAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DOS MÓDULOS DE AQUICULTURA	MÓDULO INSTALADO E REVITALIZADO/Und	400
0237 - REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL		
REDUZIR O DÉFICIT HABITACIONAL E PROPORCIONAR MORADIA DIGNA PARA A POPULAÇÃO		
10830000 - CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	UNIDADE CONSTRUÍDA/Und	9.000
0230 - SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
AMPLIAR A COBERTURA DO ATENDIMENTO NOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE.		
40130000 - AMPLIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	SERVIÇO AMPLIADO E ESTRUTURADO/Und	120
40800000 - REESTRUTURAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA COM AQUISIÇÃO, ABASTECIMENTO E DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS	USUÁRIO ATENDIDO/Und	2.120
0210 - SISTEMAS DE RESPOSTAS ÀS OCORRÊNCIAS DE EVENTOS CRÍTICOS		
REDUZIR O NÚMERO DE PESSOAS ATINGIDAS POR EVENTOS CRÍTICOS.		
11440000 - EXECUÇÃO DO PROGRAMA CONTENÇÃO DE CHEIAS E REGULARIZAÇÃO DE VAZÕES - ETAPA 1	BARRAGEM CONSTRUÍDA/Und	3



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES AO PROJETO DE LEI - LDO
EXERCÍCIO: 2013

PROGRAMA/OBJETIVO/AÇÃO	PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
0209 - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL		
AMPLIAR OS ÍNDICES DE COBERTURA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS RELACIONADOS COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO, RESÍDUOS SÓLIDOS, IRRIGAÇÃO, BARRAGENS E ABASTECIMENTO DE ÁGUA.		
11010000 - CONSTRUÇÃO DO CANAL DO SERTÃO ALAGOANO E SEUS INVESTIMENTOS ASSOCIADOS E COMPLEMENTARES	OBRA CONSTRUÍDA/Km	15
12140000 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO ESTADO	SISTEMA IMPLANTADO/Km	92
12770000 - RECUPERAÇÃO DE NASCENTES PARA ABASTECIMENTO RURAL DIFUSO	NASCENTE RECUPERADA/Und	300
0233 - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES		
AUMENTAR O NÚMERO DE AÇÕES RELACIONADAS COM A VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS		
11970000 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	PROGRAMA IMPLANTADO/Und	1



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

LEI Nº 7.405, DE 23 DE AGOSTO DE 2012.

ANEXO II

METAS FISCAIS

(Art. 4º, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

Introdução

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelece, em seu artigo 4º, que integrará o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias o Anexo de Metas Fiscais. Em cumprimento a essa determinação legal, o referido Anexo inclui os seguintes demonstrativos:

- a) Avaliação do cumprimento das metas relativas a 2011;
- b) Metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas aos resultados nominal e primário e montante da dívida consolidada e líquida, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, evidenciando a consistência das metas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;
- c) Evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- d) Avaliação da situação financeira e atuarial metas anuais
- e) Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita;
- f) Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

ANEXO DE METAS FISCAIS ANUAIS

(Art. 4º, § 1º, e inciso II do § 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF, o Anexo de Metas Anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013, LDO-2013, estabelece a meta de resultado primário do Estado, como percentual do Produto Interno Bruto – PIB, para o exercício de 2013 e indica as metas de 2014 e 2015. A cada exercício, havendo mudanças no cenário macroeconômico interno e externo, as metas são revistas no sentido de manter a sustentabilidade da política fiscal.

O objetivo primordial da política fiscal do governo é promover a gestão equilibrada dos recursos públicos de forma a assegurar as condições para promover o desenvolvimento sócio econômico e a redução gradual do endividamento público líquido em relação ao PIB.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

As metas fiscais do Estado de Alagoas para o exercício de 2011 foram originalmente estabelecidas através da Lei nº 7.198, de 28 de julho de 2010 (LDO), que dispôs sobre as diretrizes orçamentárias para este exercício definiu um superávit primário inicial em valores nominais de R\$ 317,4 milhões (1,17% do PIB). No ano de 2011, o Estado no sentido de estabelecer um ajuste fiscal mais sólido obteve um superávit primário de R\$ 470,5 milhões (1,74% do PIB) evidenciando um crescimento real de 17,04% em relação a 2010. O aumento do resultado primário em 2011 foi reflexo do contingenciamento da despesa de investimento em face que houve uma redução real de 21,70% em relação a 2010. Salienta-se, ainda, o pequeno aumento real de 2,91% da receita em relação a 2010.

Tabela I – Resultado Primário 2007 a 2011 – (Variação real)

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011/2007	2011/2010
Receita Primária Corrente Líquida do FUNDEB (1)	4.595.320	4.898.109	4.907.487	5.252.758	5.405.723	17,64%	2,91%
Receita Primária de Capital (2)	110.766	162.151	181.032	618.496	174.472	57,51%	-71,79%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (3) = (1) + (2)	4.706.086	5.060.261	5.088.519	5.871.253	5.580.194	18,57%	-4,96%
Despesas Primárias Correntes (4) = (5) - (6)	3.699.360	4.071.324	4.337.504	4.538.838	4.543.362	22,81%	0,10%
Despesas Correntes (5)	3.944.649	4.265.400	4.490.042	4.724.480	4.727.877	19,86%	0,07%
Juros e Encargos da Dívida (6)	245.289	194.077	152.538	185.642	184.515	-24,78%	-0,61%
Despesas Primárias de Capital (7) = (8) - (9)	204.465	436.961	645.869	930.442	566.343	176,99%	-39,13%
Despesas de Capital (8)	560.374	830.728	1.227.413	1.360.025	1.064.935	90,04%	-21,70%
Amortização da Dívida (9)	355.909	393.768	581.544	429.583	498.592	40,1%	16,06%
TOTAL DAS DESPESAS PRIMÁRIAS (10) = (4) + (7)	3.903.825	4.508.284	4.983.373	5.469.280	5.109.706	30,89%	-6,57%
RESULTADO PRIMÁRIO (9) = (3) - (10)	802.261	551.977	105.146	401.974	470.489	-41,35%	17,04%

Fonte: SIAFEM – Valores em R\$ 1.000,00

No tocante à geração de empregos, foram criados mais de 104.150 empregos no período de 2000 a 2011, contribuindo para o incremento da massa salarial, ou seja, emprego e salário continuam sustentando o consumo e refletindo no crescimento da arrecadação do ICMS.

Tabela II – Empregos gerados em Alagoas 2000 a 2011

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
IND. TRANSFORMAÇÃO	6.493	9.894	5.584	9.153	9.007	-1.663	6.912	-3.974	788	1.032	714	981
COMÉRCIO	1.381	1.507	1.366	1.467	1.797	2.286	3.507	1.729	1.083	1.163	4.435	2.625
CONSTRUÇÃO CIVIL	961	-1.223	592	-1.204	1.139	1.347	-842	-137	480	3.674	7.590	4.454
AGROPECUÁRIA	2.693	-3.635	-642	210	-4.542	734	128	-432	-881	-473	-96	-83
SERVIÇOS	397	963	536	1.322	2.058	3.057	2.171	1.832	1.781	2.678	4.931	4.009
OUTROS	-21	-775	376	-76	223	-56	179	477	71	910	221	-230
TOTAL	11.904	6.731	7.812	10.872	9.682	5.705	12.055	-505	3.322	7.821	17.795	11.756

Fonte: CAGED

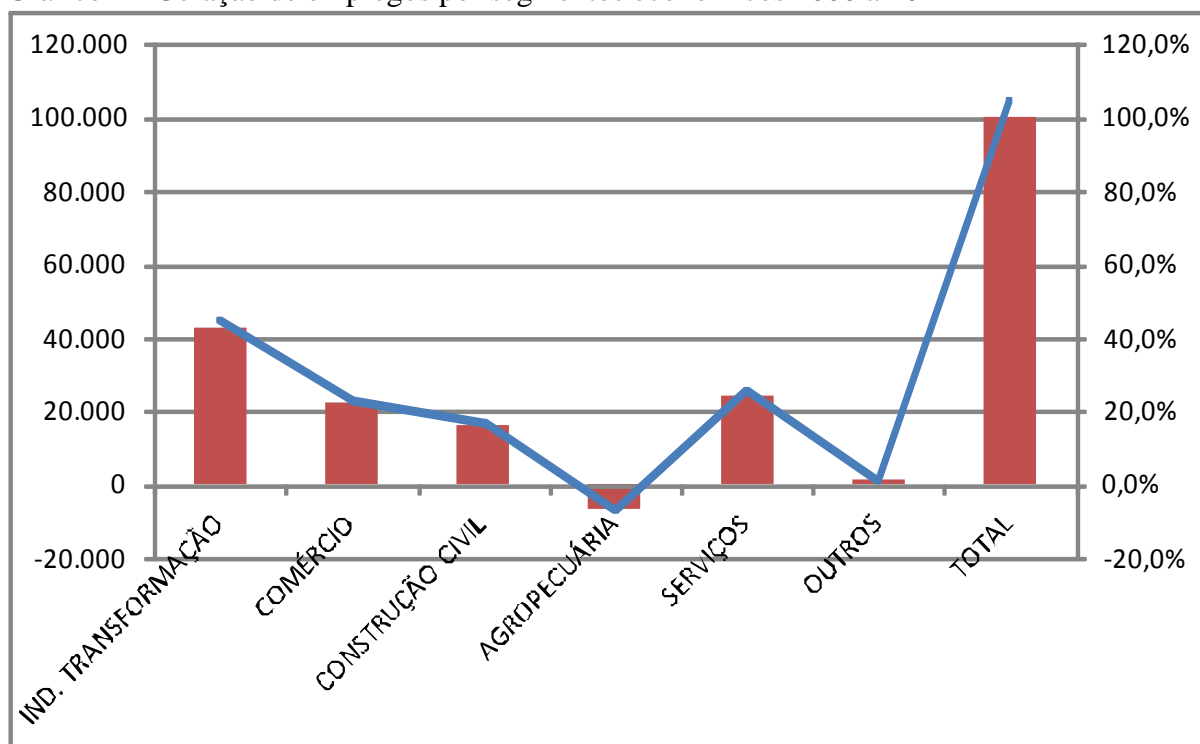
No que concerne ao Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas (PRODESIN), evidenciada está a sua importância, na medida em que a Indústria de Transformação gerou 44.921 empregos no período de 2000 a 2011, respondendo por 42,80%



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

dos empregos¹ gerados no alusivo período. Além disso, os setores Serviços e Comércio têm uma grande relevância na geração de empregos para o Estado. Ressalta-se, ainda, o dinamismo do segmento da Construção Civil de 2009 a 2011, reflexo do Programa Minha Casa Minha Vida e da evolução do crédito imobiliário em relação ao PIB.

Gráfico I – Geração de empregos por segmentos econômicos 2000 a 2011



Fonte : CAGED

No tocante à sustentabilidade da dívida pública, o cumprimento desse objetivo passa pela criação das condições necessárias para a redução gradual do endividamento público líquido em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). Nesse sentido, anualmente são estabelecidas as metas de resultado primário no intento de garantir a solvência intertemporal da dívida pública. Nesse contexto, o resultado nominal e o estoque da dívida do setor público são meramente indicativos, uma vez que sofrem influência de uma série de fatores fora do controle direto do governo.

Em 2007, a Dívida Consolidada (DC) era de R\$ 6,218 bilhões, sendo que a Dívida Mobiliária, Rolagem, Produbam e DMLP totalizavam R\$ 5,585 bilhões (89,82% do total da dívida consolidada) e a relação DC / Receita Consolidada Líquida (RCL) era de 200,24%. Em 2011, a DC foi de R\$ 7,831 bilhões, sendo que o total das alusivas dívidas correspondeu a R\$

¹ Ressalta-se que o CAGED contabiliza os empregos gerados pelo segmento sucroalcooleiro no setor da Indústria de Transformação, portanto a mecanização daquele setor vem impactando na geração de empregos da Indústria de Transformação.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

6,724 bilhões (85,87% do total da dívida consolidada), implicando que a relação DC/RCL reduziu para 147,88%.

Tabela III – Dívida Consolidada 2007 a 2011

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011/2007	2011/2010
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (1)	6.218.123	6.955.422	6.845.522	7.525.492	7.830.583	25,93%	4,05%
Dívida Mobiliária	90.740	102.066	112.200	123.170	137.574	51,61%	11,69%
Dívida Contratual	5.671.572	6.223.793	6.342.734	7.040.125	7.338.539	29,39%	4,24%
Parcelamentos com a União	313.560	485.656	380.116	362.197	354.470	13,05%	-2,13%
De Tributos	-	33.636	31.371	29.780	27.804	-	-6,64%
Contribuições Sociais	248.190	389.835	291.680	281.042	281.042	13,24%	0,00%
FGTS	65.370	62.185	57.066	51.375	45.624	-30,21%	-11,19%
Outras Dívidas	142.251	143.907	10.471	-	-	-100,00%	-
DEDUÇÕES (2)	-	-	335.967	726.843	730.836	-	0,55%
Disponibilidade de Caixa Bruta	396.390	558.311	866.385	1.086.607	1.052.043	165,41%	-3,18%
Haveres Financeiros	20.309	18.085	27.356	41.582	33.592	65,41%	-19,21%
(-) Restos a Pagar Processados	615.384	608.885	557.774	401.346	354.799	-42,35%	-11,60%
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES	198.701	32.503	240.967	240.967	412.856	107,78%	71,33%
Precatórios anteriores a 05/05/2000	-	-	-	-	308.591	-	-
Insuficiência Financeira	198.686	32.488	-	-	-	-100,00%	-
Outras Obrigações	15	15	240.967	240.967	104.264	-	-56,73%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	6.218.123	6.955.422	6.509.556	6.798.649	7.099.747	14,18%	4,43%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - R	3.105.363	3.528.416	3.597.965	4.205.565	4.801.099	54,61%	14,16%
% DC/RCL	200,24%	197,13%	190,26%	178,94%	163,10%	-18,55%	-8,85%
% DCL/RCL	200,24%	197,13%	180,92%	161,66%	147,88%	-26,15%	-8,52%
Limite pelo Senado Federal - 200%	6.210.726	7.056.833	7.195.930	8.411.130	9.602.198	54,61%	14,16%

Fonte : SIAFEM – Valores em R\$ 1.000,00

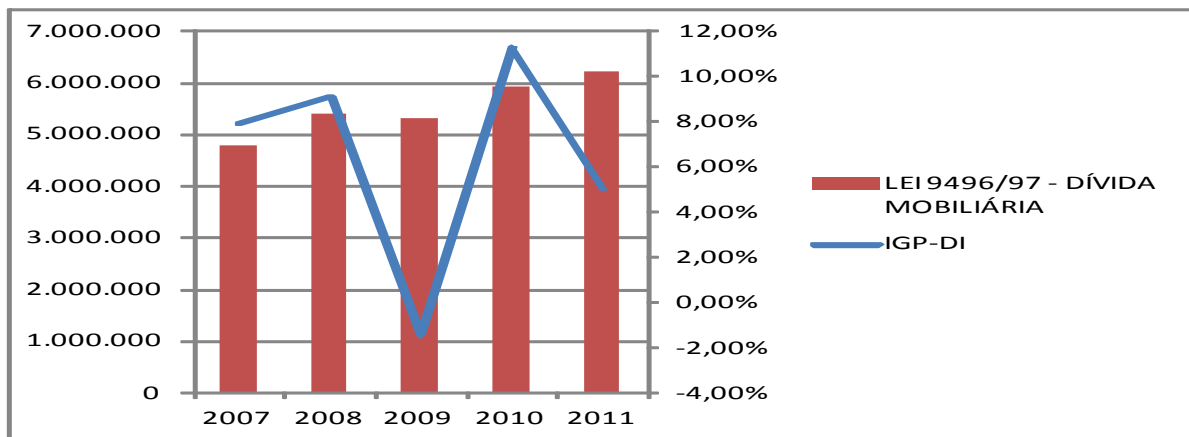
A Resolução nº 40/01 do Senado Federal determina que o limite do endividamento seja, no máximo, duas vezes a Receita Corrente Líquida (RCL), porém para efeito de apuração desse limite, utiliza-se o conceito de Dívida Consolidada Líquida, deduzindo da dívida consolidada o superávit financeiro existente. Assim sendo, a relação entre DCL e RCL foi de 200,24% em 2007 e reduziu para 147,88% em 2011.

Salienta-se, ainda, que a dívida da Lei 9.496/97 correspondia a 76,98% da dívida consolidada do Estado em 2007 e reduziu para 79,36% em 2011. Esta alusiva dívida tem seu custo atrelado ao índice IGP-DI (FGV) mais juros de 6,0% a.a ou 7,5% a.a, e o pagamento limitado a 15% da Receita Líquida Real (RLR). Portanto, apesar do incremento significativo da RLR no período e do comportamento moderado do IGP-DI evidenciou-se um aumento da referida dívida intra-limite reflexo do altíssimo custo dos juros seja 6,0% a.a ou 7,5% a.a.

Gráfico II – Lei 9.496/97 e o comportamento do IGP-DI 2007 a 2011



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR



Fonte : Gerente de Gestão Fiscal e Estatística

Valores em R\$ 1.000,00

Também é compromisso da política fiscal do governo de aumentar os investimentos em infraestrutura e, portanto é de vital importância os convênios com recursos do Governo Federal no montante de R\$ 506 milhões previstos em 2012, sendo que para a conclusão do Canal do Sertão² será de R\$ 347,66 milhões. Do ponto de vista sistêmico, os investimentos previstos pelo Governo do Estado em infraestrutura (áreas de saneamento, estradas, drenagem, contenção de enchentes nos vales dos rios Mundaú e Paraíba e abastecimento de água) têm uma importância significativa na medida em que promoverá reduções generalizadas de custos para toda a estrutura produtiva aumentando a eficiência da economia como um todo.

A consistência da trajetória de crescimento econômico depende do comportamento do investimento razão pela qual a necessidade de aumentar a taxa de investimento da economia, pois há uma correlação direta entre crescimento econômico e investimento em infraestrutura. Portanto, é essencial para a agenda do desenvolvimento do estado de Alagoas a manutenção da política de investimento e nesse contexto será de vital importância o financiamento junto ao Banco Mundial e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) no montante de R\$ 850 milhões para o período de 2013 a 2015. A obtenção desses empréstimos será fundamental para o Programa “Alagoas Tem Pressa”, no sentido de melhorar os indicadores sociais e econômicos.

No que tange às finanças públicas, evidencia-se no período de 2007 a 2011 a consistência na sustentabilidade da política fiscal através da geração de resultados orçamentários e primários em relação ao PIB. No tocante aos resultados primários, demonstra-se que em 2007 correspondeu a 3,59% do PIB e em 2011 a 1,74% pela ótica da despesa empenhada. É importante analisar que a redução do superávit primário do PIB não comprometeu a diminuição da dívida em relação à RCL como já foi evidenciado.

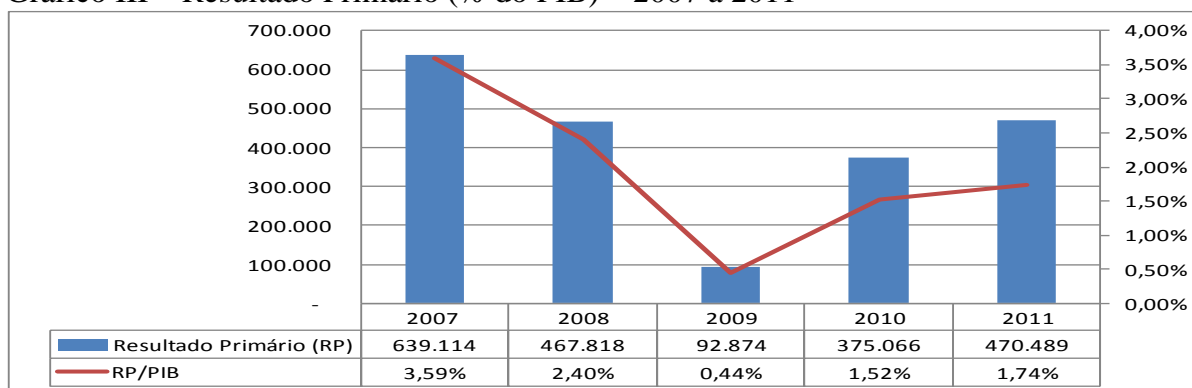
No que se refere à análise excluindo os restos a pagar não processados a sustentabilidade da política fiscal é mais significativa.

² O Canal do Sertão beneficiará 41 municípios do Agreste e do Sertão de Alagoas melhorando as condições de vida de um milhão de alagoanos.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico III – Resultado Primário (% do PIB) – 2007 a 2011

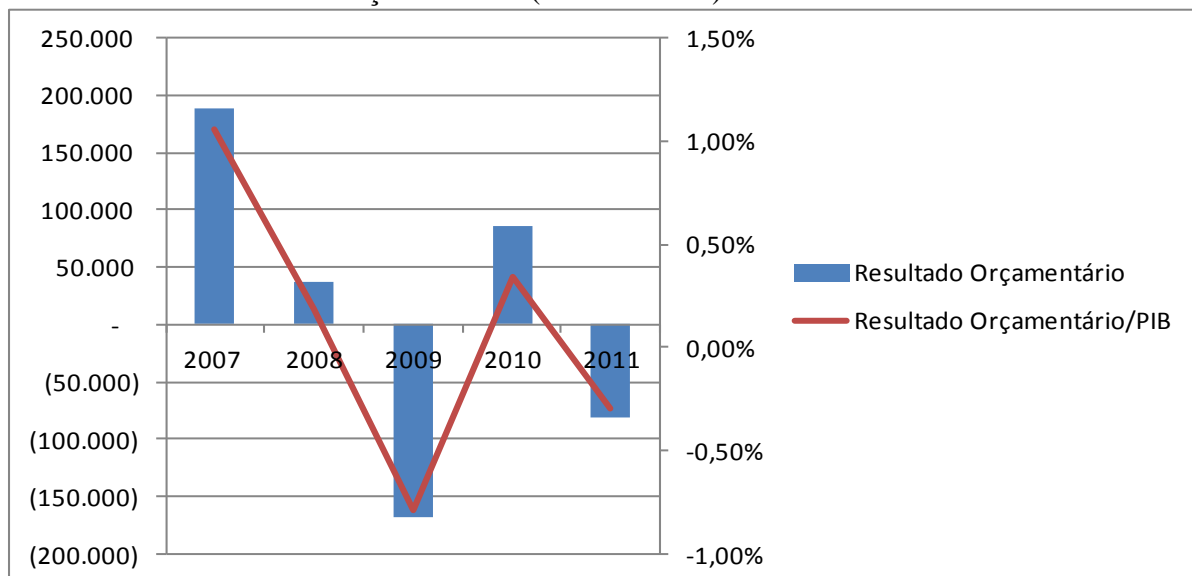


Fonte: SIAFEM – Valores em R\$ 1.000,00

Projeção do PIB de Alagoas para 2010 e 2011 foi feita pela Gerência de Gestão Fiscal e Estatística

No que tange aos resultados orçamentários, evidencia-se que exceto ao déficit orçamentário de 2009, o qual foi reflexo da grave crise mundial, a qual afetou o Fundo de Participação dos Estados (FPE), os demais resultados foram gerados em função da priorização da política de investimentos. Salienta-se, ainda, que o déficit orçamentário foi ampliado em face da amortização da dívida do Estado do Paraná no montante de R\$ 106 milhões.

Gráfico IV – Resultados Orçamentários (em % do PIB) – 2007 a 2011



Fonte: SIAFEM – Valores em R\$ 1.000,00

Projeção do PIB de Alagoas para 2010 e 2011 foi feita pela Gerência de Gestão Fiscal e Estatística

No que se refere às receitas, evidencia-se o modelo de esgotamento do aumento da receita do ICMS sem FECOEP e do FPE em percentual do PIB em face que em 2007 correspondiam a 7,70% do PIB e a 8,98% do PIB e passaram para 8,24% do PIB e 9,23% do PIB em 2011, respectivamente. Salienta-se ainda que o FPE correspondeu a 10,03% do PIB em 2011. Assim, a política de expansão de renda e a obtenção dos recursos da Bolsa



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Família e Previdência Social contribuiu para o incremento da arrecadação do ICMS, entretanto o modelo conhecido como renda sem produção impede um crescimento econômico mais significativo do PIB alagoano. No tocante à queda do FPE, esta se deve à grave crise mundial³ de 2008 e com efeitos em 2009 e 2010.

Nesse contexto, a redução da atividade econômica implicou num reflexo significativo nas contas públicas do Estado de Alagoas no que se refere ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) que em 2008 em valores nominais foi de R\$ 1,953 bilhão (9,76% do PIB) e passou para R\$ 2,029 bilhões (9,65% do PIB) em 2010. Salienta-se, ainda, que o reduzido aumento nominal de 3,89% do FPE no período de 2010 em relação a 2009 resultado da alusiva crise econômica de 2008 em face que para não comprometer o fluxo de caixa do governo Central em 2009 foi postergada as restituições do Imposto de Renda para 2010, impactando significativamente na receita do FPE em 2010.

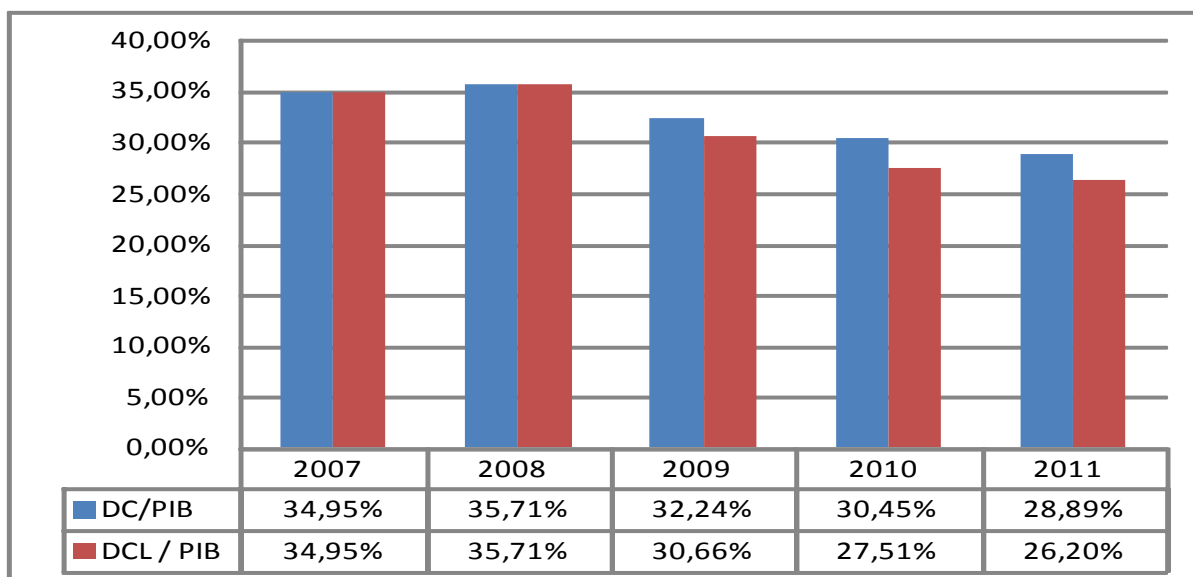
Assim, o superávit primário obtido pelo Estado de Alagoas em 2011 de 1,74% do PIB foi maior do que o estabelecido na LDO de 2011 em face que a meta inicial era de 1,17% do PIB, contribuindo para a sustentabilidade da dívida pública consolidada como proporção do PIB em face que em 2007 representava R\$ 6,218 bilhões (34,95% do PIB) e em 2011 foi de R\$ 7,831 bilhões (28,89% do PIB). E no tocante a dívida consolidada líquida em 2007 era de R\$ 6,218 bilhões (34,95% do PIB) e em 2011 foi de R\$ 7,100 bilhões (26,20% do PIB). Ressalta-se conforme já salientado que o governo priorizou a política de investimento em infraestrutura no montante de R\$ 557,6 milhões, sendo que R\$ 183,5 milhões inscritos em Restos a Pagar não Processados em 2011.

Gráfico V - Dívida Consolida e Dívida Consolidada Líquida (% do PIB) – 2007 a 2011

³ O cenário de crise financeira internacional, originada nos países desenvolvidos, e o qual teve efeitos econômicos disseminados a partir de setembro de 2008 (após a falência do banco de investimentos Lehman-Brothers), quando houve forte deterioração dos indicadores de confiança, elevando a aversão ao risco e maior procura por ativos considerados mais seguros (como títulos do tesouro americano), em detrimento do investimento em carteira nos mercados emergentes, o que resultou na restrição do crédito externo, atingindo, dessa forma, a atividade econômica dos países emergentes e, principalmente, na destruição de riqueza de US\$ 30 trilhões de dólares no mundo. De fato, a crise financeira nos países desenvolvidos foi reflexo da financeirização da moradia e que resultou na crise hipotecária, ou seja, a transformação da política social de moradia em política mercantil e hipotecária.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR



Fonte : Balanço Geral do Estado

As perspectivas para 2012, com o crescimento real do PIB do Brasil, foi baseado na capacidade do PIB potencial estimado em 3,30%, assim como para o estado de Alagoas em face que para a Gerência de Gestão Fiscal Estatística, a qual realizou a projeção do PIB de Alagoas para os exercícios de 2012 a 2015 foi mantida a participação do PIB de Alagoas (0,6555%) em relação ao PIB do Brasil⁴, a qual correspondeu ao exercício de 2009.

A estimativa de crescimento do PIB do Brasil neste patamar caracteriza-se pela convergência da expansão para taxas mais próximas do PIB potencial, ou seja, do crescimento sustentável. Do lado da demanda, o consumo se destacando como principal indutor do crescimento da economia, entretanto na oferta, projeta-se diminuição da atividade industrial em 2012 em função da valorização do real, resultando no aumento das importações dos produtos importados e, portanto, no risco da desindustrialização.

No que se refere à atuação da política monetária, esta tornou-se menos restritiva desde outubro de 2011, com a redução da taxa de juro básica da economia, entretanto se manteve a elevação das exigências de depósito compulsório, ampliação do requerimento de capital dos bancos para realização de empréstimos e redução do volume de depósitos que as instituições financeiras podem captar com garantia do FGC (Fundo Garantidor de Crédito). Logo, o Banco Central almeja: (i) arrefecer possíveis descompassos entre as taxas de crescimento da demanda e da oferta, permitindo que a maturação de investimentos amplie a capacidade instalada; e (ii) evitar a propagação do aumento do preço das *commodities* no mercado internacional nos demais preços internos.

No que se referem às contas externas, as transações correntes apresentaram déficit de US\$ 52,612 bilhões (2,21% do PIB) em 2011 contrastando com os US\$ 47,323 bilhões (2,12% do PIB) em 2010, aumento de 11,18%. O saldo negativo em transações correntes em

⁴ Participação obtida do Estado de Alagoas em relação ao PIB do Brasil no exercício de 2009.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

2011, contudo, foi financiado pelo recorde no ingresso líquido de investimentos estrangeiros diretos (IED) no País, US\$ 66,660 bilhões (2,69% do PIB) .

A maior expansão econômica brasileira vis-à-vis o crescimento mundial explica, em parte, tanto o crescimento do déficit em conta corrente quando o aumento do IED. O crescimento econômico gerou maior demanda por bens e serviços, nacionais e importados, elevando as importações de bens e os gastos com viagens internacionais em face da valorização do real e salienta-se, ainda, a importância desta para diminuir as pressões inflacionárias.

Adicionalmente, evidenciou-se maior remessa de lucros e dividendos em decorrência da maior rentabilidade das empresas multinacionais instaladas no País. Por outro lado, esta maior rentabilidade e o crescimento sustentado tornam a economia brasileira mais atrativa para o investidor estrangeiro e para novos projetos.

Ademais, o elevado estoque de reservas internacionais (US\$ 352 bilhões) permitiu que o Brasil mantivesse a posição de credor externo líquido em 2011 em face que o total da dívida externa de curto e longo prazo foi de US\$ 297,4 bilhões, com o montante de ativos externos superando em US\$ 55,2 bilhões os passivos, refletindo que o risco-país se mantivesse abaixo da média das demais economias emergentes.

Todavia, deve-se ressaltar o alto custo da manutenção das reservas internacionais, um prejuízo ao redor de R\$ 50 bilhões, o qual foi coberto pelo Tesouro Nacional, o que resultou na elevação da dívida interna em face que a redução da dívida externa se traduz em aumento da dívida interna, cujo custo é maior. De fato, no ano passado o BC comprou US\$ 66,5 bilhões, o que representou uma injeção de R\$ 110 bilhões na economia. Portanto, obrigou o BC a vender títulos da dívida interna para evitar que o aumento da base monetária favorecesse uma grande inflação. Paralelamente, o BC aplica as reservas em títulos da dívida norte-americana que, com a crise das hipotecas, rendem cada vez menos. A diferença entre a taxa de aplicação e o custo da dívida interna é hoje da ordem de 8%, devendo acrescentar-se, à diferença de taxas, os efeitos da valorização cambial.

No entanto, a questão é mais complexa, pois as reservas permitem enfrentar a possibilidade de uma interrupção súbita dos fluxos de capitais e de um déficit em conta corrente no balanço de pagamentos. Elas permitem, além disso, reduzir o custo de captação de empréstimos externos e a percepção do "risco país". Finalmente, oferecem ao BC um meio de controlar a taxa cambial na hipótese de uma eventual desvalorização cambial anormal e principalmente, ainda, uma maior valorização do real.

As perspectivas para 2012 são baseadas em uma estimativa do crescimento do PIB de 3,3% em face de um cenário de moderada recuperação da econômica mundial e do baixo dinamismo do setor industrial em função de persistirem as condições desfavoráveis que oneram o custo de produção, dando a impressão de que se está gastando mais para produzir menos, bem como o cenário de apreciação do real para reduzir ainda mais a competitividade



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

das empresas brasileiras. Além disso, o crescimento do consumo que foi um dos fatores que impactaram no crescimento do PIB em 2011 não vai se acelerar para uma alta superior a 5% em função de que o incentivo à demanda por parte das famílias esbarra em alguns limites, como a expectativa de menor crescimento da massa salarial, já que a taxa de desemprego está em níveis muito baixos, e o aumento do endividamento⁵.

Salienta-se, ainda, que o crescimento de 4,1% do consumo das famílias em 2011⁶ não foi atendido pela produção doméstica em face que o PIB industrial subiu 1,6% em 2011 e a indústria de transformação quase não cresceu, com alta de apenas 0,1%. Assim sendo, os estímulos adicionais ao consumo não impactarão em resultados significativos ao dinamismo à economia doméstica em 2012 em função da apreciação do câmbio atual e da defasagem da infraestrutura que afeta a competitividade da indústria nacional favorecendo a importação. Além disso, evidencia-se a preocupação com a qualidade do crescimento, pois apesar do aumento da demanda, bens comercializáveis têm sido substituídos por importados, o que provoca a estagnação da produção industrial. No caso do setor de serviços, em que não há essa possibilidade, o crescimento é menos volátil e contribui para sustentar o produto pela ótica da oferta.

O governo Central e as unidades subnacionais (Estados e Municípios) realizaram uma política fiscal expansionista consubstanciada no incremento dos gastos principalmente o aumento real da despesa de pessoal e dos gastos de custeio em face da política fiscal anticíclica implementada para arrefecer os efeitos da crise econômica mundial em 2009 e 2010. Salienta-se, ainda, que o governo Central elevou a dívida pública para alimentar o consumo e forneceu empréstimos subsidiados a empresas estatais e privadas através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES). O crescimento da demanda além da capacidade da oferta do mercado gerou pressão inflacionária, forçando o Banco Central a aumentar a taxa SELIC de abril de 2010 a julho de 2011 pressionando não só o financiamento da dívida; como também na apreciação do real; a perda da competitividade das exportações brasileiras; o risco da desindustrialização, o incremento do déficit conta corrente. Assim, são esses fatores que contribuem para um crescimento moderado do PIB do Brasil para os exercícios de 2012 a 2015.

Para cobrir o déficit, o governo precisa de financiamento externo e para não permitir ainda maior apreciação do real o Banco Central vem aumentando consideravelmente as reservas internacionais correspondendo em dezembro de 2011 no montante de US\$ 288,6 bilhões e em dezembro de 2011 alcançou US\$ 352 bilhões e inter-relacionando as taxas de juros internas com as externas as quais remuneram as alusivas reservas resultará em um custo fiscal superior a R\$ 50 bilhões ao ano. Logo, esses mecanismos correlacionados são

⁵ A capacidade de consumo adicional por parte das famílias está próxima de um esgotamento. As medidas macroprudenciais foram importantes para conter a demanda no ano passado, mas evidencia-se um alto nível de endividamento bem como o comprometimento da renda está aumentando (ver expansão do crédito).

⁶ Em 2011, o consumo das famílias cresceu 4,1% frente a 2010, acima da alta de 2,7% do PIB em função da alta na demanda das famílias que resultaram nas elevações na massa salarial real e no saldo de operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres para pessoas físicas.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

considerados como um obstáculo a sustentabilidade do crescimento econômico. E, além disso, os desequilíbrios da conta corrente estão sendo financiados com entrada de capitais na forma de investimento externo e de capitais especulativos para aproveitar o diferencial da taxa real de juros brasileiros resultarão em pagamentos crescentes de lucros e dividendos.

Ressalta-se, ainda, o crescimento da dívida bruta do Brasil em termos nominais em face que em dezembro de 2008 era de R\$ 1,892 trilhão (62,40% do PIB) e alcançou R\$ 2,618 trilhões (63,10% do PIB). Esse incremento foi resultado da decisão do governo de emitir títulos do Tesouro com volume total de R\$ 100 bilhões para financiar um empréstimo ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 2009. No ano seguinte, outros R\$ 80 bilhões foram repassados da mesma forma, e neste primeiro semestre de 2011, mais R\$ 30 bilhões foram transferidos do Tesouro ao BNDES.

A dívida bruta não segue, de fato, a mesma trajetória que a dívida líquida em função da agressiva política de acumulação de reservas, refletindo no distanciamento do passivo líquido em relação ao bruto. Isso porque, ao incrementar os ativos em mãos do Estado, as reservas foram construídas via emissão de títulos internos para financiar a compra de dólares. Assim sendo, a dívida criada para aumentar as reservas (bem como para financiar repasses ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é lançada como endividamento bruto, mas, ao mesmo tempo funciona como “ativo” do Estado, reduzindo, portanto a dívida líquida. Nesse contexto, evidencia-se que a dívida bruta cresceu na mesma proporção que o PIB, sendo assim mais um obstáculo ao crescimento do PIB para os exercícios posteriores.

Ressalta-se que a previsão do ICMS excluindo FECOEP de R\$ 2,436 bilhões foi feita com base nos dados fornecidos pela DAMIF no que se refere à arrecadação do ICMS por segmento no período de 2007 a 2011 e aliada ao modelo de esgotamento do aumento da arrecadação do ICMS em percentual do PIB. Apesar da redução da taxa SELIC a 10,5% a.a (19/01/2012) e com tendência para ao final do ano de ficar abaixo de 9% a.a não impactará no crescimento maior da arrecadação em face do alto nível de endividamento do consumidor alagoano (60%), os impactos alusivos do SIMPLES na arrecadação do segmento de Alimentação e das medidas liminares do segmento da Construção Civil.

No que se refere à taxa de inflação a tendência é que o IPC-A se mantenha em uma taxa neutra⁷ de 5,5%. A trajetória de manutenção da taxa da inflação ao redor de 5,5% a.a deve continuar nos próximos anos em função da potencialização da deterioração do cenário econômico global em 2012 principalmente na zona do Euro. Neste cenário básico

⁷ A chamada taxa de juros neutra da economia — assim considerada como aquela que permite o crescimento econômico sem pressão inflacionária — está atualmente em 5,5% ao ano. Pelo menos é esse o nível que os analistas de mercado acreditam que a taxa se encontra, segundo pesquisa divulgada ontem pelo Banco Central (BC). O novo percentual da taxa de equilíbrio é bem inferior aos 6,75% ao ano, apurado pelo BC entre as instituições que participam da pesquisa Focus em novembro de 2010. Na prática, essa informação pode representar espaço para novos cortes da taxa básica de juros (Selic). Fonte : Jornal Correio Braziliense - 24/02/2012



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

para a taxa de inflação está se considerando a necessidade da elevação dos gastos públicos principalmente dos investimentos para atender as demandas da Copa do Mundo e as Olimpíadas, as prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o aumento do salário mínimo de 14% em 2012.

Segundo o relatório de inflação do Banco Central, comandado por Alexandre Tombini, deixou claro que não pretende sacrificar, além do necessário, o crescimento do Brasil para tentar trazer a inflação para o centro da meta de 4,5% em 2012, ou seja, a instituição se baseou das próprias regras do sistema de metas, o qual estabeleceu um teto de tolerância, no caso brasileiro de 2 (dois) pontos percentuais acima da meta, justamente para acomodar choques.

Assim sendo, na composição do cenário básico do Banco Central aposta no crescimento moderado da atividade econômica, favorecendo a fase de redução do aperto da política monetária e a manutenção das medidas macroprudenciais que tem como objetivo reduzir o crescimento do volume de oferta de crédito disponível em face que este atingiu R\$ 2,029 trilhões (49,1% do PIB) em 2011, sendo que do setor privado R\$ 1,948 trilhão (47,04% do PIB). Ressalta-se, ainda, que a utilização das medidas macroprudenciais⁸ visam prevenir bolhas de crédito e outras situações que criem o risco sistêmico no setor bancário.

A alíquota de IOF sobre os empréstimos tomados do exterior, com prazo inferior a 720 dias, foi elevada a 6% para diminuir o custo de oportunidade das instituições financeiras e empresas de obter dinheiro a taxas mais baixas para ganhar com o diferencial dos altos juros domésticos. No que se referem aos bancos, essa operação dava fôlego a novos empréstimos e diminuía a eficácia de aperto monetário, e, além disso, tem como objetivo reduzir monetariamente as pressões por uma valorização ainda maior do real sobre o dólar. Logo, o Banco Central depositou total confiança que o uso das medidas macroprudenciais como principal estratégia para conter a liquidez no mercado cambial para não agravar ainda mais o custo fiscal do Tesouro Nacional.

O saldo dos empréstimos acumulou alta de 18,98% nos últimos 12 meses, mesmo com as medidas macroprudenciais em face que o Banco Central permitiu aos bancos brasileiros alavancarem sua posição de endividamento externo que correspondia a US\$ 63,6 bilhões em dezembro de 2009 e atingiu US\$ 139,7 bilhões em setembro de 2011 (último número publicado pelo Banco Central) para ganhar no diferencial da taxa de juros. Assim sendo, o endividamento externo dos bancos brasileiros compromete 40% das nossas reservas internacionais, de US\$ 350 bilhões⁹.

Além disso, a projeção do Banco Central para 2012 é que o fluxo líquido de Investimento Externo Direto (IEC) não financiará integralmente o déficit brasileiro em

⁸ Evolução dos depósitos compulsórios (percentual dos depósitos à vista que os bancos são proibidos de emprestar em dezembro de 2010).

⁹ Fonte : Jornal Valor Econômico 24-01-2012 – Consultor : Sílvio Figer



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

transações correntes. Assim, para cobrir parcialmente um saldo negativo de US\$ 65 bilhões resultantes dessas transações são previstos US\$ 50 bilhões de investimentos diretos.

No que se refere ao crédito evidenciou-se uma expansão do consumo e principalmente criando bolhas especulativas no segmento principalmente imobiliário em face que o montante em dezembro de 2012 atingiu R\$ 200,5 bilhões em dezembro de 2011, resultando em uma expansão de 44,5% em relação a 2010.

Assim, a previsão que o projeto para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2013, que foi encaminhado ao Congresso Nacional pelo Ministério do Planejamento, prevê uma correção de 7,3% para o salário mínimo¹⁰ no ano que vem. Assim sendo, o valor subiria dos atuais R\$ 622 para R\$ 667,75 a partir de janeiro de 2013, com impacto de R\$ 17,2 bilhões.

Assim sendo, o incremento do salário mínimo continuará pressionando a inflação com a armadilha da indexação em face que o salário mínimo é um custo importante para vários serviços e na medida em que ele cresce acima da inflação, aumentam os custos desse segmento, com repasse para o preço final, realimentando o processo inflacionário.

O câmbio valorizado foi utilizado eficazmente no combate aos surtos inflacionários, mas vem desarticulando as cadeias produtivas mais integradas, especialmente na indústria, e produz tensões crescentes e, afinal, incontroláveis, no setor externo. Logo, as medidas tomadas pelo Banco Central no que se refere a diminuir a expansão do crescimento do crédito colaborará na redução da demanda e, em linha direta, na contenção de pressões inflacionárias, mas refletirá na diminuição do nível de atividades e, conseqüentemente, na geração de empregos.

Ao lado da política macroeconômica, a implementação da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) implicará no aumento do investimento público em infra-estrutura, especialmente em moradia, saneamento, transporte e energia. E como já salientado que à política do salário mínimo para o exercício de 2012 a 2015 aumenta ainda mais o risco de gerar pressões inflacionárias.

Diante deste cenário, a projeção segundo para PLDO 2013 do Estado de Alagoas no que se refere à taxa de crescimento real anual do PIB é de 3,30% para 2012 (Tabela IV), sendo mais elevada nos anos de 2013, 2014 e 2015. A taxa de inflação em 2012 projetada para o IPC-A é de 5,5% a.a e as estimativas de taxa de câmbio levam em consideração expectativas de mercado. Esse ambiente macroeconômico considera ainda uma manutenção do IPC-A para os exercícios de 2013 a 2015.

Tabela IV – Parâmetros Macroeconômicos Projetados

¹⁰ A proposta adotou a fórmula, aprovada em fevereiro, que prevê que o reajuste do piso seja calculado com base na inflação do período mais o PIB de dois anos anteriores.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

	2012	2013	2014	2015
PIB (crescimento real)	3,30%	3,50%	3,50%	3,50%
Taxa Selic Efetiva (média % a.a.)	10%	9,43	8,75	8,09
Câmbio (R\$/US\$ - final de período - dezembro)	1,84	1,86	1,88	1,89
IPC-A	5,55%	4,83%	4,83%	4,83%

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

A importância da instalação do estaleiro Eisa em Coruripe em face da previsão de investimento de R\$ 1,5 bilhão, na medida em que contribuirá para o desenvolvimento econômico e social do Estado de Alagoas no que se refere à geração de empregos (4,5 mil), de renda e receita de impostos.

Salienta-se que a real limitação do crescimento econômico do Estado de Alagoas não se baseia em apenas uma limitada base econômica produtiva e uma significativa participação do setor público de 27,2%¹¹ do PIB em 2009, mas principalmente na capacidade para produzir conhecimento e tecnologia em face da baixa qualificação do capital humano e qualidade das instituições.

Além disso, foi mantida para a projeção do PIB de Alagoas a participação de 60% das Transferências da União no que se refere às obrigatórias e as voluntárias para o equilíbrio estrutural das finanças públicas, bem como o volume significativo das transferências do INSS para 437.756 alagoanos que em 2010 corresponderam a R\$ 3,051 bilhões, sendo que na faixa de 1 salário mínimo atingiu R\$ 2,213 bilhões (369.320 alagoanos). E em 2011 foi de R\$ 3,451 bilhões alcançando 454.774 alagoanos e na faixa de 1 salário abrangeu R\$ 2,458 bilhões (381.179 alagoanos). Ressalta-se, ainda, que o montante destas transferências alcançou R\$ 327 milhões em janeiro de 2012 representando um incremento de 17,31% em relação ao mesmo período de 2011, e, portanto projeta-se que atinja R\$ 4,037 bilhões em 2012 e somado ao montante de R\$ 800 milhões de Bolsa Família representaria uma entrada de recursos correspondente a R\$ 4,800 bilhões.

Foi mantida, também, a correlação da participação do PIB de Alagoas de 2009 (0,6555%) em relação ao PIB do Brasil para os exercícios de 2010 a 2015 em função da perda de capital decorrente da ausência de uma política industrial que incremente o valor agregado para o PIB do Estado e, portanto, impacte na geração de emprego e renda.

A sustentação do crescimento econômico do Estado de Alagoas nos próximos anos dependerá da continuidade do fortalecimento da capacidade produtiva interna, por meio de maiores investimentos públicos e privados, assim como da elevação da poupança interna, sendo esta necessária para diminuir a dependência de financiamento para os investimentos.

¹¹ O montante da Administração, Saúde e Educação Públicas e Seguridade Social foi de R\$ 4,743 bilhões (24,77% do PIB) em 2008.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Mesmo com a possibilidade que o cenário previsto no que se refere ao aumento da arrecadação do ICMS s/ FECOEP não se confirme em face do modelo de esgotamento do incremento da arrecadação em percentual do PIB o Governo de Alagoas, em compromisso com uma política fiscal austera, decidiu elevar a meta de superávit primário de R\$ 317,4 milhões (1,07% do PIB) para R\$ 550,9 milhões (1,86% do PIB) em 2012 no sentido de manter a sustentabilidade da dívida pública.

Salienta-se que o resultado primário obtido em 2010 difere do Balanço Geral do Estado em face da adoção da metodologia da estatística fiscal utilizada que considera o impacto da despesa do AL Previdência e que não foi computada em função da utilização dos recursos financeiros disponíveis, ou seja, foi pago os aposentados e pensionistas, mas não impactou nas finanças públicas do Estado.

Tabela V– Anexo Resumido das Metas Fiscais do Estado de Alagoas dos três anos anteriores (% do PIB de Alagoas) – Preços correntes

DISCRIMINAÇÃO	2010		2011		REPROGRAMAÇÃO	
		PIB		PIB	2012	PIB
I) Resultado Primário Indicado na LDO	330.755	1,34%	317.345	1,17%	317.435	1,07%
II) Resultado Primário Obtido	235.341	0,95%	470.489	1,73%	550.890	1,86%
Resultado Obtido – Indicado (II – I)	-95.414	-0,39%	153.144	0,56%	233.455	0,79%
Resultado Nominal	679.970	2,75%	305.091	1,12%	133.557	0,45%
Dívida Pública Bruta	7.525.492	30,45%	7.830.583	28,83%	7.964.140	26,90%
Dívida Pública Líquida	6.798.649	27,51%	7.099.747	26,14%	7.300.000	24,66%
PIB Alagoas		24.712.906		27.157.452		29.602.685
PIB Brasil		3.770.084.872		4.143.013.338		4.516.046.545

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Valores em R\$ 1.000,00

Tabela VI – Anexo Resumido das Metas Fiscais do Estado de Alagoas dos três anos anteriores (% do PIB de Alagoas) – (Preços médios de 2011 - IGP-DI)

DISCRIMINAÇÃO	2010		2011		REPROGRAMAÇÃO	
		PIB		PIB	2012	PIB
I) Resultado Primário Indicado na LDO	375.468	1,34%	331.904	1,17%	317.435	1,07%
II) Resultado Primário Obtido	267.156	0,95%	492.074	1,73%	550.890	1,86%
Resultado Obtido – Indicado (II – I)	-108.313	-0,39%	160.170	0,56%	233.455	0,79%
Resultado Nominal	771.892	2,75%	319.088	1,12%	133.557	0,45%
Dívida Pública Bruta	8.542.826	30,45%	8.189.836	28,83%	7.964.140	26,90%
Dívida Pública Líquida	7.717.725	27,51%	7.425.471	26,14%	7.300.000	24,66%
PIB Alagoas		28.053.722		28.403.387		29.602.685
PIB Brasil		4.279.743.954		4.333.087.250		4.516.046.545

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Valores em R\$ 1.000,00

Tabela VII - Trajetória Estimada para o Resultado Primário, a Dívida Bruta e Líquida e para o Resultado Nominal 2012 - 2015 (Variáveis em % do PIB de Alagoas) – Preços correntes



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

DISCRIMINAÇÃO	REPROGRAMAÇÃO							
	2012	PIB	2013	PIB	2014	PIB	2015	PIB
I) Resultado Primário Indicado na LDO	317.435	1,07%	503.840	1,57%	551.819	1,58%	503.646	1,33%
II) Resultado Primário Obtido	550.890	1,86%	503.840	1,57%	551.819	1,58%	503.646	1,33%
Resultado Obtido – Indicado (II – I)	233.455	0,79%	503.840	1,57%	551.819	1,58%	503.646	1,33%
Resultado Nominal	133.557	0,45%	112.058	0,35%	65.168	0,19%	91.752	0,24%
Dívida Pública Bruta	7.964.140	26,90%	8.076.198	25,14%	8.141.366	23,36%	8.233.118	21,77%
Dívida Pública Líquida	7.300.000	24,66%	7.358.452	22,91%	7.580.000	21,75%	7.650.158	20,23%
PIB Alagoas		29.602.685		32.118.913		34.849.021		37.811.188
PIB Brasil		4.516.046.545		4.899.910.502		5.316.402.894		5.768.297.141

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)
Valores em R\$ 1.000,00

Tabela VIII - Trajetória Estimada para o Resultado Primário, a Dívida Bruta e Líquida e para o Resultado Nominal 2012 – 2015
(Variáveis em % do PIB de Alagoas) – (Preços médios de 2011 IGP-DI)

DISCRIMINAÇÃO	REPROGRAMAÇÃO							
	2012	PIB	2013	PIB	2014	PIB	2015	PIB
I) Resultado Primário Indicado na LDO	317.435	1,07%	481.470	1,57%	504.611	1,58%	440.726	1,33%
II) Resultado Primário Obtido	550.890	1,86%	481.470	1,57%	504.611	1,58%	440.726	1,33%
Resultado Obtido – Indicado (II – I)	233.455	0,79%	481.470	1,57%	504.611	1,58%	440.726	1,33%
Resultado Nominal	133.557	0,45%	107.083	0,35%	59.593	0,19%	80.290	0,24%
Dívida Pública Bruta	7.964.140	26,90%	7.717.617	25,14%	7.444.872	23,36%	7.204.569	21,77%
Dívida Pública Líquida	7.300.000	24,66%	7.031.739	22,91%	6.931.531	21,75%	6.694.437	20,23%
PIB Alagoas		29.602.685		30.692.843		31.867.689		33.087.503
PIB Brasil		4.516.046.545		4.682.355.916		4.861.584.840		5.047.674.018

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)
Valores em R\$ 1.000,00

Dessa forma, por meio dessas metas, o governo reitera o compromisso com a manutenção do equilíbrio das finanças públicas no sentido de manter a sustentabilidade da dívida pública e, assim como a ampliação dos investimentos em infra-estrutura, gerando condições para um crescimento sustentado com inclusão social.

ANEXO II – A1
GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO
EXERCÍCIO ANTERIOR
METAS ANUAIS
2011

(Art. 4, § 2º, inciso I da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais de 2011



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabeleceu, em seu artigo 4º, § 2º, inciso I, que o Anexo de Metas Fiscais conterá, além do demonstrativo de metas anuais, a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.

As metas fiscais do Estado de Alagoas, para o exercício de 2011, foram originalmente estabelecidas através da Lei nº 7.198 de 28 de julho de 2010 (LDO), que dispôs sobre as diretrizes orçamentárias para aquele exercício, o qual constituiu a necessidade da obtenção de um superávit primário de R\$ 605,7 milhões (2,23% do PIB) e a qual foi reprogramada através da Lei nº 7.264 de 22 de julho de 2011 para R\$ 317,4 milhões (1,17% do PIB) em face da priorização da política de investimentos estruturais do governo.

Os parâmetros fixados na Lei Orçamentária serão objeto dos comentários a seguir:

- *Resultado Fiscal*

Por ocasião das elaborações das programações financeiras e dos cronogramas trimestrais de desembolsos de que tratam o art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, foram reavaliadas as receitas primárias e as despesas obrigatórias e verificada a necessidade de limitação de empenho, a movimentação financeira e os pagamentos das despesas discricionárias (custeio, investimentos e inversões financeiras) em R\$ 632,7 milhões, o que foi feito por meio dos Decretos de Programação Trimestral Financeira. É de ressaltar que no alusivo período a economia orçamentária, a qual é a diferença entre a despesa executada e a despesa fixada, foi de R\$ 729,2 milhões e a insuficiência de arrecadação de R\$ 223 milhões.

No exercício financeiro de 2011, o total das receitas primárias alcançou R\$ 5,580 bilhões (20,55% do PIB), ou seja, as receitas totais excluídas as operações de crédito, as amortizações de empréstimo, as receitas de alienação de ativos e as receitas provenientes de remuneração de depósitos bancários, tiveram um acréscimo nominal de 1,86% correspondendo a R\$ 101,9 milhões em relação a 2010. Entretanto, em relação ao PIB um decréscimo de 1,62% do PIB.

O total das receitas de transferências líquidas do FUNDEB em 2011 foi de R\$ 3,245 bilhões (11,95% do PIB) e em 2010 de R\$ 3,264 bilhões (13,21% do PIB), resultando em uma redução de 1,26% do PIB. No que se refere ao FPE líquido do FUNDEB era de R\$ 1,623 bilhão (6,57% do PIB) em 2010 e passou para R\$ 2 bilhões (7,36% do PIB) em 2011 ou um incremento nominal de 23,18%. Ressalta-se, ainda, que no que tange as Outras Transferências que eram de R\$ 1,641 bilhão (6,64% do PIB) em 2010 e reduziu para R\$ 1,245 bilhão (4,59% do PIB). Assim, essa queda significativa foi reflexo da redução das transferências de convênio no que se referem às transferências correntes¹² bem como das transferências de

¹² As receitas de Transferências de Convênios tiveram um aumento expressivo em face da enchente que atingiu diversos municípios alagoanos.



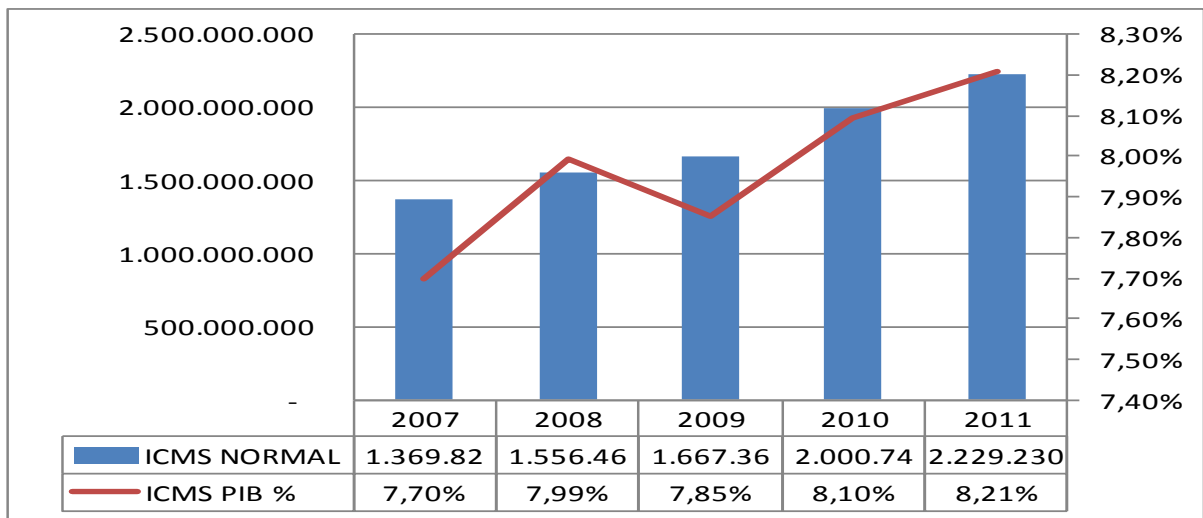
ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

capital em 2011 em relação a 2010. A título de comparação as alusivas transferências alcançaram de R\$ 777.1 milhões em 2010 e reduziram em 2011 para R\$ 256,3 milhões.

O total das receitas da arrecadação própria em 2010 foi de R\$ 2,214 bilhões (8,96% do PIB) e passou para R\$ 2,335 bilhões (8,60% do PIB), refletindo em um acréscimo nominal de R\$ 121 milhões ou 5,47%. O ICMS Principal excluído o FECOEP líquido do Fundeb em 2010 correspondeu a R\$ 1,701 bilhão (6,88% do PIB) e em 2011 foi de R\$ 1,895 bilhão (6,98% do PIB), resultando em um incremento nominal de 11,42% ou de R\$ 194,2 milhões (0,1% do PIB).

O Gráfico VI explicita o modelo de esgotamento do aumento da arrecadação do ICMS Principal excluindo o FECOEP em relação ao PIB, na medida em que em 2007 correspondia a 7,70% do PIB e passou para 8,21% do PIB em 2011. Além disso, em 2010 o PIB teve um incremento de 7,5% a.a e arrecadação correspondeu a 8,10% do PIB.

Gráfico VI – Modelo de esgotamento do incremento do ICMS Principal excluído FECOEP em % do PIB – 2007 a 2011



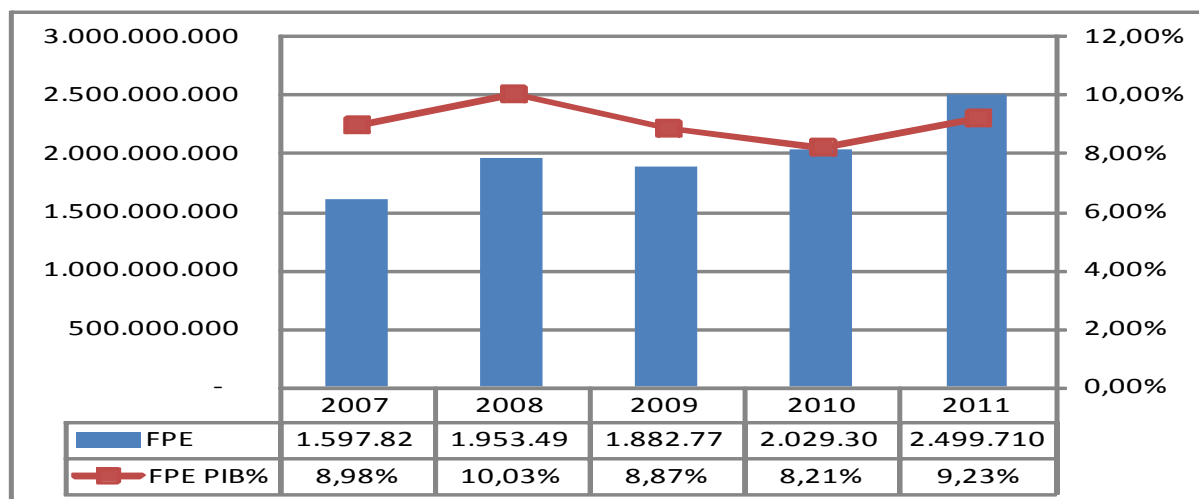
Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

O Gráfico VII demonstra o real efeito da crise econômica mundial em 2008 e os reflexos para as finanças pública do Estado em função que mesmo com o significativo incremento da arrecadação do FPE para R\$ 2,499 bilhões em 2011 o alusivo montante foi inferior em % do PIB quando se compara a 2008. Assim, evidencia-se o modelo de esgotamento do aumento da receita do FPE em % do PIB e os reflexos estruturais para o equilíbrio das contas públicas.

Gráfico VII– Modelo de esgotamento do incremento do FPE em % do PIB – 2007 a 2011



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR



Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Ressalta-se, ainda, que a redução de outras receitas de arrecadação própria foi reflexo da criação do AL Previdência em face que as Receitas de Contribuição Previdenciária que foi de R\$ 152,6 milhões (0,73% do PIB) e reduziu em 2010 para R\$ 56,1 milhões (0,24% do PIB), evidenciando uma redução nominal de 63,2% ou R\$ 96,4 milhões (-0,46% do PIB).

O total das despesas não financeiras, ou seja, as despesas totais do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, totalizou em 2011 R\$ 5,110 bilhões (18,82% do PIB) e em 2010 de R\$ 5,242 bilhões (21,22% do PIB), implicando em uma redução nominal de 2,54% ou R\$ 133,2 milhões (2,40% do PIB). Assim, essa redução das despesas não financeiras é reflexo do incremento da Receita Líquida Real que gerou em um incremento do serviço da dívida bem como a redução das Transferências Correntes e de Capital e das Operações de Crédito de 2011 em relação a 2010.

A despesa de pessoal em 2011 foi de R\$ 2,779 bilhões (10,23% do PIB) e em 2010 de R\$ 2,621 bilhões¹³ (10,61% do PIB), implicando em um crescimento nominal de R\$ 157,5 milhões (6,01%). Salienta-se que houve uma redução de 0,37% do PIB de 2011 em relação a 2010, reflexo da política de reajuste salarial para todas as categorias em 2011.

As despesas referentes às Outras Despesas Correntes excluindo as Transferências Constitucionais Legais, Investimentos e Inversões Financeiras totalizaram em 2010 o montante de R\$ 2,029 bilhões (8,21% do PIB) e em 2011 de R\$ 1,680 bilhão (6,19% do PIB). Assim, houve uma redução nominal de R\$ 348,2 milhões (17,16%) de 2011 em relação a 2010 e no que concerne a relação com o PIB foi de 2,02% do PIB.

¹³ Salienta-se para o fato de que houve um ajuste estatístico da despesa de pessoal montante de R\$ 122 milhões repassados do antigo Fundo Previdenciário ao AL Previdência que financiou a despesa com inativos e pensionistas e que não foram contabilizados na despesa de pessoal em 2010.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

No que se refere às outras despesas correntes¹⁴, excluindo as Transferências Constitucionais Legais, evidenciou-se que em 2010 correspondeu a R\$ 1,160 bilhão (4,70% do PIB) e em 2011 foi de R\$ 1,114 bilhões (4,10% do PIB), resultando em uma redução nominal de R\$ 46,4 milhões ou 4,00% e no que tange ao percentual do PIB foi de 0,6%.

Entretanto, quando se compara o exercício de 2011 em relação a 2007, evidencia-se que o custeio de manutenção do Estado teve um incremento real de 56,04%, sendo que em face de sua representatividade os Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica teve um incremento real de 33,85%.

Tabela IX - Despesa de custeio de Manutenção do Estado 2007 - 2011

	2007	2008	2009	2010	2011	2011 - 2007	2011 - 2010
CUSTEIO DE MANUTENÇÃO DO ESTADO	628.248	699.876	789.055	928.973	980.346	56,04%	5,53%
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	3.673	3.429	2.061	4.039	6.608	79,88%	63,60%
OUTROS BENEFÍCIOS DE NATUREZA SOCIAL	31.128	449	-	-	-	-100,00%	
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.480	2.339	-	-	-	-100,00%	
DIARIAS- PESSOAL CIVIL	8.246	8.231	11.884	12.177	10.831	31,35%	-11,05%
DIARIAS- PESSOAL MILITAR	6.798	5.222	2.312	2.953	1.785	-73,75%	-39,57%
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	3.546	6.041	6.425	8.510	8.400	136,92%	-1,30%
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	1.494	1.758	2.658	1.360	1.836	22,90%	34,97%
MATERIAL DE CONSUMO	139.020	148.741	195.932	151.565	135.339	-2,65%	-10,71%
PREMIAÇÕES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTROS	59	57	7	371	97	65,21%	-73,80%
MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	35.200	39.110	42.843	104.241	89.100	153,12%	-14,53%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	5.659	7.676	7.886	6.551	8.318	46,99%	26,97%
SERVÇOS DE CONSULTORIA	1.274	3.521	7.750	14.431	10.820	749,31%	-25,02%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA FISICA	51.555	57.265	76.447	80.288	86.576	67,93%	7,83%
LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA	20.787	25.884	34.948	49.575	51.125	145,95%	3,13%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	291.915	281.607	301.553	352.529	390.743	33,85%	10,84%
SUBVENÇÕES SOCIAIS	5	-	-	-	-		
AUXILIO ALIMENTAÇÃO	-	-	162	165	163		-1,63%
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	482	39.725	50.277	63.268	63.653	13111,47%	0,61%
OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA	1	157	401	2.978	3.001	227599,29%	0,78%
AUXILIO TRANSPORTE	-	-	-	4	13		236,19%
SENTENÇAS JUDICIAIS	8	60	140	274	130	1509,51%	-52,63%
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	21.608	39.074	12.336	20.205	24.718	14,39%	22,33%
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.556	5.424	4.167	7.590	43.415	1598,26%	472,02%
OUTROS SERV.DE TERC.-PES.JUR.OP.INTRA-ORC	746	22.862	28.865	45.899	43.675	5757,18%	-4,85%

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Valores: R\$ 1.000,00

¹ Valores monetários calculados a preço de dezembro de 2011 (IPC- A – IBGE)

No que tange às despesas de capital os ¹⁵ investimentos e inversões financeiras eram de R\$ 868,2 milhões (3,51% do PIB) em 2010 e reduziram para R\$ 566,3 milhões (2,09% do PIB) em 2011, implicando em uma redução nominal de R\$ 301,8 milhões ou de 34,77%, correspondendo uma diminuição de 1,43% do PIB.

¹⁴ As Transferências de Convênios Correntes corresponderam a R\$ 200 milhões em 2010 reflexo da enchente e em 2011 foi de R\$ 81,8 milhões.

¹⁵ As transferências de capital em 2010 foram de R\$ 577,1 milhões e reduziram para R\$ 174,5 milhões em 2011.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

O equilíbrio das contas públicas fica evidenciado no que tange a obtenção do superávit primário em face que em 2010 foi de R\$ 235,3 milhões (0,95% do PIB) reflexo da grave crise mundial e em 2011 passou para R\$ 470,5 milhões (1,73% do PIB). Salienta-se, ainda, que a meta do superávit primário fixado pela LDO para o exercício de 2011 era de R\$ 319,3 milhões (1,31% do PIB). É de salientar que o superávit primário foi aumentado e, além disso, o governo privilegiou a realização de investimentos estruturantes.

No que se refere ao resultado primário estrutural¹⁶ do Estado de Alagoas adicionamos os efeitos dos restos a pagar não processados que foram cancelados em 2007, 2008, 2009 e 2010 e evidenciamos o impacto no crescimento do resultado primário principalmente no que tange as despesas com investimentos. Além disso, foi reduzido o resultado primário excluindo o montante de R\$ 122 milhões repassados do antigo Fundo Previdenciário ao AL Previdência que financiou a despesa com inativos e pensionistas e que não foram contabilizados na despesa de pessoal em 2010, bem como as receitas extraordinárias da Terceirização da Folha.

Os resultados primários estruturais obtidos foram inferiores aos superávits primários nos exercícios de 2007, 2010 e 2011. Salienta-se, ainda que o Resultado Primário abaixo difere do Anexo Fiscal em face que para a elaboração deste não se adiciona o cancelamento de Restos a pagar não Processados no que se refere às despesas de custeio e investimento.

Tabela X – Resultado Primário Estrutural 2007 – 2011

	2007	% PIB	2008	% PIB	2009	% PIB	2010	% PIB	2011
Resultado Primário (RP) (A)	639.114	3,59%	467.818	2,40%	92.874	0,44%	375.066	1,52%	470.489
Cancelamento de RNP - Custeio (B)	6.719	0,04%	17.385	0,09%	25.322	0,12%	30.060	0,12%	
Cancelamento de RNP - Investimento (C)	18.787	0,11%	71.672	0,37%	157.462	0,74%	92.456	0,37%	
Despesa de Aposentadoria não contabilizada (D)		0,00%		0,00%		0,00%	132.000	0,53%	
Terceirização da Folha (E)	75.323								64.885
Resultado Primário Estrutural = A + (B+C) - D - E	589.298	3,31%	556.875	2,86%	275.658	1,30%	365.583	1,48%	405.604
PIB Alagoas	17.793.746		19.475.840		21.234.293		24.712.906		27.157.452

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

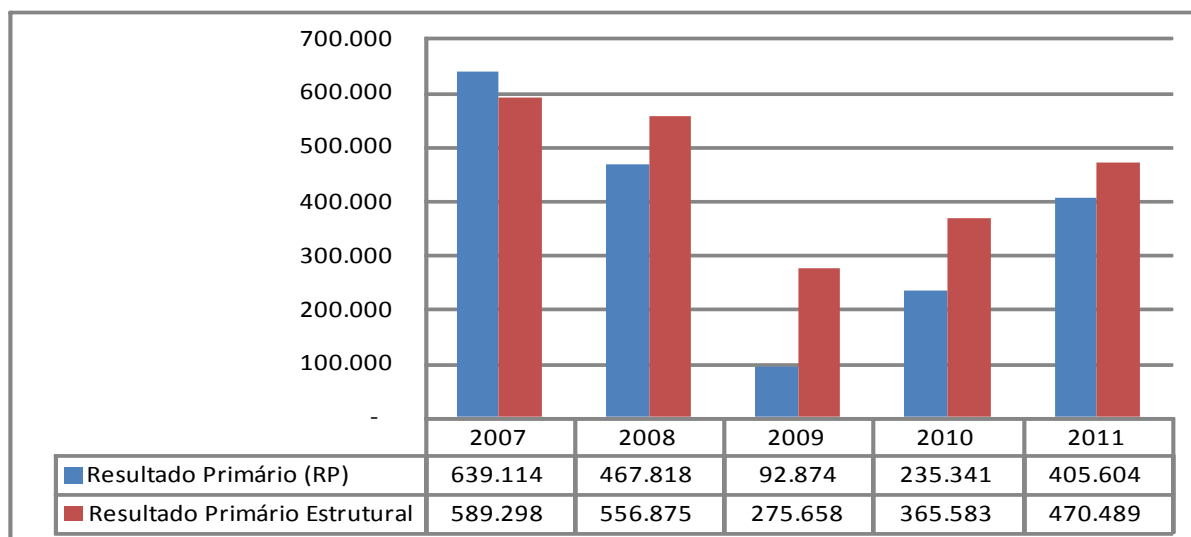
Valores: R\$ 1.000,00

Gráfico VIII – Resultado Primário x Resultado Primário Estrutural - 2007 a 2011

¹⁶ Realizar ajuste nas estatísticas, por exemplo, as práticas relacionadas com superestimação e antecipação de receitas, a contabilização equivocada de receitas na forma de primárias e despesas em não primárias, a postergação do pagamento de despesas para o início do ano fiscal seguinte e o atraso das restituições.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR



Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)
Valores: R\$ 1.000,00

O compromisso do esforço fiscal feito pelo Estado é evidenciado na medida em que a dívida pública consolidada em 2010 era de R\$ 7,525 bilhões (30,45% do PIB) e em 2011 passou para R\$ 7,831 bilhões (28,83% do PIB) e no que concerne a dívida líquida consolidada em 2010 era de R\$ 6,799 bilhões (27,51% do PIB) e passou para R\$ 7,100 bilhões (26,14% do PIB).

Tabela XI – Análise Analítica do Resultado Fiscal 2009 – 2011 (% do PIB de Alagoas)

DISCRIMINAÇÃO	2009	%	2010	%	2011	%
I - RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL	4.476.796	21,08%	5.478.240	22,17%	5.580.194	20,55%
Receitas de Transferências	2.458.667	11,58%	3.264.085	13,21%	3.245.009	11,95%
FPE líquido do Fundeb	1.506.223	7,09%	1.623.441	6,57%	1.999.768	7,36%
Outras	970.257	4,57%	1.640.644	6,64%	1.245.241	4,59%
Receitas de Arrecadação Própria	2.018.130	9,50%	2.214.155	8,96%	2.335.186	8,60%
ICMS líquido do Fundeb	1.417.261	6,67%	1.700.637	6,88%	1.894.846	6,98%
IPVA líquido do Fundeb	91.688	0,43%	100.771	0,41%	115.721	0,43%
Outras	509.180	2,40%	412.746	1,67%	324.619	1,20%
II - DESPESA COM TRANSF A MUNICÍPIOS	488.980	2,30%	592.766	2,40%	650.252	2,39%
III - RECEITA LÍQUIDA (I - II)	3.987.816	18,78%	4.885.474	19,77%	4.929.942	18,15%
IV - DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	3.912.756	18,43%	4.650.133	18,82%	4.459.454	16,42%
Pessoal	2.571.700	12,11%	2.621.585	10,61%	2.779.092	10,23%
OCC	1.341.056	6,32%	2.028.549	8,21%	1.680.362	6,19%
Investimentos	558.774	2,63%	847.140	3,43%	557.594	2,05%
Inversões	11.712	0,06%	21.020	0,09%	8.749	0,03%
Outras Despesas Correntes	770.570	3,63%	1.160.389	4,70%	1.114.018	4,10%
V - RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)	75.060	0,35%	235.341	0,95%	470.489	1,73%
RESULTADO NOMINAL	(109.899)	-0,52%	679.970	2,75%	305.091	1,12%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	6.845.522	32,24%	7.525.492	30,45%	7.830.583	28,83%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	6.509.556	30,66%	6.798.649	27,51%	7.099.747	26,14%
PIB ALAGOAS		21.234.293		24.712.906		27.157.452
PB BRASIL		3.239.403.999		3.770.084.872		4.143.013.338

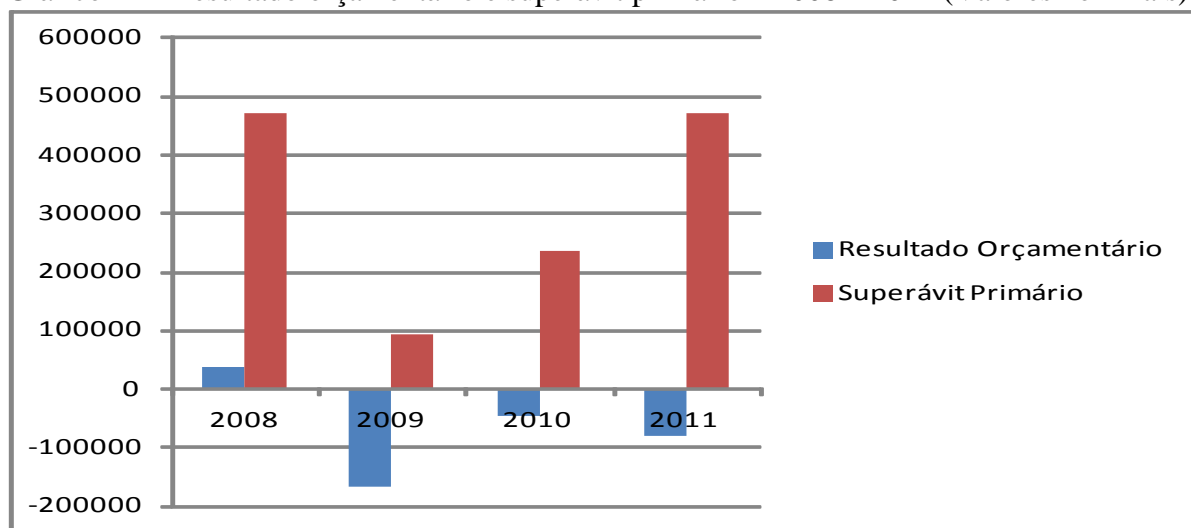
Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)
Valores em R\$ 1.000,00



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

O gráfico IX evidencia a gravidade da crise mundial de 2008 e os efeitos em 2009 em face da geração de um déficit orçamentário expressivo em 2009. No que concerne aos exercícios de 2010 e 2011 e a retomada do ajuste fiscal em face da geração de um superávit primário expressivo, entretanto a obtenção do superávit orçamentário demonstra o peso significativo do serviço da dívida (juros e amortização da dívida) no tocante ao resultado das contas públicas¹⁷.

Gráfico IX - Resultado orçamentário e superávit primário – 2008 – 2011 (Valores nominais)



Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)
Valores em R\$ 1.000,00

O superávit primário é direcionado ao serviço da dívida, o qual contribui para reduzir o estoque total da dívida líquida. Por sua vez, o déficit primário indica a parcela do crescimento da dívida em decorrência do financiamento de gastos não financeiros que excedem as receitas não financeiras.

No exercício de 2011, o superávit primário foi de R\$ 470,5 milhões. Desta forma, o desempenho das receitas primárias permitiu a cobertura integral de toda a despesa primária (corrente e de capital).

O superávit primário, entretanto, não foi suficiente para o pagamento do serviço da dívida (despesa com juros e amortização da dívida), que atingiu o valor de R\$ 683,1 milhões, gerando, assim, uma necessidade de financiamento bruta de R\$ 212,6 milhões retroalimentando o crescimento da dívida pública.

¹⁷ Em face da deterioração das contas públicas, Alagoas assinou o contrato de ajuste fiscal com a União, que lhe impôs a rigidez maior que a regra previa no tocante ao limite para o pagamento do serviço da dívida que alcançou 15% da RLR, quando os demais estados comprometiam 11% da RLR em face de que no momento da negociação do citado Programa, Alagoas apresentava um dos piores indicadores quando se compara o volume da dívida consolidada liquidada e receita corrente líquida e este foi um dos parâmetros utilizados para definição dos critérios que orientaram as assinaturas dos contratos de refinanciamentos entre o Governo Federal e os Estados.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

O superávit primário alcançado neste exercício teve uma queda real de 41,35% em relação a 2007 e um incremento real de 17,04% em confronto a 2010. O acréscimo real em relação a 2010 foi reflexo da redução real das despesas de investimento de 21,70%.

Tabela XII - Evolução do Resultado Primário 2007 – 2011

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 / 2007	2011 / 2010
Receita Primária Corrente Líquida do FUNDEB (1)	4.595.320	4.898.109	4.907.487	5.252.758	5.405.723	17,64%	2,91%
Receita Primária de Capital (2)	110.766	162.151	181.032	618.496	174.472	57,51%	-71,79%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (3) = (1) + (2)	4.706.086	5.060.261	5.088.519	5.871.253	5.580.194	18,57%	-4,96%
Despesas Primárias Correntes (4) = (5) - (6)	3.699.360	4.071.324	4.337.504	4.538.838	4.543.362	22,81%	0,10%
Despesas Correntes (5)	3.944.649	4.265.400	4.490.042	4.724.480	4.727.877	19,86%	0,07%
Juros e Encargos da Dívida (6)	245.289	194.077	152.538	185.642	184.515	-24,78%	-0,61%
Despesas Primárias de Capital (7) = (8) - (9)	204.465	436.961	645.869	930.442	566.343	176,99%	-39,13%
Despesas de Capital (8)	560.374	830.728	1.227.413	1.360.025	1.064.935	90,04%	-21,70%
Amortização da Dívida (9)	355.909	393.768	581.544	429.583	498.592	40,1%	16,06%
TOTAL DAS DESPESAS PRIMÁRIAS (10) = (4) + (7)	3.903.825	4.508.284	4.983.373	5.469.280	5.109.706	30,89%	-6,57%
RESULTADO PRIMÁRIO (9) = (3) - (10)	802.261	551.977	105.146	401.974	470.489	-41,35%	17,04%
Variação (%)	87,59%	-31,20%	-80,95%	282,30%	17,04%		

Nota ¹: Valores monetários calculados a preço de dezembro de 2011 (IPC- A – IBGE)

Fonte : R\$ 1.000,00

- *Dívida Consolidada*

A Dívida Consolidada, também chamada de fundada, corresponde ao montante total apurado sem duplicidade das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados de realização de operações de crédito, com amortização de prazo superior a doze meses.

A Resolução nº 40/01 do Senado Federal determina que o limite de endividamento seja, no máximo, duas vezes a RCL, porém, para efeito de apuração desse limite, utiliza-se o conceito de Dívida Consolidada Líquida, deduzindo da dívida consolidada o superávit financeiro existente.

A rubrica Dívida Mobiliária é composta pelas Letras Financeiras do Tesouro Estadual – LFT-AL. Com o refinanciamento ocorrido através da Lei 9496/97, a maior parcela das LFT-AL foi resgatada. Ficaram de fora desse processo apenas alguns investidores e atualmente o Tesouro Estadual encontra-se em processo de regularização desses títulos.

- *Sustentabilidade fiscal de longo prazo*

A sustentabilidade fiscal no que concerne à relação Dívida Consolidada (DC) / RCL correspondia a 200,24% em 2007 reduzindo para 163,10% em 2011 e considerando a Dívida Consolidada Líquida (DCL) / RCL era de 200,24% e diminuiu para 147,88%.

A relação DC/RCL apresenta uma trajetória descendente desde 2007, passando de 200,24% naquele ano, para 163,10% em 2011, apesar da obtenção das Operações de Crédito em 2009 e 2010. O crescimento da receita corrente neste período contribuiu para a redução



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

dessa relação, permitindo ainda que o Estado pudesse captar recursos por operações de crédito e assim financiar investimentos.

Tabela XIII: Dívida Consolidada / Receita Corrente Líquida – 2007 a 2011 (%)

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 / 2007	2011/2010
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (1)	6.218.123	6.955.422	6.845.522	7.525.492	7.830.583	25,93%	4,05%
Dívida Mobiliária	90.740	102.066	112.200	123.170	137.574	51,61%	11,69%
Dívida Contratual	5.671.572	6.223.793	6.342.734	7.040.125	7.338.539	29,39%	4,24%
Parcelamentos com a União	313.560	485.656	380.116	362.197	354.470	13,05%	-2,13%
De Tributos	-	33.636	31.371	29.780	27.804	-	-6,64%
Contribuições Sociais	248.190	389.835	291.680	281.042	281.042	13,24%	0,00%
FGTS	65.370	62.185	57.066	51.375	45.624	-30,21%	-11,19%
Outras Dívidas	142.251	143.907	10.471	-	-	-100,00%	-
DEDUÇÕES (2)	-	-	335.967	726.843	730.836	-	0,55%
Disponibilidade de Caixa Bruta	396.390	558.311	866.385	1.086.607	1.052.043	165,41%	-3,18%
Haveres Financeiros	20.309	18.085	27.356	41.582	33.592	65,41%	-19,21%
(-) Restos a Pagar Processados	615.384	608.885	557.774	401.346	354.799	-42,35%	-11,60%
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES	198.701	32.503	240.967	240.967	412.856	107,78%	71,33%
Precatórios anteriores a 05/05/2000	-	-	-	-	308.591	-	-
Insuficiência Financeira	198.686	32.488	-	-	-	-100,00%	-
Outras Obrigações	15	15	240.967	240.967	104.264	-	-56,73%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	6.218.123	6.955.422	6.509.556	6.798.649	7.099.747	14,18%	4,43%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - R	3.105.363	3.528.416	3.597.965	4.205.565	4.801.099	54,61%	14,16%
% DC/RCL	200,24%	197,13%	190,26%	178,94%	163,10%	-18,55%	-8,85%
% DCL / RCL	200,24%	197,13%	180,92%	161,66%	147,88%	-26,15%	-8,52%
Limite pelo Senado Federal - 200%	6.210.726	7.056.833	7.195.930	8.411.130	9.602.198	54,61%	14,16%

Fontes : Diretoria Especial de Contabilidade

Valores em R\$ 1.000,00

Por meio da tabela abaixo evidencia que a dívida consolidada teve um incremento nominal de 12,58% enquanto a Receita Líquida Real Média (RLRM), sendo esta a base de cálculo do serviço da dívida (juros e amortização), teve um incremento nominal de 35,49% no período de 2011 em relação a 2008, refletindo na diminuição da relação DC/RCL.

Tabela XIV: Programa de Ajuste Fiscal Resumido – 2008 a 2011

	2008	% PIB	2009	% PIB	2010	% PIB	2011	% PIB
Receitas Correntes	4.363.071	22,40%	4.620.813	21,76%	5.408.264	21,88%	6.189.225	22,79%
ICMS NORMAL	1.556.467	7,99%	1.667.366	7,85%	2.000.750	8,10%	2.229.230	8,21%
FPE	1.953.494	10,03%	1.882.779	8,87%	2.029.302	8,21%	2.499.710	9,20%
(-) Transferências do FUNDEB	249.006	1,28%	294.925	1,39%	355.940	1,44%	382.159	1,41%
Receita Realizada após TRANSF. FUNDEB	4.114.065	21,12%	4.325.888	20,37%	5.052.324	20,44%	5.807.066	21,38%
Receitas de Capital	141.594	0,73%	496.207	2,34%	800.290	3,24%	217.754	0,80%
Receita Total	4.255.659	21,85%	4.822.095	22,71%	5.852.614	23,68%	6.024.820	22,18%
(-) Dedução para o FUNDEB (ART. 5º 10.195/01)	481.996	2,47%	480.199	2,26%	546.159	2,21%	637.851	2,35%
Receita Realizada Líquida	3.773.663	19,38%	4.341.896	20,45%	5.306.455	21,47%	5.386.968	19,84%
Total das Deduções	608.971	3,13%	1.131.678	5,33%	1.582.399	6,40%	1.024.147	3,77%
(-) Operações de Crédito	3.998	0,02%	334.610	1,58%	199.469	0,81%	42.392	0,16%
(-) Alienação de Bens	168	0,00%	890	0,00%	23.727	0,10%	890	0,00%
(-) Transf. de Capital	137.428	0,71%	159.903	0,75%	577.071	2,34%	174.472	0,64%
(-) Transf. aos Municípios	467.377	2,40%	488.980	2,30%	592.766	2,40%	650.252	2,39%
(-) Gestão Plena de Saúde	-	0,00%	147.295	0,69%	189.367	0,77%	156.142	0,57%
(+) Ajuste FÉCOEP/FUNDEB	3.980	0,02%	4.206	0,02%	4.656	0,02%	4.848	0,02%
RECEITA LÍQUIDA REAL	3.168.672	16,27%	3.214.424	15,14%	3.752.871	15,19%	4.367.669	16,08%
RECEITA LÍQUIDA REAL MÉDIA	2.994.348	15,37%	3.177.591	14,96%	3.386.305	13,70%	4.056.957	14,94%
RELAÇÃO RLR MÉDIA /RLR	94,50%		98,85%		90,82%	0,00%	92,89%	0,00%
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	164.486	0,84%	134.734	0,63%	173.215	0,70%	184.515	0,68%
AMORTIZACAO DA DIVIDA	333.731	1,71%	513.669	2,42%	400.827	1,62%	498.592	1,84%
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)	6.955.422	35,71%	6.845.522	32,24%	7.525.492	30,45%	7.830.583	28,83%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	6.955.422	35,71%	6.509.556	30,66%	6.798.649	27,51%	7.099.747	26,14%
DC/RLR	2,20		2,13		2,01		1,79	
DCL/RLR	2,20		2,05		1,81		1,75	
PIB BRASIL	3.032.203.004		3.239.403.999		3.770.084.872		4.143.013.338	
PIB ALAGOAS	19.475.840		21.234.293		24.712.906		27.157.452	

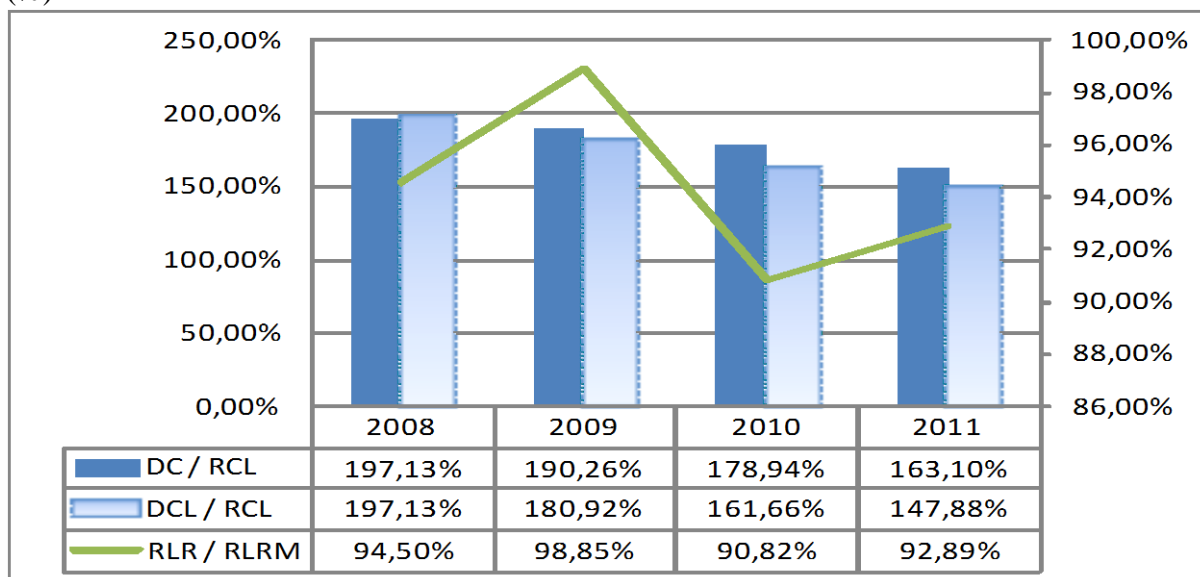
Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística

Valores em R\$ 1.000,00



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico X – Endividamento do Estado de Alagoas / Receita Corrente Líquida 2008 a 2011 (%)



Fontes: Diretoria Especial de Contabilidade e Gerência de Gestão Fiscal e Estatística.

A Dívida regida pelos contratos da Lei nº 9.496/97 e da Lei nº 8.727/93, caracterizando o refinanciamento da dívida com a União atingiu o montante de R\$ 6,7 bilhões representa 81,22% do total da dívida do Estado em 2011. Esses contratos têm seu custo atrelado ao índice IGP-DI (FGV) mais juros, e pagamento limitado a 15% da Receita Líquida Real – RLR. O comportamento da RLR e do IGP-DI influencia, portanto, diretamente nos valores da dívida consolidada. Além disso, tem o contrato da Lei 8.727/93 denominada COHAB e IPASEAL que é corrigida pela TR e que representa 4,45% do total da dívida do Estado. Assim, todos os contratos representaram 85,66% do total da dívida do Estado.

A Dívida da União representava 89,97% em 2007 diminuiu para 85,87% em 2011. No que se refere às dívidas que compõem a Lei nº 9.496/97 correspondia 77,11% da dívida da Administração Direta em 2007 e passou para 79,37% em 2011. Realizando uma análise desagregada da dívida Lei 9.496/97 a Dívida Mobiliária representava 20,53% em 2007 e passou para 3,43% em 2011 enquanto a Rolagem correspondia 38,86% e passou para 53,07% em 2011.

O gráfico XI evidencia o crescimento da Dívida Rolagem em face do crescimento do IGP-DI e do seu custo de financiamento respectivo, entretanto mesmo tendo o mesmo alusivo custo a Dívida Mobiliária teve uma diminuição em função de ter que ser priorizada a sua amortização em razão dos aspectos contratuais já que o seu vencimento é em 2012.

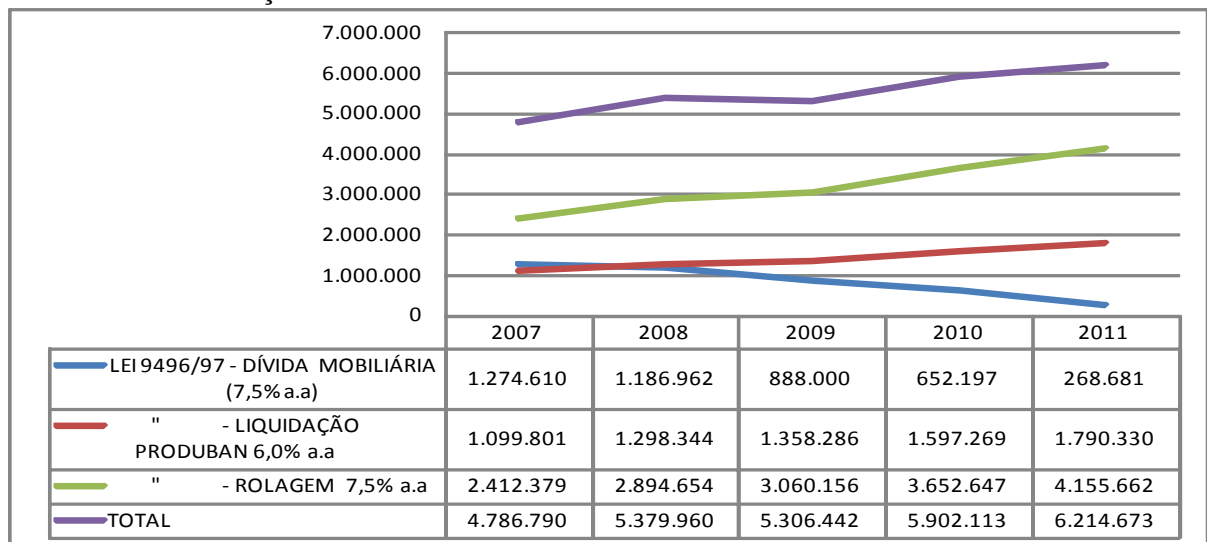
Assim, evidencia-se que o incremento total da dívida Lei 9.496/97 foi de 29,83% de 2011 em relação a 2007 e do IGD-DI de 27,546% corroborando no que se refere ao impacto significativo deste custo de financiamento para as contas públicas.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Salienta-se, ainda, que mesmo com o incremento significativo da RLRM o volume do serviço da dívida é insuficiente para realizar a amortização das dívidas Liquidação PRODUBAN e Rolagem, o que resultou no incremento de 62,79% e de 72,26%, respectivamente.

Gráfico XI – Evolução da dívida Lei 9.496/97 - 2007 – 2011



Fonte: Gerência da Dívida Pública (Superintendência do Tesouro Estadual)
Valores em R\$ 1.000,00

É importante destacar que a garantia de investimentos só será possível com o esforço em continuar a política fiscal assumida pelo Estado para os próximos exercícios, ou seja, de controle das despesas públicas no que tange a despesa de pessoal e de custeio.

A previsão da relação superávits primários em valores nominais para o período de 2012 a 2015 tem como objetivo não só manter a sustentabilidade da dívida pública como principalmente foi levado em consideração o efeito do significativo incremento da despesa de pessoal. Assim, para alavancar o desenvolvimento do Estado é necessária a realização de convênios com a União para manter uma capacidade de investimento em torno de R\$ 500 milhões ao ano. Além desse objetivo o governo do Estado de Alagoas busca:

- a retomada do crescimento sustentável da economia do Estado;
- o incremento das receitas não financeiras;
- a continuidade do programa de Ajuste Fiscal firmado com o Governo Federal.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

ANEXO II – A2
GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2012 a 2014

(Art. 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

Tabela XV – Metas Fiscais para o Período 2011-2014 (Valores Correntes)

DISCRIMINAÇÃO	2012 - REPROGRAMAÇÃO		2013		2014		2015	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
I - RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL	6.215.460	21,00%	6.739.990	20,98%	7.303.599	20,96%	7.912.105	20,93%
Receitas de Transferências	3.734.271	12,61%	4.045.872	12,60%	4.382.487	12,58%	4.750.894	12,56%
FPE líquido do Fundeb	2.174.348	7,35%	2.381.346	7,41%	2.610.074	7,49%	2.860.772	7,57%
Outras	1.559.923	5,27%	1.664.526	5,18%	1.772.413	5,09%	1.890.122	5,00%
Receitas de Arrecadação Própria	2.481.189	8,38%	2.694.118	8,39%	2.921.112	8,38%	3.161.211	8,36%
ICMS líquido do Fundeb	2.070.498	6,99%	2.252.474	7,01%	2.446.615	7,02%	2.657.729	7,03%
IPVA líquido do Fundeb	126.345	0,43%	137.191	0,43%	149.086	0,43%	157.450	0,42%
Outras	284.346	0,96%	304.453	0,95%	325.411	0,93%	346.032	0,92%
II- DESPESA COM TRANSF A MUNICÍPIOS	709.553	2,40%	770.769	2,40%	836.250	2,40%	905.131	2,39%
III- RECEITA LÍQUIDA (I - II)	5.505.907	18,60%	5.969.221	18,58%	6.467.349	18,56%	7.006.974	18,53%
IV- DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	4.955.017	16,74%	5.465.380	17,02%	5.915.530	16,97%	6.503.328	17,20%
Pessoal	3.093.038	10,45%	3.487.895	10,86%	3.901.184	11,19%	4.338.983	11,48%
OCC	1.861.979	6,29%	1.977.485	6,16%	2.014.345	5,78%	2.164.345	5,72%
Investimentos	600.000	2,03%	600.000	1,87%	500.000	1,43%	500.000	1,32%
Inversões	2.000	0,01%	2.000	0,01%	2.000	0,01%	2.000	0,01%
Outras Despesas Correntes	1.259.979	4,26%	1.375.485	4,28%	1.512.345	4,34%	1.662.345	4,40%
V - RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)	550.890	1,86%	503.840	1,57%	551.819	1,58%	503.646	1,33%
RESULTADO NOMINAL	133.557	0,45%	112.058	0,35%	347.168	1,00%	91.752	0,24%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	7.964.140	26,90%	8.076.198	25,14%	8.141.366	24,98%	8.233.118	21,77%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	7.300.000	24,66%	7.358.452	22,91%	7.580.000	23,76%	7.650.158	20,23%
PIB ALAGOAS		29.602.685		32.118.913		34.849.021		37.811.188
PB BRASIL		4.516.046.545		4.899.910.502		5.316.402.894		5.768.297.141

Fonte: Gerência Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Valores em R\$ 1.000,00



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela XVI – Metas Fiscais para o Período 2012-2015 (Valores Preços Médios de 2012 - IGP-DI)

DISCRIMINAÇÃO	2012 - REPROGRAMAÇÃO		2013		2014		2015	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
I - RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL	6.215.460	21,00%	6.440.736	20,05%	6.678.776	20,96%	6.923.660	20,93%
Receitas de Transferências	3.734.271	12,61%	3.866.236	12,04%	4.007.565	12,58%	4.157.373	12,56%
FPE líquido do Fundeb	2.174.348	7,35%	2.275.615	7,08%	2.386.782	7,49%	2.503.381	7,57%
Outras	1.559.923	5,27%	1.590.622	4,95%	1.620.783	5,09%	1.653.992	5,00%
Receitas de Arrecadação Própria	2.481.189	8,38%	2.574.500	8,02%	2.671.211	8,38%	2.766.287	8,36%
ICMS líquido do Fundeb	2.070.498	6,99%	2.152.465	6,70%	2.237.307	7,02%	2.325.704	7,03%
IPVA líquido do Fundeb	126.345	0,43%	131.100	0,41%	136.332	0,43%	137.780	0,42%
Outras	284.346	0,96%	290.935	0,91%	297.572	0,93%	302.803	0,92%
II- DESPESA COM TRANSF A MUNICÍPIOS	709.553	2,40%	736.548	2,29%	764.709	2,40%	792.055	2,39%
III- RECEITA LÍQUIDA (I - II)	5.505.907	18,60%	5.704.189	17,76%	5.914.068	18,56%	6.131.605	18,53%
IV- DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	4.955.017	16,74%	5.222.719	16,26%	5.409.456	16,97%	5.690.879	17,20%
Pessoal	3.093.038	10,45%	3.333.033	10,38%	3.567.438	11,19%	3.796.921	11,48%
OCC	1.861.979	6,29%	1.889.685	5,88%	1.842.018	5,78%	1.893.958	5,72%
Investimentos	600.000	2,03%	573.360	1,79%	457.225	1,43%	437.536	1,32%
Inversões	2.000	0,01%	1.911	0,01%	1.829	0,01%	1.750	0,01%
Outras Despesas Correntes	1.259.979	4,26%	1.314.414	4,09%	1.382.964	4,34%	1.454.672	4,40%
V - RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)	550.890	1,86%	481.470	1,50%	504.611	1,58%	440.726	1,33%
RESULTADO NOMINAL	133.557	0,45%	107.083	0,33%	317.468	1,00%	80.290	0,24%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	7.964.140	26,90%	7.717.617	24,03%	7.444.872	23,36%	7.204.569	21,77%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	7.300.000	24,66%	7.031.739	21,89%	6.931.531	21,75%	6.694.437	20,23%
PIB ALAGOAS		29.602.685		30.692.843		31.867.689		33.087.503
PB BRASIL		4.516.046.545		4.682.355.916		4.861.584.840		5.047.674.018

Fonte: Gerência Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Valores em R\$ 1.000,00



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

ANEXO II – A3
GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O saldo do Balanço Patrimonial é apurado pelo confronto do Ativo, composto pelos bens e direitos da Administração Direta, com o Passivo, formado pelas obrigações com terceiros. Do resultado deste confronto obtém-se uma Situação Patrimonial Líquida Positiva (Ativo Real Líquido) ou uma Situação Patrimonial Negativa (Passivo Real a Descoberto).

O Saldo Patrimonial é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos e é apurado pelo confronto do Ativo Real com o Passivo Real. Do resultado deste confronto obtém-se uma situação patrimonial líquida positiva (Ativo Real Líquido) ou uma situação patrimonial líquida negativa (Passivo Real a Descoberto). O Passivo real a Descoberto foi de R\$ 5,866 bilhões em 2011 resultando em um incremento nominal de 5,43% em relação a 2010.

Tabela XVII – Saldo Patrimonial – 2010 e 2011

<i>SALDO PATRIMONIAL</i>			
	<i>2011</i>	<i>2010</i>	<i>R\$ milhares</i> <i>Variação</i> <i>2011/2010</i>
<i>Ativo Real</i>	<i>2.757.463</i>	<i>2.604.301</i>	<i>5,88%</i>
<i>Passivo Real</i>	<i>8.623.684</i>	<i>8.168.270</i>	<i>5,58%</i>
<i>Saldo Patrimonial</i>	<i>(5.866.221)</i>	<i>(5.563.970)</i>	<i>5,43%</i>

Fonte : SIAFEM – Valores 1.000,00

O saldo patrimonial dos exercícios de 2010 e 2011 foi altamente influenciado pelos ajustes ocorridos na Provisão para Perdas da Dívida Ativa e ajustes decorrentes da reforma da previdência.

Tabela XVIII – Balanço Patrimonial Geral do Estado – 2007 a 2011

<i>BALANÇO PATRIMONIAL GERAL DO ESTADO - 2007 a 2011</i>							
<i>DISCRIMINAÇÃO</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2011 - 2007</i>	<i>2011 - 2010</i>
<i>Ativo Real (1)</i>	<i>3.986.978</i>	<i>4.703.853</i>	<i>5.824.827</i>	<i>2.604.302</i>	<i>2.757.463</i>	<i>-30,84%</i>	<i>5,88%</i>
<i>Ativo Financeiro</i>	<i>508.228</i>	<i>741.751</i>	<i>1.029.997</i>	<i>1.128.189</i>	<i>1.085.635</i>	<i>113,61%</i>	<i>-3,77%</i>
<i>Ativo Permanente</i>	<i>3.478.750</i>	<i>3.962.102</i>	<i>4.794.830</i>	<i>1.476.113</i>	<i>1.671.828</i>	<i>-51,94%</i>	<i>13,26%</i>
<i>Passivo Real (2)</i>	<i>6.897.608</i>	<i>7.566.283</i>	<i>7.644.875</i>	<i>8.168.270</i>	<i>8.623.684</i>	<i>25,02%</i>	<i>5,58%</i>
<i>Passivo Financeiro</i>	<i>623.499</i>	<i>793.353</i>	<i>969.211</i>	<i>790.037</i>	<i>698.462</i>	<i>12,02%</i>	<i>-11,59%</i>
<i>Passivo Permanente</i>	<i>6.274.108</i>	<i>6.772.930</i>	<i>6.675.664</i>	<i>7.378.233</i>	<i>7.925.222</i>	<i>26,32%</i>	<i>7,41%</i>
<i>Passivo Real a Descoberto (3) = (1 - 2)</i>	<i>(2.910.630)</i>	<i>(2.862.430)</i>	<i>(1.820.048)</i>	<i>(5.563.968)</i>	<i>(5.866.221)</i>	<i>101,54%</i>	<i>5,43%</i>
<i>Passivo Real a Descoberto Corrigido¹</i>	<i>(3.653.627)</i>	<i>(3.377.372)</i>	<i>(2.060.545)</i>	<i>(5.963.132)</i>	<i>(5.866.221)</i>	<i>60,56%</i>	<i>-1,63%</i>
<i>Variação do Passivo Real a Descoberto</i>	<i>-33,93%</i>	<i>-7,56%</i>	<i>-38,99%</i>	<i>-189,40%</i>	<i>-1,63%</i>		

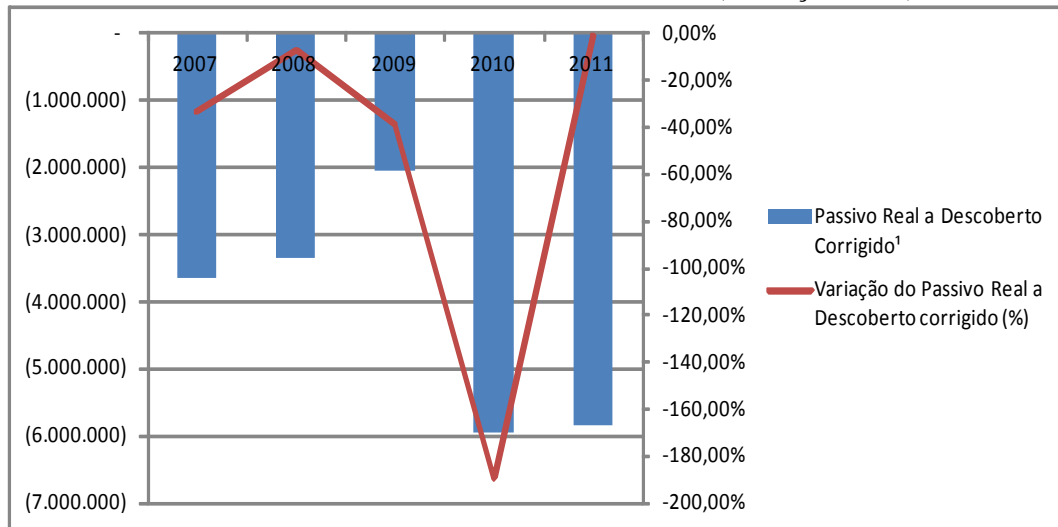
Fonte: SIAFEM – valores R\$ 1.000,00

¹ Valores monetários do superávit/déficit orçamentário calculados a preço de dezembro de 2011 (IPC - A – IBGE)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico XII - Passivo Real a Descoberto : 2007 a 2011 (Variação Real)



Fonte: SIAFEM – valores R\$ 1.000,00

¹ Valores monetários do superávit/déficit orçamentário calculados a preço de dezembro de 2011 (IPC- A – IBGE)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

ANEXO II – B
GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

As metas fiscais previstas, para o período de 2012 – 2015, encontram-se demonstradas nos Anexos II – A1, cujos cálculos foram desenvolvidos conforme descrição abaixo.

- *Memória e Metodologia de Cálculo da Receita 2012 - 2015*

As receitas cujos valores serviram de referência para o estabelecimento das metas fiscais para o Governo de Alagoas, no período de 2012 a 2015, foram estimadas utilizando-se, em grande parte, uma metodologia diferente da adotada em anos anteriores em face da necessidade de buscar maior efetividade na previsão da receita do ICMS. Ressalta-se, ainda, que foi refeita a previsão da arrecadação do ICMS excluindo Fecoep para o exercício de 2012 de R\$ 2,570 bilhões para R\$ 2,436 bilhões, resultando em uma insuficiência de arrecadação de R\$ 133,5 milhões. Assim, foi baseado na análise da arrecadação por segmento do ICMS de 2007 a 2011 e na constatação do modelo de esgotamento do incremento da arrecadação do ICMS em percentual do PIB, bem como na definição de um cenário de crescimento real do PIB do Brasil de 3,3% para 2012 e a mantida a correlação da participação do PIB de Alagoas de 2009 (0,6555%) para todos os cenários de 2012 a 2015.

Na definição das projeções das receitas que compõem a estrutura da LDO 2013, considerou-se arrecadação dos segmentos do ICMS de 2007 – 2011 e utilizou o modelo econométrico Holt-Winters, entretanto os resultados encontrados não foram satisfatórios em face que demonstrava para o período de 2012 a 2015 um incremento significativo da arrecadação em percentual do PIB. Assim, utilizou-se o programa Analytica e conjuntamente com outros indicadores econômicos para definir a trajetória não só da receita do ICMS bem como a previsão de todas as receitas do Estado.

Dentre estes indicadores dois merecem destaque especial: o primeiro é o desempenho da economia nacional que tem o Produto Interno Bruto (PIB) como seu medidor e que foi definido conforme a projeção de crescimento do PIB potencial do Brasil¹⁸ como também segundo é o índice oficial que mede a inflação no país, traduzido pela variação do IPCA / IBGE. As projeções utilizadas seguem a base definida pela Gerência de Gestão Fiscal e Estatística no que concerne a elaboração da LDO 2013 conforme Tabela IV.

Para subsidiar as estimativas das receitas do Tesouro Estadual para o período de 2012-2015, em especial daquelas chamadas de suporte de receita (impostos do Estado, incluindo os transferidos pela União, a Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico e os Royalties) adotou-se os procedimentos descritos detalhadamente a seguir:

¹⁸ O crescimento do PIB potencial é exatamente o máximo de expansão que não pressiona os fatores e não causa os desequilíbrios macroeconômicos.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

I – Ajuste dos dados passados

A análise das receitas realizadas foi efetuada com base na série histórica do período de 2007 a 2011 observados os seguintes procedimentos:

a. Para a estimação da previsão da arrecadação foram utilizados os dados provenientes da DAMIF- Diretoria de Análise e Monitoramento de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas (SEFAZ), que compila as informações por segmentos do ICMS (Alimentação, Automotivo, Bebidas/Fumo, Combustível, Comunicação, Construção Civil, Departamentos Têxtil, Energia Elétrica, Mineral, Outros, Químicos, Sucroalcooleiro, Sem classificação, Não identificado) no período mensal de 2007 a 2011. Ressalta-se que estas informações compreendem apenas a arrecadação do ICMS Principal em face de correlacioná-la com o nível de atividade econômica alusiva ao respectivo período.

b. Foi utilizada a base da arrecadação alusiva a cada segmento e utilizando o sistema de previsão da arrecadação disponibilizada pela Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina que se baseia no modelo econométrico Holt-Winters e, posteriormente, foi observada a previsão da arrecadação mensal para o período de 2012 a 2015 pelo alusivo modelo, entretanto os resultados obtidos não só não correspondiam ao incremento nominal verificado da arrecadação no 1º bimestre de 2012 em relação a 2011, como também se projetava um incremento significativo da arrecadação do ICMS em percentual do PIB. E conforme já relatado em tópicos anteriores evidencia-se um modelo de esgotamento da arrecadação do ICMS em percentual do PIB com a atual base tributária, cenário de alto endividamento do consumidor alagoano; a perda líquida de capital considerando apenas os empréstimos imobiliários em torno de R\$ 80 milhões ao ano¹⁹; a inclusão de muitas empresas no Simples o que impactará na arrecadação do segmento de Alimentação e as medidas liminares impetradas pelas Construtoras.

No que se refere à receita do ICMS, é possível prever um ambiente que não seja mais favorável um incremento em % do PIB para os próximos anos. Justifica-se este cenário devido ao fato de que já houve uma ampliação do esforço fiscal significativo, no período de 1995 a 2011, e aliado a um alto nível comprometimento da renda do consumidor alagoano no médio e longo prazos.

Foi evidenciado um incremento de receita do ICMS com elevação do esforço fiscal (ICMS/PIB) pelo fato de que em 1995 o ICMS correspondia a 5,78% do PIB e o ICMS excluindo o FECOEP20 a 8,23% do PIB em 2011.

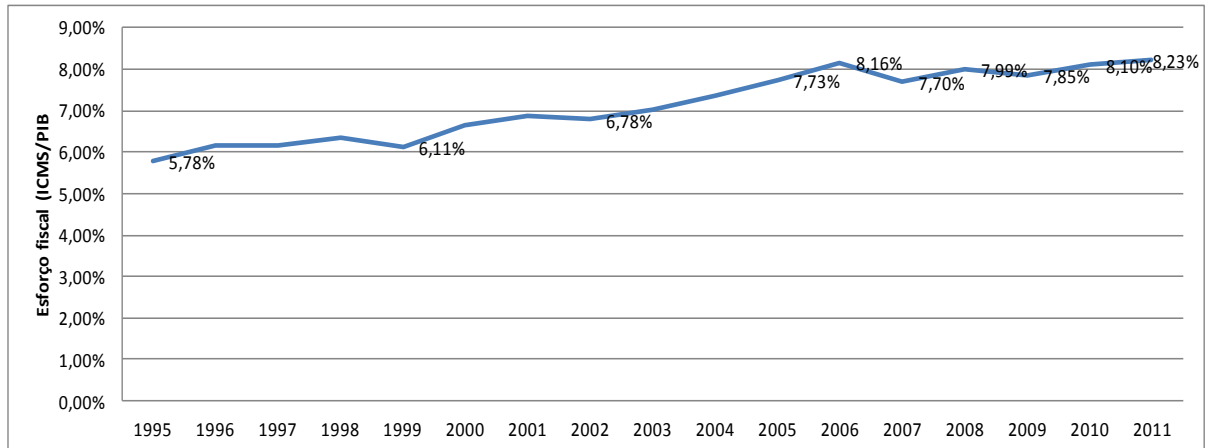
¹⁹ De 2002 a novembro de 2011 os empréstimos imobiliários no Brasil totalizaram R\$ 125,9 bilhões e para o Estado de Alagoas correspondeu a R\$ 725,3 milhões. Considerando segundo o Banco Central que os empréstimos imobiliários alcançaram R\$ 200,5 bilhões em dezembro de 2011 a GGFE projetou os empréstimos para Alagoas em R\$ 1 bilhão.

²⁰ O ICMS FECOEP teve sua criação em 2005 e visa incluir socialmente todos os alagoanos que estão abaixo da linha da pobreza. Assim, o objetivo de realizar a análise histórica do incremento do ICMS e excluir o efeito do



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico XIII – Esforço fiscal (ICMS/PIB) de 1995 a 2011



Fontes : SIAFEM , IBGE

Para o exercício de 2010 e 2011 a projeção foi feita pela Gerência Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

c. Evidenciada o modelo de esgotamento da arrecadação do ICMS em percentual do PIB para o ICMS no período de 2007 a 2011 projetou-se para o período de 2012 a 2015 a tendência do comportamento da arrecadação para cada segmento do ICMS em percentual do PIB. Com base nesta evidência realizamos uma análise no que se referem aos efeitos da política monetária e das medidas macroprudenciais do Banco Central e os resultados alusivos a cada segmento. Utilizamos ainda uma outra variável, que será utilizada como instrumento para corrigir o possível problema de discrepância do modelo no que tange aos efeitos da renúncia fiscal para cada segmento. Ressalta-se, ainda, que para obter maior efetividade na previsão da arrecadação há a necessidade de analisar o comportamento da arrecadação para cada empresa dentro de cada segmento e, posteriormente extrapolar para a previsão do segmento. Portanto, a aquisição pela SEFAZ da ferramenta de análise de dados da Oracle contribuiu para melhorar a eficácia na previsão da arrecadação bem como do planejamento da ação fiscal em face que possibilitará a fazer comparações entre a previsão da arrecadação de uma empresa X com a empresa Y dentro de cada segmento.

d. Os dados a serem utilizados são anuais para todos os alusivos e cobrem o período de 2007 a 2011. Ressalta-se que a arrecadação do ICMS Principal da DAMIF difere do SIAFEM em face de ajustes contábeis.

e. Foi realizada a projeção da arrecadação por segmento do ICMS Principal para os exercícios de 2012 a 2015. Assim, verifica-se que está sendo projetado um reduzido incremento da arrecadação em percentual do PIB.

FECOEP tem como pressuposto evidenciar o aumento do esforço fiscal e estabelecer cenários para o ICMS no que se refere ao básico, baixo e alto estabelecendo uma relação com o PIB de Alagoas.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela XIX – Arrecadação por segmento 2007 – 2011 – Valores nominais em % do PIB

	2007	% PIB	2008	% PIB	2009	% PIB	2010	% PIB	2011	% PIB
COMBUSTÍVEL	309.302	1,74%	335.865.441	1,72%	343.122.668	1,62%	484.094.586	1,96%	487.840.889	1,80%
ALIMENTAÇÃO	122.386	0,69%	149.815.612	0,77%	157.347.841	0,74%	198.768.865	0,80%	231.367.438	0,85%
AUTOMOTIVO	85.394	0,48%	95.173.054	0,49%	95.167.043	0,45%	127.776.027	0,52%	142.115.763	0,52%
BEBIDAS E FUMO	90.111	0,51%	112.972.324	0,58%	152.901.913	0,72%	201.040.970	0,81%	222.562.344	0,82%
COMUNICAÇÃO	180.635	1,02%	186.059.094	0,96%	198.105.180	0,93%	213.704.623	0,86%	229.927.979	0,85%
CONSTRUÇÃO CIVIL	58.910	0,33%	67.288.259	0,35%	76.265.766	0,36%	103.729.968	0,42%	117.647.190	0,43%
DEPARTAMENTO TÊXTIL	120.486	0,68%	143.290.004	0,74%	156.230.942	0,74%	199.313.815	0,81%	229.533.989	0,85%
ENERGIA	126.589	0,71%	163.593.214	0,84%	177.806.131	0,84%	165.771.802	0,67%	190.021.026	0,70%
MINERAL	55.193	0,31%	44.026.449	0,23%	35.084.629	0,17%	43.494.564	0,18%	55.620.364	0,20%
OUTROS	42.695	0,24%	59.500.393	0,31%	69.474.730	0,33%	65.356.911	0,26%	73.085.708	0,27%
QUÍMICOS	102.806	0,58%	126.097.151	0,65%	116.218.386	0,55%	135.911.766	0,55%	153.075.506	0,56%
SEM CLASSIFICAÇÃO	3.788	0,02%	3.267.153	0,02%	2.644.159	0,01%	2.256.949	0,01%	2.457.494	0,01%
SUCRO ALCOOLEIRO	48.092	0,27%	47.846.338	0,25%	50.443.171	0,24%	45.202.850	0,18%	44.683.076	0,16%
NÃO IDENTIFICADO	23.437	0,13%	21.672.729	0,11%	39.402.199	0,19%	46.356.880	0,19%	61.571.709	0,23%
TOTAL (A)	1.369.823	7,70%	1.556.467.215	7,99%	1.670.214.759	7,87%	2.032.780.576	8,23%	2.241.510.476	8,25%
PIB	17.793.746		19.475.839.895		21.234.293.213		24.712.906.336		27.157.452.431	100,00%

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Tabela XX – Arrecadação por segmento 2012 – 2015 – Valores nominais em % do PIB

	2012	% PIB	2013	% PIB	2014	% PIB	2015	% PIB
DEPARTAMENTOS/TÊXTIL	275.440.787	0,93%	308.493.681	0,96%	339.881.078	0,98%	379.780.468	1,00%
ENERGIA ELÉTRICA	205.222.709	0,69%	221.640.525	0,69%	239.371.767	0,69%	258.521.509	0,68%
AUTOMOTIVOS	139.273.448	0,47%	142.058.917	0,44%	147.741.274	0,42%	153.650.925	0,41%
MINERAL	55.064.161	0,19%	56.165.444	0,17%	57.288.753	0,16%	58.434.528	0,15%
COMBUSTÍVEL	546.381.796	1,85%	606.632.231	1,89%	674.366.268	1,94%	755.290.220	2,00%
OUTROS	87.702.849	0,30%	95.157.592	0,30%	102.770.199	0,29%	104.825.603	0,28%
CONSTRUÇÃO CIVIL	115.294.246	0,39%	117.600.131	0,37%	119.952.134	0,34%	122.351.177	0,32%
QUÍMICOS	168.383.056	0,57%	182.527.233	0,57%	197.129.412	0,57%	214.871.059	0,57%
BEBIDAS/FUMO	244.818.579	0,83%	275.665.719	0,86%	308.745.606	0,89%	334.680.237	0,89%
Sem Classificação	2.310.044	0,01%	2.286.944	0,01%	2.332.683	0,01%	2.379.337	0,01%
ALIMENTAÇÃO	263.982.591	0,89%	296.703.435	0,92%	332.307.847	0,95%	375.507.867	0,99%
SUCROALCOOLEIRO	45.576.737	0,15%	46.488.272	0,14%	47.418.037	0,14%	48.366.398	0,13%
COMUNICAÇÃO	218.431.580	0,74%	222.800.212	0,69%	227.256.216	0,65%	231.801.340	0,61%
Não identificado	67.997.200	0,23%	75.748.922	0,24%	81.808.835	0,23%	85.996.161	0,23%
Total geral	2.435.879.783	8,23%	2.649.969.258	8,25%	2.878.370.108	8,26%	3.126.456.827	8,27%
PIB ALAGOAS	29.602.685.104	100,00%	32.118.913.338	100,00%	34.849.020.971	100,00%	37.811.187.757	100,00%
ESFORÇO FISCAL ICMS	8,23%		8,27%		8,26%		8,27%	

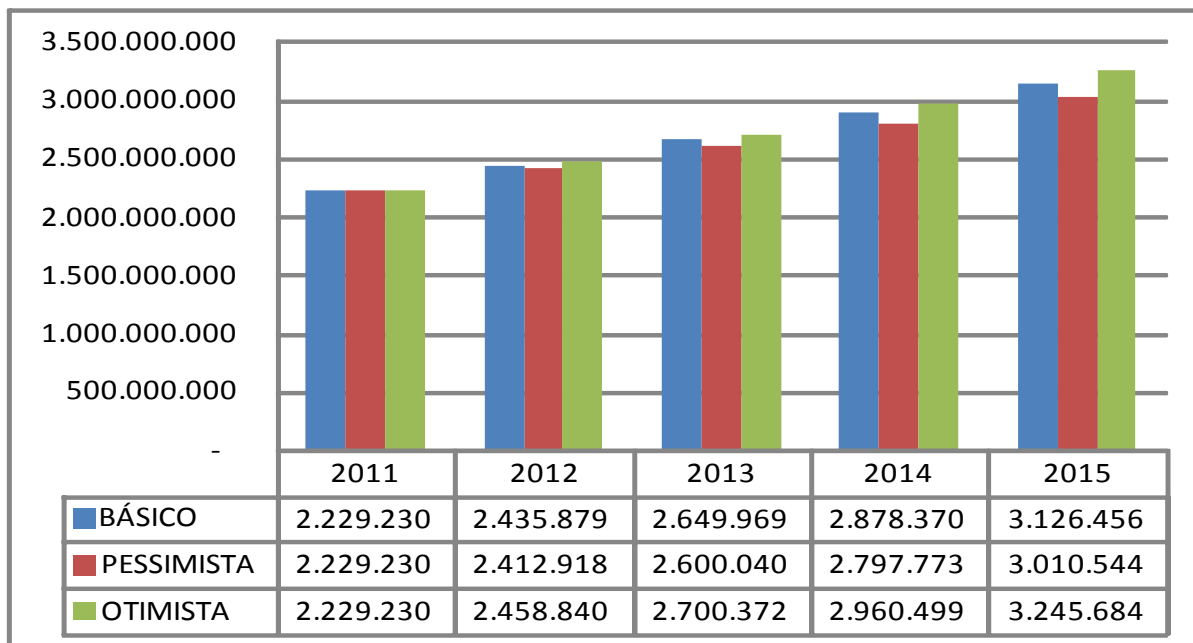
Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

No que se refere ao efeito dos cenários do PIB em relação à arrecadação do ICMS Principal evidenciamos no gráfico abaixo.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Gráfico XIV: Arrecadação do ICMS Principal correlacionado aos cenários do PIB – 2011 a 2015



Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

II – Inclusão de variáveis que afetam o comportamento futuro

a) Efeito PIB

Na projeção das receitas tributárias mais especificamente no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) considerou-se o modelo de esgotamento do incremento em percentual do PIB e por isso que se projeta uma queda da Receita Líquida Real e Receita Corrente Líquida em percentual do PIB para os exercícios de 2012 a 2015.

b) Efeito Expectativa de Inflação

Como expectativa inflacionária, para o período 2012 – 2015, adotou-se a variação do Índice de Preços Consumidor Atacado (IPC – A).

As receitas provenientes de transferências voluntárias da União foram informadas e após serem discutidas e avaliadas pelas Secretarias de Estado de Planejamento e Orçamento e da Fazenda, foram acatadas ou revisadas, de forma a garantir a adequação à respectiva série histórica.

No 1º bimestre de 2011 foi observada uma insuficiência de arrecadação de R\$ 41,6 milhões do Fundo de Participação dos Estados.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

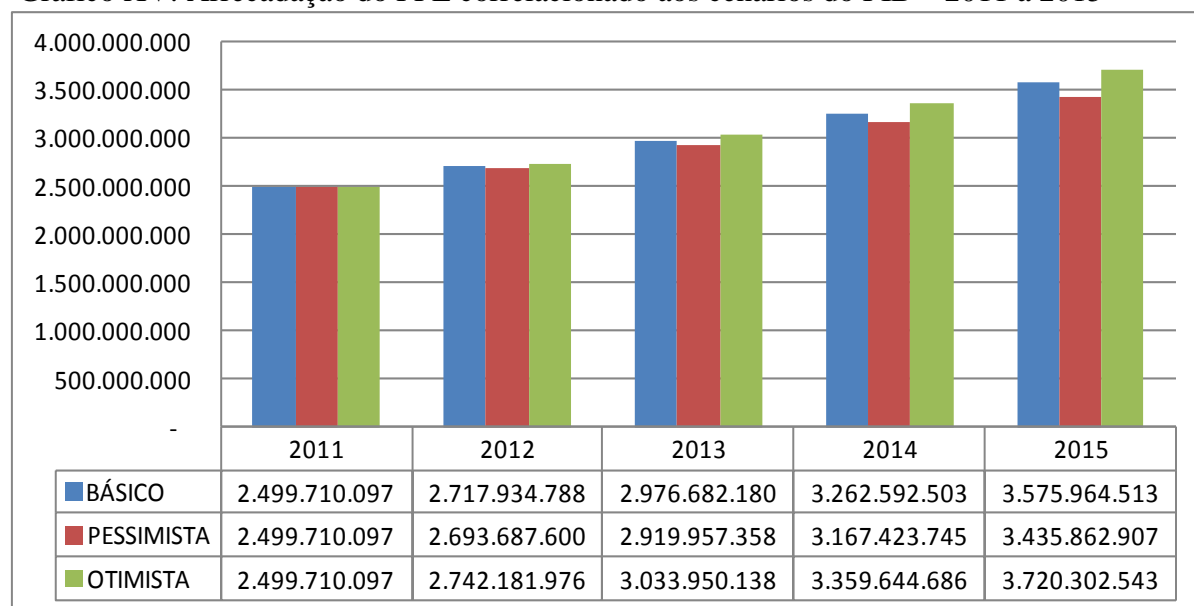
Tabela XXI – Insuficiência de arrecadação do FPE no 1º trimestre de 2012

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
FPE PREV. 2012	260.257.249	280.389.035	183.043.657	723.689.940
FPE REALIZ. 2012	225.850.597	273.200.613	185.546.846	684.598.057
INSUF. / EXCESSO	-34.406.652	-7.188.421	2.503.189	-39.091.884
INSUF. / EXCESSO ACUM.	-34.406.652	-41.595.073	-39.091.884	-115.093.608

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

A previsão da arrecadação do FPE se baseou em um modelo de esgotamento de arrecadação em percentual do PIB

Gráfico XV: Arrecadação do FPE correlacionado aos cenários do PIB – 2011 a 2015



Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Evidenciou-se que no período de 2011 em relação a 2010 teve um incremento nominal da arrecadação bruta da base de cálculo do FPE de 19,56%. Para os exercícios de 2012 a 2014 foi considerada a análise desagregada no que se refere ao IPI total, Imposto sobre Renda total e o Imposto –Retido na Fonte e os reflexos dos incrementos observados até o segundo bimestre de 2012 em relação ao mesmo período de 2011 e os ajustes feitos em face das medidas macroprudenciais pelo Banco Central com o objetivo de reduzir a expansão do crédito e a previsão do incremento do PIB. A projeção do incremento nominal da referida arrecadação baseia-se principalmente nos lucros obtidos pelas empresas e do incremento do Imposto de Renda retido na Fonte. Ressalta-se, ainda, que para os exercícios de 2013 e 2014 foi mantido percentual de 4,1601% que o Estado de Alagoas faz jus a participação do FPE, mesmo com a decisão do STF (ver Riscos Orçamentários).



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela XXII – Total da arrecadação bruta base de cálculo do FPE – 2010 e 2011

RECEITAS	2011 [A]	2010 [B]	VAR. (%) [A]/[B]	PARTICIPAÇÃO (%)	
				2011	2010
TOTAL DA ARRECADAÇÃO BRUTA BASE CÁLCULO DO FPE	296.736	248.192	19,56%	100,00%	100,00%
I.P.I-TOTAL	46.918	39.991	17,32%	15,81%	16,11%
I.P.I-FUMO	3.744	3.705	1,05%	1,26%	1,49%
I.P.I-BEBIDAS	2.830	2.419	16,96%	0,95%	0,97%
I.P.I-AUTOMÓVEIS	6.978	5.672	23,02%	2,35%	2,29%
I.P.I-VINCULADO À IMPORTAÇÃO	13.736	11.321	21,33%	4,63%	4,56%
I.P.I-OUTROS	19.631	16.873	16,34%	6,62%	6,80%
IMPOSTO SOBRE A RENDA-TOTAL	249.818	208.201	19,99%	84,19%	83,89%
I.RENDA-PESSOA FÍSICA	21.973	17.254	27,36%	7,41%	6,95%
I.RENDA-PESSOA JURÍDICA	104.054	89.101	16,78%	35,07%	35,90%
ENTIDADES FINANCEIRAS	15.071	13.118	14,88%	5,08%	5,29%
DEMAIS EMPRESAS	88.984	75.983	17,11%	29,99%	30,61%
I.RENDA-RETIDO NA FONTE	123.791	101.847	21,55%	41,72%	41,04%
I.R.R.F-RENDIMENTOS DO TRABALHO	68.825	59.824	15,05%	23,19%	24,10%
I.R.R.F-RENDIMENTOS DE CAPITAL	34.254	24.185	41,63%	11,54%	9,74%
I.R.R.F-RENDIMENTOS DE RESIDENTES NO EXTERIOR	13.402	11.299	18,62%	4,52%	4,55%
I.R.R.F-OUTROS RENDIMENTOS	7.310	6.540	11,78%	2,46%	2,63%

Fonte: Receita Federal do Brasil

Na elaboração da LDO – 2013 verificou-se a necessidade de refazer a estimativa do orçamento, para o exercício de 2012, no que se refere à previsão do FPE de R\$ 2,866 bilhões para R\$ 2,717 bilhões o que resultará em uma insuficiência da arrecadação de R\$ 149 milhões.

As Receitas Primárias Total (RPT) foram previstas no Orçamento de 2012 no montante de R\$ 6,069 bilhões (20,53%) do PIB, entretanto apesar da redução prevista para o FPE e do ICMS é projetado que a (RPT) alcance R\$ 6,215 bilhões em 2012 reflexo do incremento das transferências de capital que inicialmente foi previsto no orçamento no montante R\$ 67 milhões e foi reprojetoado para R\$ 431 milhões.

No que se refere à diferença evidenciada entre o valor previsto no Orçamento de 2012 para as Receitas Transferências Líquida do FUNDEB²¹, o qual se evidencia que estas corresponderiam apenas 11,28% do PIB mesmo com o FPE sendo superior a reprogramação é reflexo de metodologia em face que a série histórica das Transferências do SUS são contabilizadas em Receitas de Transferências e no Orçamento a contabilização é feita como Receita de Serviços, o que resulta nesse incremento nominal de 12,01%.

No que tange às Receitas de Arrecadação Própria, evidencia-se uma redução de 9,36% em relação à meta reprogramada, entretanto como já foi salientado é reflexo principalmente da metodologia de contabilização das Transferências do SUS. Salienta-se, ainda, que a redução do ICMS líquido do FUNDEB é resultado do modelo de esgotamento do incremento do ICMS em percentual do PIB.

²¹ Assim sendo, através da nova contabilização segundo o Ajuste Fiscal celebrado com a Secretaria de Tesouro Nacional evidenciou-se uma maior dependência do Estado de Alagoas em relação aos recursos da União. Ressalta-se ainda que em face da decisão do Supremo Tribunal Federal que determinou que os recursos do Imposto de Renda (IR) de competência dos Poderes pertenceriam aos mesmos, o que resultou que em 2009 o IR que foi de R\$ 140,2 milhões (0,67% do PIB) em 2009 reduzisse para R\$ 98,5 (0,41% do PIB) milhões em 2010,



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

As despesas não Financeiras no Orçamento de 2012 está previsto que alcance R\$ 5,360 bilhões (18,13% do PIB) e na meta reprogramada R\$ 5,505 bilhões (18,60% do PIB). Ressalta-se o significativo impacto de crescimento da despesa de pessoal de R\$ 2,870 bilhões (9,71% do PIB) para R\$ 3,093 bilhões (10,45%) reflexo do incremento da despesa com aposentados e pensionistas.

A despesa de Pessoal, projetada pela Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (SEGESP), apresentou um incremento de R\$ 222,5 milhões em relação a projeção do Orçamento de 2012 pressionando ainda mais as contas públicas. A título de comparação em 2011 esta representava R\$ 2,779 bilhões (10,23% do PIB). Assim sendo, é essencial compreender que a necessidade crescente de realizar aportes do Tesouro em face da complementação previdenciária é o risco mais agravante que vem pressionando e impactará cada vez mais as finanças públicas do Estado (ver anexos de riscos Orçamentários e o cálculo atuarial).

Neste contexto, em face do incremento da despesa de pessoal e a necessidade de obtenção do superávit primário de R\$ 551 milhões para manter a sustentabilidade da dívida em relação a RCL e o PIB o Estado, terá que sacrificar a capacidade de investimento em R\$ 226 milhões no exercício de 2012.

A redução evidenciada em despesa de custeio é reflexo da política de contratação de professores e médicos e, portanto, como a despesa da Educação e da Saúde é vinculada a Receita impactará na diminuição da despesa de custeio.

O incremento significativo foi observado em Outras Despesas Correntes em 2011 apresentando um incremento de R\$ 370 milhões em função que estas representavam 3,46% do PIB (metas originais) para (4,60% do PIB). A título de comparação as despesas de custeio representavam 3,67% do PIB e 4,89% do PIB em 2009 e 2010, respectivamente. Esse incremento é reflexo das vinculações das receitas com Educação e Saúde e, em especial, em 2010 do incremento das Transferências de Convênios para financiamento das despesas correntes reflexo da catástrofe natural que arrasou vários municípios e das Transferências do Sistema Único de Saúde (SUS). Fazendo uma analogia evidenciou-se que estas que em 2008 foram de R\$ 116,4 milhões (0,57% do PIB); em 2009 R\$ 147,3 milhões (0,70% do PIB); em 2010 R\$ 189,4 milhões (0,80% do PIB). E, além disso, outra variável que impactou consideravelmente as despesas de custeio foram as Transferências do FUNDEB em face que em 2009 o montante destinado ao pagamento dos profissionais do Magistério foi de R\$ 328,3 milhões representando 92,59% do total das despesas do FUNDEB em 2010 foi de R\$ 368,9 milhões, resultando em uma diminuição para 86,21%.

No que tange aos Investimentos foi mantida a projeção em valores nominais em R\$ 469 milhões e a qual foi sustentada a mesma previsão para as Transferências de Capital em R\$ 419 milhões, entretanto observou-se uma redução em percentual do PIB de 1,84% para 1,73%.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Após a análise desagregada das variáveis que compõem o Anexo de Metas Fiscais abaixo foi evidenciado o significativo impacto nas contas públicas no que tange a geração do resultado primário em face de que nas metas originais a projeção era de R\$ 317,4 milhões (1,07% do PIB) e para as metas reprogramadas foi aumentado para R\$ 550,9 milhões (1,86% do PIB). Ressalta-se que a projeção²² do serviço da dívida de 2012 a 2015 não incluem as novas operações de crédito pleiteadas pelo Estado de Alagoas, as quais incluem Banco Mundial e BNDES e que compõem o Programa Alagoas Tem Pressa.

Tabela XXIII – Parâmetros para a projeção da Dívida vinculada a RLR e Serviço da Dívida – 2012 a 2015

	2012	2013	2014	2015
SERVIÇO DA DÍVIDA	752.725.103	817.386.472	925.312.500	999.876.096
INTRA-LIMITE	629.301.523	681.459.616	744.279.600	810.002.996
EXTRA - LIMITE	123.423.580	135.926.856	181.032.900	189.873.100
SERVIÇO DA DÍVIDA	752.725.103	817.386.472	925.312.500	999.876.096
JUROS	175.554.271	321.614.846	399.147.265	485.257.614
AMORTIZAÇÃO	577.170.833	495.771.627	526.165.235	514.618.482
RLR	4.313.238.680	4.670.730.749	4.961.863.998	5.400.019.973
RCL	5.118.574.091	5.560.393.749	6.036.245.974	6.552.753.329
IGP-DI PROJ.	4,40%	4,12%	4,50%	4,50%

Fontes: Gerência Gestão Fiscal e Estatística e Gerência da Dívida (Superintendência do Tesouro Estadual)

Tabela XXIV - Anexo de Metas Fiscais originais de 2012 x Metas Fiscais Reprogramadas de 2012 – Valores nominais em R\$ 1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	ORIGINAIS		REPROGRAMADA		VAR. NOM
		% PIB ALAGOAS		% PIB ALAGOAS	
I - RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL	6.069.714	20,53%	6.215.460	21,00%	2,40%
Receitas de Transferências	3.333.850	11,28%	3.734.271	12,61%	12,01%
FPE líquido do Fundeb	2.293.218	7,76%	2.174.348	7,35%	-5,18%
Outras	1.040.632	3,52%	1.559.923	5,27%	49,90%
Receitas de Arrecadação Própria	2.735.864	9,25%	2.481.189	8,38%	-9,31%
ICMS líquido do Fundeb	2.184.174	7,39%	2.070.498	6,99%	-5,20%
IPVA líquido do Fundeb	128.228	0,43%	126.345	0,43%	-1,47%
Outras	423.462	1,43%	284.346	0,96%	-32,85%
II- DESPESA COM TRANSF A MUNICÍPIOS	709.627	2,40%	709.553	2,40%	-0,01%
III- RECEITA LÍQUIDA (I - II)	5.360.087	18,13%	5.505.907	18,60%	2,72%
IV- DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	5.087.822	17,21%	4.955.017	16,74%	-2,61%
Pessoal	2.870.558	9,71%	3.093.038	10,45%	7,75%
OCC	2.217.264	7,50%	1.861.979	6,29%	-16,02%
Investimentos	826.427	2,80%	600.000	2,03%	-27,40%
Inversões	11.241	0,04%	2.000	0,01%	-82,21%
Outras Despesas Correntes	1.379.596	4,67%	1.259.979	4,26%	-8,67%
V - RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)	272.265	0,92%	550.890	1,86%	102,34%
RESULTADO NOMINAL	149.484	0,51%	133.557	0,45%	-10,65%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	8.054.895	27,24%	7.964.140	26,90%	-1,13%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	7.500.000	25,37%	7.300.000	24,66%	-2,67%
PIB ALAGOAS		29.567.786		29.602.685	0,12%
PB BRASIL		4.510.722.504		4.516.046.545	0,12%

Fonte : Gerência Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

(*) Reprogramação do exercício de 2012

Valores nominais em R\$ 1.000,00

²² A dívida de Alagoas com a Receita Federal do Brasil no que concerne ao Instituto Nacional de Seguridade Social não apresenta valores consolidados sobre o total da dívida, portanto há um risco significativo em um incremento do serviço da dívida e do montante total da dívida, resultando em grandes diferenças de projeções.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

ANEXO II – C
GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS
OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
METAS ANUAIS – 2013

(Art. 4º, § 2º, inciso V da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de
Caráter Continuado

A estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pelo art. 4º, § 2º, inciso V da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, entendidas essas como aumento permanente de receita ou redução de outra despesa de caráter continuado.

O aumento permanente de receita é definido como aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo ou majoração ou criação de tributo ou contribuição (§ 3º do art. 17 da LRF). A presente estimativa considera como ampliação da base de cálculo o crescimento real da atividade econômica, dado que se refere à elevação da grandeza econômica ou numérica sobre a qual se aplica uma alíquota para se obter o montante a ser arrecadado, assim como os efeitos da legislação sobre a arrecadação total. É de ressaltar que para a elaboração da LDO 2012, no que concerne à estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, foi considerada a eficiência da ação fiscal implantada pela Secretaria de Receita Estadual (SRE) no que se refere ao cruzamento das informações das empresas com as empresas de cartões de crédito e Bancos, refletindo na previsão do aumento da arrecadação do ICMS para o exercício de 2012 em relação ao mesmo período de 2011, considerando o modelo de esgotamento de aumento da receita do ICMS em percentual do PIB.

Desse modo, para estimar o aumento de receita do FPE, considerou-se a projeção já analisada em tópico anterior.

Por sua vez, considera-se como obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (caput do art. 17 da LRF).

Foi considerada para o cálculo do aumento das despesas permanentes de caráter obrigatório, que terão impacto em 2013, a previsão do crescimento do aporte do Tesouro para financiar a necessidade de complementação previdenciária por parte do Tesouro e contratação prevista de 8.159 servidores por concurso com impacto anual de R\$ 178,2 milhões.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Logo, o saldo da margem líquida de expansão de despesa obrigatória de caráter continuado é estimado em, aproximadamente, R\$ 296 mil, conforme demonstrado nas tabelas XVIII e XIX e o saldo líquido vinculado a Receita de 335,4 milhões.

Tabela XXV – Valor previsto da Margem Líquida de Expansão de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado para 2011 em R\$

Discriminação	Valor previsto em 2013
Arrecadação do ICMS	214.089.475
Arrecadação do FPE	258.747.392
Total da arrecadação do ICMS E DO FPE	472.836.867
(-) Aumento das transferências constitucionais legais	53.522.369
(-) Aumento das transferências do FUNDEB	83.862.900
(-) Aumento das transferências a Saúde	40.254.192
(-) Aumento da Dívida	50.101.039
(-) Aumento do PIS/PASEP	3.354.516
(-) Aumento da Ciência e Tecnologia	5.031.774
(-) Aumento dos precatórios	5.031.774
(-) Aumento do Fundeb	53.194.148
Total das despesas vinculadas e das transferências constitucionais legais	294.352.711
Saldo final do aumento permanente da receita (I)	178.484.156
Margem Bruta (II)= (I)	178.484.156
Saldo utilizado da margem bruta (III)	178.187.636
Impacto de novas despesas de caráter continuado	
Aumento da despesa de pessoal	178.187.636
Margem líquida de expansão de despesa obrigatória de caráter continuado IV = (II) - (III)	296.520

Fonte : Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Tabela XXVI – Valor previsto do Saldo Líquido para vinculações da Receita para 2013 em R\$

Discriminação	Valor previsto em 2013
Arrecadação do ICMS	214.089.475
Arrecadação do FPE	258.747.392
Total da arrecadação do ICMS E DO FPE	472.836.867
(-) Aumento das transferências constitucionais legais	53.522.369
(-) Aumento das transferências do Fundeb	83.862.900
Saldo líquido para vinculações da receita	335.451.599

Fonte : Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

GESTÃO DE RISCOS FISCAIS

Esse anexo tem como objetivo prover maior transparência no que concerne a explicitar os principais riscos fiscais na execução do orçamento de 2012, em conformidade com o parágrafo 3º, artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), estabeleceu que a Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, com a avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos capazes de afetar as contas públicas no momento da elaboração do orçamento.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Os riscos fiscais não se restringem somente aos passivos contingentes decorrentes de ações judiciais, eles englobam também riscos macroeconômicos acerca da realização da receita ou acerca do incremento da despesa, bem como as variações nos determinantes da dívida pública, com conseqüente impacto no serviço da dívida. Além disso, para efeito deste Anexo consideram-se as afetações no orçamento originárias de situações decorrentes de obrigações específicas do governo estabelecidas por lei ou contrato, pela qual o governo deve legalmente atender a obrigação quando ela é devida, mas que cuja ocorrência é incerta. Ressalta-se, ainda, a decisão judicial que determinou que a lei orgânica do grupo **Lei Orgânica do Grupo Ocupacional Tributação e Finanças** do Estado de **Alagoas** deve ser aplicada na íntegra, implicando que o último recurso do Estado não tem efeito suspensivo e, portanto, que o LR é o maior salário do Poder Executivo continua ainda em análise no Supremo Tribunal de Justiça. Assim sendo, representaria um impacto de R\$ 70 milhões para o exercício de 2012 e salienta-se ainda que esse montante foi previsto na projeção da despesa de pessoal para o exercício de 2012 bem como para os exercícios posteriores.

Os conceitos dos riscos fiscais serão apresentados a seguir bem como a sua classificação em duas categorias: de riscos fiscais orçamentários e de dívida. Em seguida são identificados e avaliados os potenciais fatores de risco advindos de cada categoria.

- *Conceitos Relativos aos Riscos Fiscais e Passivos Contingentes*

Após o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal o Estado de Alagoas avançou na direção de um regime fiscal responsável e transparente. Dessa maneira, foi evidenciada mudanças institucionais recentes cujo objetivo é o equilíbrio fiscal de longo prazo.

- *Riscos Orçamentários*

O primeiro tipo de risco a ser considerado é o risco orçamentário no que se refere à possibilidade das receitas e despesas projetadas na elaboração do projeto de lei orçamentária anual não se confirmarem durante o exercício financeiro. No caso das receitas, os riscos a que se referem estão associados a não concretização das situações e parâmetros utilizados na sua projeção. No caso da despesa, o risco é que se verifiquem variações no seu valor em função de mudanças posteriores à alocação inicialmente prevista na Lei Orçamentária. Estas situações sendo observadas ocasionam a necessidade de revisão das receitas e reprogramação das despesas, de forma a ajustá-las às disponibilidades de receita efetivamente arrecadadas no exercício.

- *Riscos Decorrentes da Previsão da Receita*

Segundo o modelo de projeção adotado pela Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (STE - SEFAZ), entre as variáveis macroeconômicas que influem no montante de recursos arrecadados pelo Estado estão o nível de atividade da economia, a taxa de inflação, a taxa de juros e os reflexos no comportamento da arrecadação dos alusivos segmentos.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

No que se refere à receita do ICMS, é possível prever um ambiente que não seja mais favorável um incremento em % do PIB para os próximos anos. Justifica-se este cenário devido ao fato de que já houve uma ampliação do esforço fiscal significativo, no período de 1995 a 2011, e aliado a um alto nível comprometimento da renda do consumidor alagoano no médio e longo prazos.

II – Inclusão de variáveis que afetam o comportamento futuro

a) Efeito PIB

Na projeção das receitas tributárias mais especificamente no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) considerou-se o modelo de esgotamento do incremento em percentual do PIB e por isso que se projeta uma queda da Receita Líquida Real e Receita Corrente Líquida em percentual do PIB para os exercícios de 2012 a 2015. **(Ver o tópico Memória e Metodologia de Cálculo da Receita 2012 – 2015)**

b) Efeito Expectativa de Inflação

Como expectativa inflacionária, para o período 2012 – 2015, adotou-se a variação na média esperada do Índice de Preços Atacado (IPC-A), projetado pelo Relatório Focus do Banco Central.

As receitas provenientes de transferências voluntárias da União foram informadas e após serem discutidas e avaliadas pelas Secretarias de Estado de Planejamento e Orçamento e da Fazenda, foram acatadas ou revisadas, de forma a garantir a adequação à respectiva série histórica.

As receitas constantes do projeto de lei orçamentária anual a ser enviado à Assembléia no segundo semestre constituem apenas uma previsão, em consonância com as normas de direito financeiro, uma vez que depende de projeções acerca do comportamento da inflação, atividade econômica, taxa de câmbio, entre outros fatores. Logo, a decisão do Banco Central de iniciar o ciclo de redução da taxa Selic ao longo do exercício de 2011 e 2012 não modificará o cenário para a previsão das receitas do ICMS e do FPE. Assim sendo, no que tange aos valores definidos para o orçamento de 2012 para o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) está se projetando uma insuficiência de arrecadação de R\$ 366 milhões. Assim, a projeção das receitas para os exercícios de 2012 a 2014 para as alusivas receitas estão muito superiores aos valores projetados para o novo cenário de 2012, gerará uma frustração de receita, constituindo também um risco fiscal. Salienta-se, ainda, que a significativa valorização do real frente ao dólar resulta em um descompasso entre o consumo doméstico e a produção industrial, por conta das importações usadas para suprir o crescimento da demanda, refletindo na deterioração do saldo da balança comercial e do risco de desindustrialização²³ e, portanto, poderão

²³ Um estudo realizado pelo Centro de Macroeconomia Aplicada da Fundação Getulio Vargas (FGV-SP) conclui que a taxa de câmbio real está 22% abaixo da taxa de equilíbrio. A indústria, sob forte concorrência externa, encara um cenário bem mais preocupante. No ano passado, as importações de produtos manufaturados cresceram



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

ter impactos significativos na geração de empregos e, conseqüentemente, da perda de massa salarial refletindo nas arrecadações do ICMS e do FPE.

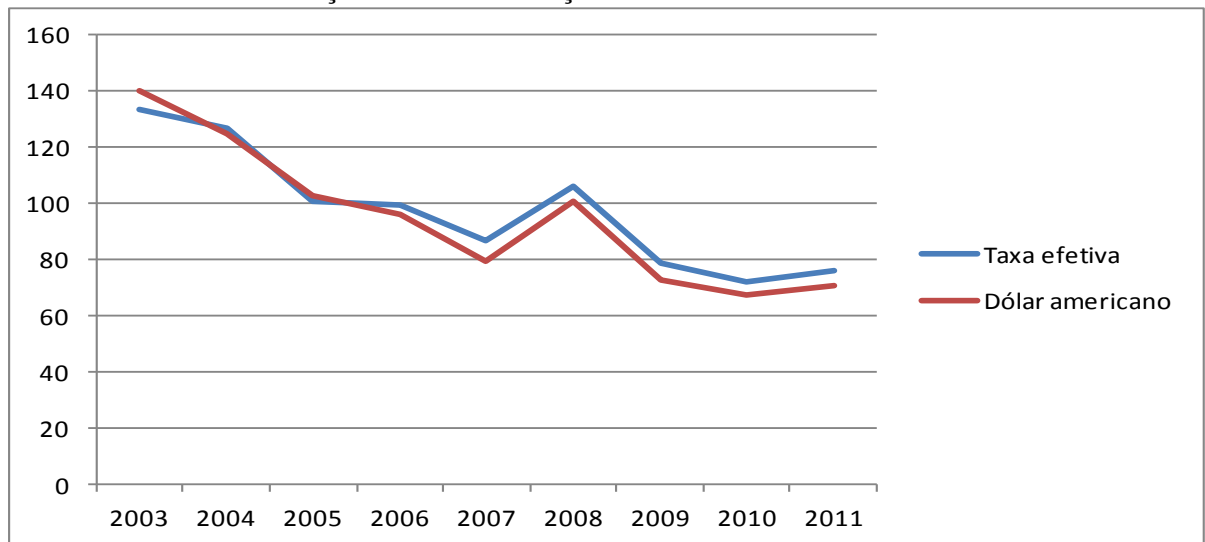
- *Riscos Macroeconômicos*

Os principais riscos macroeconômicos são aqueles associados a variações nos determinantes da previsão dos principais itens da receita estadual. O principal item individual da receita estadual é a arrecadação do ICMS excluindo FECOEP.

A receita do ICMS é impactada pelo crescimento do PIB, pela variação dos preços da economia e também pela taxa de câmbio, uma vez que o imposto incide sobre as importações. Para o ano de 2012, está sendo previsto pelo Banco Central um crescimento real do PIB de 3,30 % a.a conforme o Boletim Focus de 02/03 de 2012 o que resultaria em uma inflação medida pelo IPC-A de 5,24%.

O Gráfico XVI demonstra a perda da competitividade do real em relação as outras moedas principalmente o dólar americano o que resultou em déficit comercial do segmento industrial de US\$ 90 bilhões em 2011.

Gráfico XVI – A valorização do real em relação ao dólar – dez/2002 a dez /2011



Fonte : Banco Central do Brasil

¹ Média da cotação da moeda brasileira em relação às moedas de 15 países ponderada pela participação desses no total das exportações brasileiras para esse grupo de países.

45%, para mais de 150 bilhões de dólares. As exportações do segmento cresceram 18%, mas não chegaram a 80 bilhões. Resultado: um déficit de mais de 70 bilhões de dólares, quase duas vezes maior do que o registrado em 2009. Dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) mostram que os produtos industrializados importados abocanharam mais da metade (54%) da expansão do consumo entre 2008 e 2010. Em alguns setores, o problema é ainda mais nítido. No segmento de máquinas e equipamentos industriais, toda a expansão da demanda nos últimos dois anos foi suprida por bens vindos de países como a China, a Coréia do Sul e a Alemanha. Este comportamento parecido teve os segmentos da siderurgia, os têxteis e os artigos de vestuário. Salienta-se, ainda, o preço altamente competitivo dos veículos chineses que poderá ter impactos significativos não só na arrecadação do FPE como também da massa salarial.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

No que se refere à receita bruta do IPVA Principal, que foi de R\$ 128,6 milhões (0,47% do PIB)²⁴ do Estado de Alagoas em 2011 é afetada pela situação macroeconômica de três maneiras. Em primeiro lugar, o aumento da pressão inflacionária forçou o Banco Central a adotar as medidas prudenciais que implicam menor crescimento do PIB e por consequência da renda, refletindo na diminuição do crescimento da expansão do crédito. Ressalta-se, ainda, o nível de comprometimento de renda do alagoano em face da aquisição da casa própria²⁵ e de veículos desde 2009 e principalmente 2010. Além disso, os reflexos dos estudos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), na qual a SEFAZ se baseia para realizar a projeção do IPVA. É de ressaltar que a SEFAZ oferece redução de 10% quando o contribuinte realiza o pagamento em cota única e do mesmo modo este pode utilizar os seus créditos obtidos através da Nota Fiscal Alagoana para reduzir o pagamento do IPVA.

As transferências correntes, por advirem em quase sua totalidade dos impostos e contribuições arrecadados pelo governo federal e que são partilhados com os Estados e municípios estão sujeitas aos mesmos riscos fiscais elencados na LDO da União.

Salienta-se, ainda, que há o risco da previsão da receita do FPE não se confirmar para os exercícios de 2013 e 2014 em face de que a manutenção do câmbio valorizado tende a mudar a estrutura produtiva de uma economia. O mercado está se ajustando e privilegiando o investimento nos setores mais rentáveis e, portanto, impulsionados pelo aumento da renda interna, os mercados imobiliário e de serviços – que não podem ser transacionados no exterior e, portanto, não sofrem concorrência externa – são os exemplos mais evidentes. Nos últimos cinco anos, o preço dos imóveis praticamente dobrou, e o investimento em novas moradias bateu recorde. Assim sendo, o câmbio tem nos levado a produzir bens não exportáveis e a importar bens transacionáveis, o que resultará no agravamento do desequilíbrio externo. Além disso, a decisão do Supremo Tribunal Federal²⁶ que poderá ter impactos significativos sobre o equilíbrio estrutural das contas públicas em função de que o Estado de Alagoas detém 4,1601% do total do FPE distribuído.

²⁴ Considerando que a projeção foi feita para o PIB do Estado de Alagoas em 2011 com a mesma participação obtida em 2009 de 0,6555% em relação ao PIB do Brasil em 2009.

²⁵ O montante destinado ao financiamento para aquisição da casa própria para o Estado de Alagoas segundo o Banco Central alcançou R\$ 725 milhões de janeiro de 2002 a novembro de 2011, resultando em um maior comprometimento da renda afetando diretamente a arrecadação do ICMS.

²⁶ O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade de todo o artigo 2º da Lei Complementar 62/89, que define os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do DF (FPE). Ele só terá efeitos até 31 de dezembro de 2012. A partir dessa data, deverá entrar em vigor uma nova norma sobre o mesmo assunto. A Lei Complementar 62/89 foi editada em 1989 em obediência ao artigo 159 da Constituição sobre a repartição das receitas tributárias, mas deveria ter vigorado apenas nos exercícios fiscais de 1990 e 1992. Após esse ano, a previsão era de que o censo do IBGE reorientaria a distribuição, mas isso nunca foi feito e a Lei Complementar continua em vigor com os mesmos coeficientes de rateio vinte anos depois.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

- *Riscos Decorrentes da Programação da Despesa*

As variações não previstas na despesa obrigatória programada na Lei Orçamentária Anual são oriundas de modificações no arcabouço legal que criam ou ampliam as obrigações para o Estado, bem como de decisões de políticas públicas que o Governo necessita tomar posteriormente à aprovação daquela lei. Ademais, despesas como as relacionadas às ações e serviços públicos de saúde, educação, uma vez que estas alusivas despesas estão vinculadas ao aumento da receita de impostos. Mudanças no cenário podem afetar sobremaneira o montante dessas despesas, o que implica alteração da programação original constante da Lei Orçamentária.

As principais despesas de caráter obrigatório dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social são: as despesas com Pessoal e Encargos Sociais dos servidores civis e militares do Estado; o pagamento dos benefícios previdenciários; os gastos com as ações e serviços públicos de saúde e educação, nos termos da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de dezembro de 2000 e da Constituição Federal de 1998, art. 212 e os pagamentos dos precatórios judiciais. Logo, a maior demanda pelos serviços prestados pelo Estado como saúde, educação, defensoria pública etc e que impliquem em maiores despesas são também um risco fiscal.

As variáveis relevantes, no que diz respeito ao montante pago com benefícios previdenciários, são: o crescimento vegetativo médio dos beneficiários, mensurado a partir da previsão do Alagoas Previdência. Além disso, avalia-se, também, o risco da insustentabilidade fiscal no que concerne a evolução da complementação previdenciária projetada para os exercícios de 2012 a 2015 quando se analisa da ótica entre a previsão das receitas de contribuições arrecadadas dos servidores públicos ativos e inativos e dos benéficos pagos aos inativos e pensionistas em face de que se projeta o aumento da necessidade de aporte do Tesouro para fazer frente a estes compromissos.

No exercício de 2011, à despesa de Pessoal foi de R\$ 2,779 bilhões (10,23% do PIB). Assim, considerando a necessidade de aportes adicionais crescentes ao longo do período de 2012 a 2015 para financiar o pagamento de inativos e pensionistas, bem como os incrementos adicionais da folha em face de direitos assegurados como quinquênios ; da política salarial que definiu reajuste salarial para todos os servidores; o aumento da folha de comissionados após a edição da Lei Delegada, a qual reestruturou as Secretarias. Com base nessas informações a Gerência de Gestão Fiscal e Estatística fez a projeção, a qual impactará significativamente as contas públicas ao longo do alusivo período e principalmente a geração do resultado primário. Assim sendo, em face da projeção feita pelo AL Previdência no que se refere ao incremento da despesa com Aposentadoria e Reformas de R\$ 653,4 milhões (0,83% do PIB) no período de 2011 a 2015 é previsto que o total da despesa de pessoal tenha um aumento de R\$ 1,163 bilhão (0,20% do PIB) reflexo da política salarial correspondente a todas categorias de servidores vinculadas com base no Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), ao crescimento vegetativo da folha de 2% e a reposição de contratação de 8.159 servidores em 2012 sendo 1.000 policiais e com impactos financeiros de R\$ 103,9 milhões, R\$ 178,2 milhões, R\$ 188 milhões e R\$ 198,3 milhões nos exercícios de 2012 a 2015, respectivamente.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela XXVII: Projeção da despesa de pessoal para todas as fontes do Estado de 2011 a 2015 (% do PIB de Alagoas)

	2011	% PIB	2012	% PIB	2013	% PIB	2014	% PIB	2015
APOSENTADORIAS E REFORMAS	862.593	3,18%	1.070.925	3,94%	1.244.773	3,88%	1.372.971	3,94%	1.516.011
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	46.565	0,17%	50.325	0,19%	56.253	0,18%	62.590	0,18%	66.032
SALARIO-FAMILIA	1.078	0,00%	1.179	0,00%	1.259	0,00%	1.590	0,00%	1.677
VENC. E VANT. FIXAS-PESSOA CIVIL	1.379.911	5,08%	1.431.166	5,27%	1.582.828	4,93%	1.801.077	5,17%	2.027.902
VENC. E VANT. FIXAS-PES. MILITAR	360.826	1,33%	402.530	1,48%	451.694	1,41%	501.011	1,44%	554.630
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.740	0,01%	3.845	0,01%	4.326	0,01%	4.542	0,01%	4.792
OUTRAS DESP. VARIÁVEIS-PESSOA CIVIL	4.433	0,02%	4.876	0,02%	5.219	0,02%	5.480	0,02%	5.781
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PES. MILITAR	1.300	0,00%	1.588	0,01%	1.860	0,01%	1.953	0,01%	2.060
SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	77.105	0,28%	76.779	0,28%	83.406	0,26%	90.544	0,26%	98.291
DESPESA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	40.500	0,15%	48.576	0,18%	54.860	0,17%	57.932	0,17%	60.249
INDENIZ E RESTIT. TRABALHISTAS	116	0,00%	125	0,00%	159	0,00%	168	0,00%	175
RESSARC. DE DESP. PES. REQUISITADO	925	0,00%	1.125	0,00%	1.259	0,00%	1.329	0,00%	1.383
TOTAL DA DESP. PESSOAL	2.779.094	10,23%	3.093.038	11,39%	3.487.895	10,86%	3.901.184.086	11,19%	4.338.983
RCL	4.801.099	17,68%	5.118.574	18,85%	5.560.394	17,31%	6.036.245.973	17,32%	6.552.753
PIB ALAGOAS	27.157.452	100,00%	29.602.685	100,00%	32.118.913	100,00%	34.849.020.971	100,00%	37.811.188
PIB BRASIL	4.143.013.338		4.516.046.545	100,00%	4.899.910.502		5.316.402.894.193		5.768.297.141

Fontes: Gerência de Gestão Fiscal (Superintendência do Tesouro Estadual) e Estatística, AL Previdência e SEGESP

Valores nominais em R\$ 1.000,00

Com base nas informações do AL Previdência foi feito alguns ajustes no que se refere à projeção da despesa em relação às rubricas (Aposentadorias e Reformas; Pensões e Obrigações Patronais obedecendo às projeções da Secretaria de Gestão Pública no que concerne ao montante da despesa de pessoal para se ajustarem a realidade da base de projeção do AL Previdência que desde 2010 passou a ser detentor das Receitas de Contribuições. Por isso, evidencia-se uma redução de Outras Receitas em face que deixou de ser contabilizada as alusivas receitas no Orçamento do Estado. Assim sendo, evidencia-se através da Tabela II o incremento significativo do aporte do Tesouro em face do incremento de novas aposentadorias sem que haja um aumento correspondente nas Receitas de Contribuições dos Servidores.

No que tange a magnitude da necessidade de complementação previdenciária com recursos do Tesouro e seu impacto no equilíbrio estrutural das contas públicas foi analisado em dois períodos: a alusiva complementação de 2008 a 2011 em valores nominais e em percentual do PIB. Para efeito de análise da política fiscal foi considerada como aporte do Tesouro²⁷ o montante resultado da diferença entre a despesa de Aposentados e Pensionistas e as Receitas de Contribuições dos Servidores²⁸.

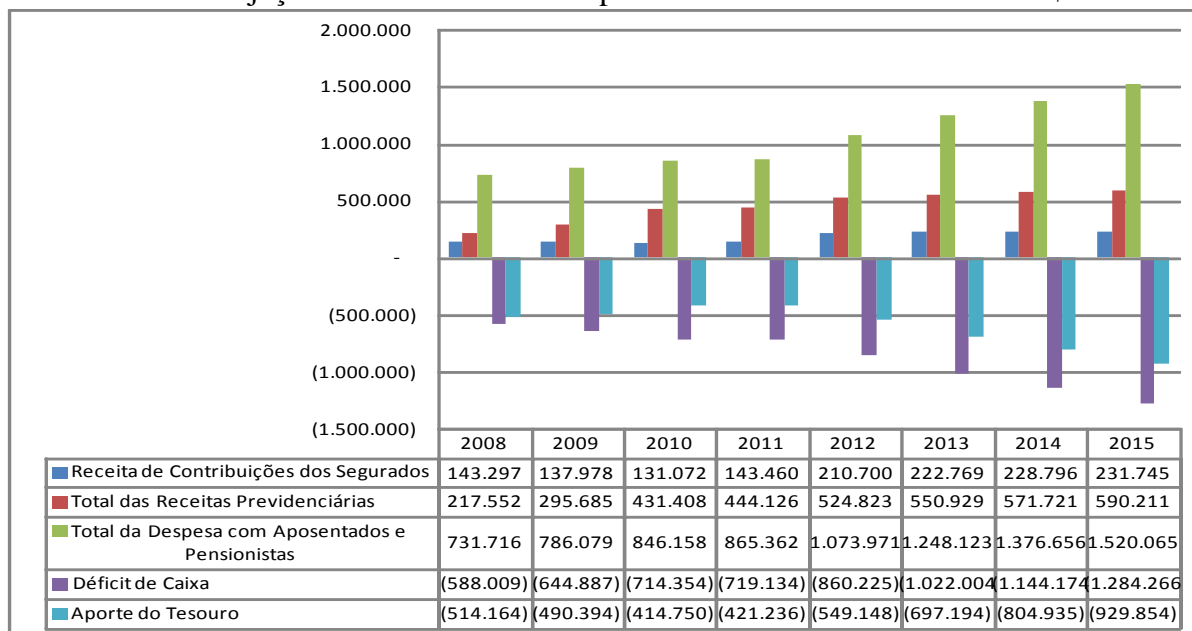
²⁷ A complementação previdenciária está englobando a contribuição patronal para efeito estatístico, visto que em 2006 não havia registro contábil das contribuições patronais. Em 2009, com a criação do AL Previdência estas foram aumentadas de 11% para 22% conforme a Lei que a criou.

²⁸ A partir do exercício de 2011 o AL Previdência englobou em conjunto a despesa com Aposentados e Pensionistas



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

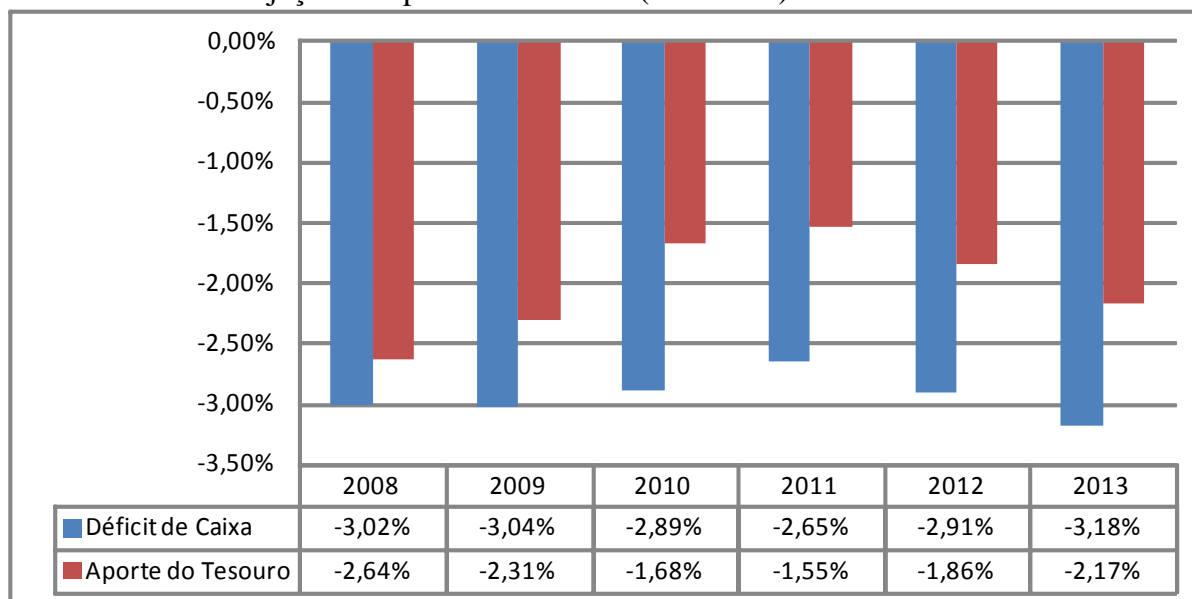
Gráfico XVII: Projeção da necessidade do Aporte do Tesouro - 2011 a 2015 R\$ milhões



Fonte: AL Previdência
Valores em R\$ 1.000,00

Assim sendo, evidencia-se crescentes aportes do Tesouro para financiar o déficit de Caixa da Previdência em % do PIB a partir de 2012 em face que a despesa com Aposentados e Pensionistas cresce em uma velocidade maior do que as Receitas de Contribuições dos Servidores.

Gráfico XVIII: Projeção do aporte do Tesouro (% do PIB)



Fonte: AL Previdência



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

A complementação previdenciária projetada pelo AL Previdência (ver no anexo cálculo atuarial) evidencia a insustentabilidade do financiamento do sistema em face da necessidade crescente de volume de recursos do Estado seja contribuições patronais ou aportes do Tesouro bem como o impacto na política fiscal no que concerne a geração de superávit primário em face que do total de 65.496 servidores existem 40.374 ativos com remuneração média de R\$ 2.187,19 e 25.122 inativos e com benefício médio de R\$ 2.840,48 em 31/12/2011. Além disso, em 2012 serão aposentados 4.942 servidores dos quais 1.446 são professores, implicando a perda de receita de contribuição e como a remuneração está abaixo do limite do teto da Previdência estes deverão deixar de recolher agravando ainda mais a necessidade de aporte dos recursos do Tesouro e o equilíbrio estrutural das contas públicas em face que os inativos em 2012 alcançaria 30.064 e passaria em 2015 para 34.589.

Os passivos decorrentes de ações judiciais englobam todas as demandas judiciais contra o Estado - administração direta e indireta - em que não há decisão definitiva sobre a ação, seja quanto ao mérito ou ao valor devido, e que, portanto não constituíram precatórios ainda ou seus efeitos não foram incorporados na elaboração da LDO de 2012 e do orçamento de 2012. Portanto, para a elaboração dos alusivos instrumentos de planejamento no que se refere, para o exercício de 2012, a dotação orçamentária segundo a Gerência de Gestão Fiscal e Estatística foi reprojeta para despesa com precatórios judiciais no montante de R\$ 76,8 milhões correspondendo a 1,5% da RCL projetada para 2012.

Esses passivos contingentes podem impactar a despesa orçada, mas também reduzir a receita orçamentária, nos casos em que se questiona a cobrança de impostos, com repercussões que extrapolam um caso específico. Assim sendo, quando na elaboração da LDO de 2013 e do orçamento de 2013, está se projetando uma dotação orçamentária de R\$ 83,4 milhões em função da vinculação de 1,5% da Receita Corrente Líquida (RCL), sendo esta prevista para o alusivo período em R\$ 5,560 bilhões, para fazer jus às obrigações dos precatórios trabalhistas instituído, conforme Emenda Constitucional nº 30 e as Obrigações de Pequeno Valor (OPV). Portanto, está sendo considerado também um risco fiscal o risco do seqüestro de receitas por conta da dívida de precatórios.

O aumento do gasto durante o período de crescimento econômico significativo como no exercício de 2010 resultou em um padrão pro cíclico das finanças públicas. Assim, torna difícil contingenciar o gasto de custeio quando se projeta uma frustração de receita do FPE de R\$ 200 milhões no exercício de 2011 em face da política do governo federal de desoneração do IPI. Salienta-se, ainda, que o incremento da despesa de pessoal correlacionada a alusiva frustração de receitas do FPE e do ICMS afetarão significativamente o equilíbrio estrutural das finanças públicas.

A dinâmica expansiva do gasto de custeio (% PIB) em face da vinculação das receitas com as despesas principalmente com as áreas da Saúde e Educação impõem uma dificuldade significativa no que se refere à geração do resultado primário no exercício de 2012 para manter a sustentabilidade da dívida pública



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

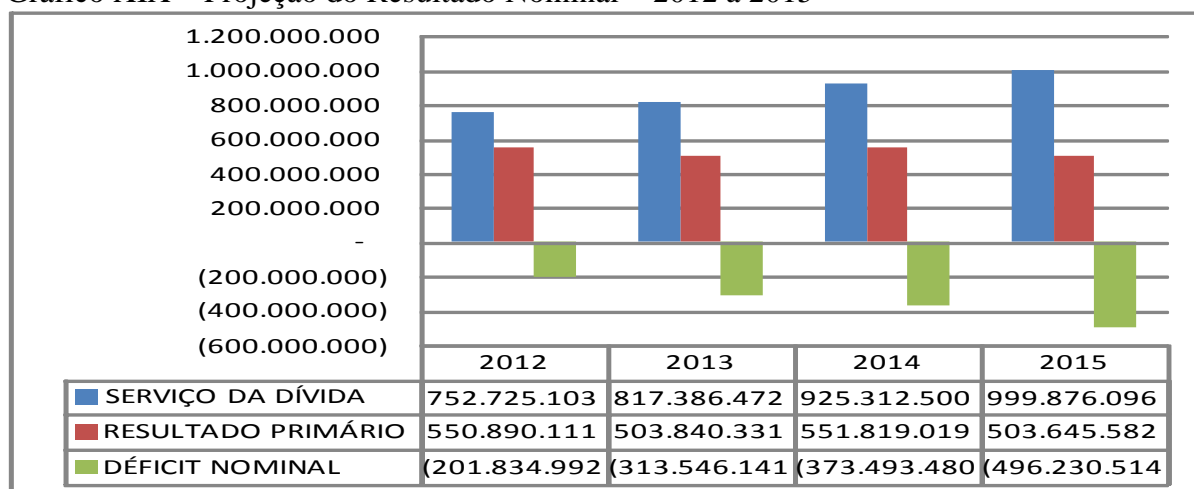
• *Riscos da Dívida Pública*

O risco inerente à administração da dívida pública estadual decorre do impacto de eventuais variações das taxas de câmbio e de inflação nos desembolsos sobre as finanças estaduais. Essas variações, quando verificadas, geram impacto nas contas públicas, pois provocam variações no volume de recursos necessários ao pagamento do serviço da dívida dentro do período orçamentário. Elas também têm efeito sobre os títulos cujo prazo de vencimento se estende além do exercício fiscal, com impactos nos orçamentos dos anos seguintes, a maior volatilidade dessas variáveis altera o valor de estoque da dívida pública mobiliária e afeta a relação Dívida/RCL, sendo esta considerada o indicador mais importante de endividamento do setor público estadual, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal

No que se refere à dívida, o risco mais importante para o orçamento é o decorrente de eventuais variações na taxa de câmbio, juros internacionais e no índice geral de preços (IGP-DI), que impactem no serviço da dívida. Para o cálculo do resultado nominal adotamos a premissa de que o Estado de Alagoas não tem condições de gerar superávits primários correspondente ao total do serviço da dívida e, portanto, incorrerá em déficits nominais crescentes. Ressalta-se que em face da amortização integral da dívida Lei nº 8.727/93 em 2013 representará um ponto de inflexão no que concerne ao incremento do serviço da dívida correspondente aos juros em face que incrementará significativamente o montante do serviço da dívida da Lei nº 9.496/97.

O Estado de Alagoas diante da pressão das contas públicas que já foi analisada em tópicos anteriores no que concerne à despesa de pessoal e das despesas de custeio não tem condições de gerar um maior resultado primário. Assim sendo, a projeção é que gerará déficits nominais crescentes para o período de 2012 a 2015. Reitero mais uma vez que não foram incluídas na projeção do serviço da dívida para o alusivo período as novas operações de crédito pleiteadas pelo Estado, as quais compõem o Programa Alagoas Tem Pressa.

Gráfico XIX – Projeção do Resultado Nominal – 2012 a 2015



Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Em relação às dívidas externas, o orçamento está sujeito a riscos advindos da variação da taxa de câmbio, uma vez que as operações estão contratadas em moeda estrangeira e da taxa de juros internacionais (LIBOR), que é a referência para formação da taxa de juros incidentes sobre estes empréstimos.

A Dívida da Lei nº 8.727/93 referente à COHAB e IPASEAL possuem diversos contratos encerrados com alto valor de resíduo. O contrato referente aos resíduos serão negociados nos mesmos parâmetros de juros e correção, cujo limite máximo de 60 meses implicará no incremento das prestações mensais. Dessa maneira, esta operação poderá ter reflexos sobre a capacidade de pagamento da Dívida nº 9.496/97, devendo diminuir sua amortização e, assim, gerando o aumento do resíduo do passivo. Essas variações, quando verificadas, gerarão impacto no orçamento anual, pois provocam variações no volume de recursos necessários ao pagamento do serviço da dívida dentro do período orçamentário.

Vale salientar a significativa Provisão para Perda da Dívida Ativa registrada no Balanço Patrimonial em 2011 no montante de R\$ 2,819 bilhões, o qual impactará significativamente na geração de receitas futuras.

Com os avanços alcançados na institucionalização do ajuste fiscal, pode-se afirmar que o Estado de Alagoas vem sedimentando seu equilíbrio fiscal. No entanto, permanecem riscos a serem considerados, como são aqueles passivos contingentes provenientes de ações judiciais que podem determinar o aumento do estoque da dívida pública. Este aumento, caso venha a ocorrer, terá que ser compensado pelo incremento do esforço fiscal (aumento da receita/redução das despesas) de modo a impedir o desequilíbrio nas contas públicas estaduais.

- *Conceito e Abrangência dos Passivos Contingentes*

Parte dos riscos fiscais é representada por passivos contingentes derivados de uma série de ações judiciais que podem determinar o aumento do estoque da dívida pública. Esse aumento, caso venha a ocorrer, terá que ser compensado pelo incremento do esforço fiscal (aumento da receita/redução das despesas), de modo a não afetar o equilíbrio nas contas.

Os passivos contingentes são classificados em seis classes conforme a natureza dos fatores que lhes dão origem, em seis classes:

a) demandas judiciais contra o Estado (Administração Direta, Autarquias e Fundações) - em sua maior parte se refere as controvérsias sobre as diferenças salariais que não foram pagas em função do Planos Collor, questionamentos de ordem tributária e previdenciária.

b) demandas judiciais contra empresas estatais dependentes do Estado que fazem parte do Orçamento Fiscal;

c) demandas judiciais pertinentes à administração do Estado, tais como privatizações, liquidação ou extinção de órgãos ou de empresas e atos que afetam a administração de pessoal;



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

d) dívidas em processo de reconhecimento pelo Estado, sob a responsabilidade da Receita Federal do Brasil;

e) operações de aval e garantias dadas pelo Estado e outros riscos, sob a responsabilidade do Tesouro Estadual; e

f) demandas judiciais contra a Companhia Alagoana de Recursos Humanos e Patrimônio e riscos pertinentes aos seus ativos decorrentes de operações de liquidação extrajudicial.

A explicitação desses passivos contingentes neste anexo representa mais um passo importante para a transparência fiscal. Entretanto, importa ressaltar que as ações judiciais aqui citadas representam apenas ônus potenciais, pois se encontram ainda em julgamento, não estando de forma alguma definido o seu reconhecimento pela Fazenda Estadual. Esclareça-se, por outro lado, que passivos decorrentes de ações judiciais com sentenças definitivas foram tratados como precatórios, não configurando, portanto, passivos contingentes.

Ressalte-se que a Emenda Constitucional nº 30 alterou a redação do artigo 100 da Constituição Federal e acrescentou o artigo 78 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabelecendo que o Poder Executivo poderá parcelar os precatórios de natureza não alimentar pendentes de pagamento, em até 10 (dez) parcelas anuais e sucessivas, com valores atualizados monetariamente, e conforme já salientado vinculando a 1,5% da RCL.

Há que se mencionar, ainda, a intensa fiscalização que o INSS vem desenvolvendo junto aos órgãos do Estado, resultando, em certos casos, em autuações ou notificações de lançamento de débitos fiscais. As autuações mais expressivas referem-se ao não recolhimento, pelo Estado, de contribuição previdenciária sobre os valores pagos aos servidores celetistas e serviços prestados, a qual o INSS contabilizou, ao final de janeiro de 2010, o montante de R\$ 667,5 milhões e o Estado reconheceu R\$ 286,3 milhões, perfazendo uma diferença de R\$ 382,2 milhões. É de salientar também que no Balanço Geral do Estado de Alagoas os parcelamentos da União foram contabilizados em R\$ 362,2 milhões dos quais o INSS correspondeu R\$ 281 milhões.

Outro passivo relevante é a dívida do Estado com 30 mil servidores no montante de R\$ 12 bilhões e que vinha sendo paga com um deságio de 70% sobre o valor dos direitos creditórios pelas empresas importadoras para compensar no pagamento do ICMS na operação de importação de produtos e serviços. A unificação da alíquota em 4%²⁹ em todo o país, os precatórios de Alagoas deixarão de ser atrativos para os empresários e, portanto, para o Estado representará conforme projeções uma perda de recursos extras no montante de R\$ 1,3 bilhão referente aos 11% para o AL Previdência e 27,5% do IRRF e mais R\$ 2,2 bilhões para os servidores.

²⁹ O projeto de Resolução segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, onde o Governo tem maioria e dá sua aprovação como favas contadas.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

ANEXO II – D

METAS FISCAIS

(Art. 4º, § 2º, inciso V da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

O total da arrecadação potencial foi de R\$ 77,7 milhões em 2011 e esta foi calculada com base na relação entre Débito de Saída e Crédito de entrada e a respectiva alíquota do segmento. Assim, evidencia-se a tendência crescente da evolução da arrecadação potencial do segmento Central de Distribuição.

Tabela XXVIII – Arrecadação efetiva potencial e a previsão da arrecadação Potencial por segmento – 2011 a 2015

	2011	PREVISÃO			
		2012	2013	2014	2015
PRODESIM	23.232.070	25.348.271	27.883.099	30.671.408	28.917.197
ATACADISTA	22.386.806	24.218.659	26.640.524	29.304.577	32.235.680
CETRAL DE DISTRIBUIÇÃO	32.086.887	36.049.985	40.499.921	45.496.244	51.105.758
TOTAL	77.705.763	85.616.914	95.023.544	105.472.229	112.258.635

Fonte : Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

No que se refere à renúncia fiscal esta alcançou R\$ 262,5 milhões em 2011 em face da utilização dos créditos presumidos.

Tabela XXIX – Renúncia efetiva e a previsão da renúncia por segmento – 2011 a 2015

	2011	PREVISÃO			
		2012	2013	2014	2015
PRODESIM	97.987.448	107.786.193	118.564.812	130.421.293	143.463.423
ATACADISTA	70.714.592	77.786.052	85.564.657	94.121.123	103.533.235
CETRAL DE DISTRIBUIÇÃO	93.830.294	103.213.323	113.534.655	124.888.121	137.376.933
TOTAL	262.534.345	288.787.580	317.666.137	349.432.551	384.375.605

Fonte : Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

A renúncia fiscal no que se refere às empresas beneficiadas pelo Estado no que se refere ao PRODESIN (Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas) foi de R\$ 99,2 milhões em face do valor do montante do crédito presumido. Ressalta-se que a arrecadação potencial foi de R\$ 23,2 milhões em 2011 e esta foi calculada com base na relação entre Débito de Saída e Crédito de entrada e a respectiva alíquota do segmento.

Tabela XXX – Arrecadação potencial x Renúncia Fiscal empresas beneficiadas pelo PRODESIN em 2011

	ARRECADAÇÃO POTENCIAL	RENÚNCIA FISCAL
ALIMENTAÇÃO	6.763.111	30.929.391
BEBIDAS / FUMO	6.131.470	27.158.394
COMUNICAÇÃO	40.189	
CONSTRUÇÃO CIVIL	2.077.214	7.393.580
DEPARTAMENTOS/TÊXTIL	647.042	5.150.638
MINERAL	61.145	226.019
OUTROS	1.427.993	6.539.052
QUÍMICO	6.083.905	20.590.373
TOTAL	23.232.070	97.987.448

Fonte : Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

A previsão, para os exercícios de 2012 a 2015, foi feita com base nas informações do Sistema Gestor no que concerne ao relatório de cruzamento da DAC com arrecadação do ICMS e Débitos Fiscais fornecidos pela Diretoria de Análise e Monitoramento das Informações Fiscais (DAMIF) sem que fosse feita a diligência fiscal nas respectivas empresas beneficiadas pela renúncia fiscal beneficiadas pelo Estado. Assim sendo, com base na observação do comportamento do incremento em exercícios anteriores dos débitos de saídas e verificada a inter-relação com as demais variáveis: créditos de entradas, créditos presumidos e outros créditos foram realizadas as previsões da renúncia fiscal com relação às empresas beneficiadas pela renúncia fiscal no que se refere ao PRODESIN.

Tabela XXXI – Previsão da arrecadação Potencial x Renúncia Fiscal
Empresas beneficiadas pelo PRODESIN em 2012

	ARRECADAÇÃO POTENCIAL	RENÚNCIA FISCAL
ALIMENTAÇÃO	7.291.946	34.022.330
BEBIDAS / FUMO	6.726.876	29.874.233
COMUNICAÇÃO	36.021	-
CONSTRUÇÃO CIVIL	2.269.515	8.132.938
DEPARTAMENTOS/TÊXTIL	687.328	5.665.702
MINERAL	67.260	248.621
OUTROS	1.504.059	7.192.957
QUÍMICO	6.765.266	22.649.411
TOTAL	25.348.271	107.786.193

Fonte : Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Tabela XXXII – Previsão da arrecadação Potencial x Renúncia Fiscal
Empresas beneficiadas pelo PRODESIN em 2013

	ARRECADAÇÃO POTENCIAL	RENÚNCIA FISCAL
ALIMENTAÇÃO	8.021.141	37.424.563
BEBIDAS / FUMO	7.399.563	32.861.657
COMUNICAÇÃO	39.624	-
CONSTRUÇÃO CIVIL	2.496.467	8.946.232
DEPARTAMENTOS/TÊXTIL	756.061	6.232.272
MINERAL	73.986	273.483
OUTROS	1.654.465	7.912.253
QUÍMICO	7.441.792	24.914.352
TOTAL	27.883.099	118.564.812

Fonte : Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela XXXIII – Previsão da arrecadação Potencial x Renúncia Fiscal
Empresas beneficiadas pelo PRODESIN em 2014

	ARRECADAÇÃO POTENCIAL	RENÚNCIA FISCAL
ALIMENTAÇÃO	8.823.255	41.167.020
BEBIDAS / FUMO	8.139.520	36.147.822
COMUNICAÇÃO	43.586	-
CONSTRUÇÃO CIVIL	2.746.113	9.840.855
DEPARTAMENTOS/TÊXTIL	831.667	6.855.499
MINERAL	81.384	300.832
OUTROS	1.819.912	8.703.478
QUÍMICO	8.185.972	27.405.787
TOTAL	30.671.408	130.421.293

Fonte : Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Tabela XXXIV – Previsão da arrecadação Potencial x Renúncia Fiscal
Empresas beneficiadas pelo PRODESIN em 2015

	ARRECADAÇÃO POTENCIAL	RENÚNCIA FISCAL
ALIMENTAÇÃO	8.158.484	45.283.722
BEBIDAS / FUMO	7.699.088	39.762.605
COMUNICAÇÃO	37.048	-
CONSTRUÇÃO CIVIL	2.745.124	10.824.941
DEPARTAMENTOS/TÊXTIL	721.738	7.541.049
MINERAL	81.266	330.915
OUTROS	1.746.142	9.573.826
QUÍMICO	7.728.305	30.146.366
TOTAL	28.917.197	143.463.423

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

A renúncia fiscal no que se refere às empresas beneficiadas pelo Estado no que se refere ao segmento Atacadista foi de R\$ 70,7 milhões em face do valor do montante do crédito presumido. Ressalta-se que a arrecadação potencial foi de R\$ 22,4 milhões em 2011 e esta foi calculada com base na relação entre Débito de Saída e Crédito de entrada e o respectiva alíquota do segmento.

Tabela XXXV – Arrecadação Potencial x Renúncia Fiscal
Empresas beneficiadas no segmento Atacadista em 2011

	ARRECADAÇÃO POTENCIAL	RENÚNCIA FISCAL
ALIMENTAÇÃO	13.958.108	51.020.343
BEBIDAS / FUMO	936	-
CONSTRUÇÃO CIVIL	3.971.037	10.960.375
DEPARTAMENTOS/TÊXTIL	3.389.016	8.221.030
OUTROS	254.531	512.845
QUÍMICO	813.177	-
TOTAL	22.386.806	70.714.592

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela XXXVI – Previsão da Arrecadação potencial x Renúncia Fiscal
Empresas beneficiadas no segmento Atacadista em 2012

	ARRECADAÇÃO POTENCIAL	RENÚNCIA FISCAL
ALIMENTAÇÃO	16.657.087	56.122.377
BEBIDAS / FUMO	1.030	-
CONSTRUÇÃO CIVIL	3.806.699	12.056.412
DEPARTAMENTOS/TÊXTIL	3.229.171	9.043.133
OUTROS	167.871	564.129
QUÍMICO	356.801	-
TOTAL	24.218.659	77.786.052

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Tabela XXXVII – Previsão da Arrecadação potencial x Renúncia Fiscal
Empresas beneficiadas no segmento Atacadista em 2013

	ARRECADAÇÃO POTENCIAL	RENÚNCIA FISCAL
ALIMENTAÇÃO	18.322.796	61.734.615
BEBIDAS / FUMO	1.133	-
CONSTRUÇÃO CIVIL	4.187.369	13.262.053
DEPARTAMENTOS/TÊXTIL	3.552.088	9.947.447
OUTROS	184.658	620.542
QUÍMICO	392.481	-
TOTAL	26.640.524	85.564.657

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Tabela XXXVIII – Previsão da Arrecadação potencial x Renúncia Fiscal
Empresas beneficiadas no segmento Atacadista em 2014

	ARRECADAÇÃO POTENCIAL	RENÚNCIA FISCAL
ALIMENTAÇÃO	20.155.076	67.908.076
BEBIDAS / FUMO	1.246	-
CONSTRUÇÃO CIVIL	4.606.106	14.588.259
DEPARTAMENTOS/TÊXTIL	3.907.296	10.942.191
OUTROS	203.124	682.596
QUÍMICO	431.729	-
TOTAL	29.304.577	94.121.123

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela XXXIX – Previsão da Arrecadação potencial x Renúncia Fiscal
Empresas beneficiadas no segmento Atacadista em 2015

	ARRECADAÇÃO POTENCIAL	RENÚNCIA FISCAL
ALIMENTAÇÃO	22.170.583	74.698.884
BEBIDAS / FUMO	2.016	-
CONSTRUÇÃO CIVIL	5.066.716	16.047.085
DEPARTAMENTOS/TÊXTIL	4.298.026	12.036.411
OUTROS	223.436	750.856
QUÍMICO	474.902	-
TOTAL	32.235.680	103.533.235

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Tabela XL – Arrecadação potencial x Renúncia Fiscal
Empresas beneficiadas no segmento Central de Distribuição em 2011

	ARRECADAÇÃO POTENCIAL	RENÚNCIA FISCAL
ALIMENTAÇÃO	8.655.742	22.211.009
BEBIDAS / FUMO	12.100.381	64.820.585
COMUNICAÇÃO	2.242.937	6.690.844
CONSTRUÇÃO CIVIL	653.309	-
DEPARTAMENTOS/TÊXTIL	4.199.778	-
OUTROS	394.058	107.856
QUÍMICO	3.840.681	-
TOTAL	32.086.887	93.830.294

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Tabela XLI – Previsão da Arrecadação potencial x Renúncia Fiscal
Empresas beneficiadas no segmento Central de Distribuição em 2012

	ARRECADAÇÃO POTENCIAL	RENÚNCIA FISCAL
ALIMENTAÇÃO	9.709.187	24.432.110
BEBIDAS / FUMO	13.552.875	71.302.644
COMUNICAÇÃO	2.530.120	7.359.928
CONSTRUÇÃO CIVIL	739.618	-
DEPARTAMENTOS/TÊXTIL	4.738.362	-
OUTROS	446.775	118.642
QUÍMICO	4.333.047	-
TOTAL	36.049.985	103.213.323

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Tabela XLII – Previsão da Arrecadação potencial x Renúncia Fiscal empresas beneficiadas no segmento Central de Distribuição em 2013

	ARRECADAÇÃO POTENCIAL	RENÚNCIA FISCAL
ALIMENTAÇÃO	10.890.522	26.875.321
BEBIDAS / FUMO	15.179.712	78.432.908
COMUNICAÇÃO	2.853.568	8.095.921
CONSTRUÇÃO CIVIL	837.075	-
DEPARTAMENTOS/TÊXTIL	5.345.038	-
OUTROS	506.360	130.506
QUÍMICO	4.887.646	-
TOTAL	40.499.921	113.534.655

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Tabela XLIII – Previsão da Arrecadação potencial x Renúncia Fiscal Empresas beneficiadas no segmento Central de Distribuição em 2014

	ARRECADAÇÃO POTENCIAL	RENÚNCIA FISCAL
ALIMENTAÇÃO	12.215.239	29.562.853
BEBIDAS / FUMO	17.001.820	86.276.199
COMUNICAÇÃO	3.217.814	8.905.513
CONSTRUÇÃO CIVIL	947.098	-
DEPARTAMENTOS/TÊXTIL	6.028.321	-
OUTROS	573.693	143.556
QUÍMICO	5.512.259	-
TOTAL	45.496.244	124.888.121

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)

Tabela XLIV – Previsão da Arrecadação potencial x Renúncia Fiscal Empresas beneficiadas no segmento Central de Distribuição em 2015

	ARRECADAÇÃO POTENCIAL	RENÚNCIA FISCAL
ALIMENTAÇÃO	13.700.708	32.519.138
BEBIDAS / FUMO	19.042.635	94.903.819
COMUNICAÇÃO	3.627.951	9.796.064
CONSTRUÇÃO CIVIL	1.071.280	-
DEPARTAMENTOS/TÊXTIL	6.797.787	-
OUTROS	649.763	157.912
QUÍMICO	6.215.635	-
TOTAL	51.105.758	137.376.933

Fonte: Gerência de Gestão Fiscal e Estatística (Superintendência do Tesouro Estadual)



AL Previdência

**Regime Próprio de Previdência dos
Servidores Públicos de Alagoas**

**AL Previdência
AVALIAÇÃO ATUARIAL
Ano Base: 2012 Data Base:31/12/2011**



Índice

1. Introdução.....	02
2. Origem e Data Base dos Dados.....	03
3. Estatísticas da Massa.....	04
4. Elenco dos Benefícios do Plano.....	11
5. Bases Financeiras e Biométricas.....	16
6. Dados Adicionais para Estudo Atuarial.....	18
7. Financiamento com Segregação de Massas.....	19
8. Fundo de Previdência.....	20
9. Fundo Financeiro.....	25
10. Fundo dos Militares.....	30
10. Parecer Atuarial.....	35

Anexos

- I. Provisões Matemáticas Previdenciárias
- II. Projeção Atuarial – Anexo XIII do RREO



1. INTRODUÇÃO

Esta avaliação atuarial foi desenvolvida para dimensionar os custos para manutenção do **Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos de Alagoas**, em consonância com a Constituição Federal, Plano de Benefícios descrito a seguir e critérios atuariais internacionalmente aceitos, com base em dados cadastrais fornecidos.

Os resultados apresentados contemplam as mudanças paramétricas do Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com a implementação dos dispositivos das Emendas Constitucionais 20, 41 e 47 e as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência, presentes na Portaria MPS nº 403/2008.

Para análise dos resultados apurados nesta Avaliação faz-se necessário conhecer as hipóteses, premissas e metodologia de cálculo, que se encontram aqui descritas.

Os cálculos foram realizados em conformidade a Nota Técnica Atuarial, enviada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, mediante ofício do RPPS, conforme previsto no §1º, artigo 5º da Portaria MPS nº 403 de 10 de dezembro de 2008.



2. ORIGEM E DATA BASE DOS DADOS

Esta avaliação considera como participantes do plano previdenciário, os servidores ativos e inativos, titulares de cargo efetivo do Poder Executivo de **Alagoas** e seus dependentes legais.

Os dados cadastrais fornecidos pelo **AL Previdência**, que serviram de base para esta avaliação, correspondem ao mês de Dezembro de 2011.

Para avaliação dos dados, o cadastro dos servidores ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes enviados para a Avaliação Atuarial, foram comparados com os padrões mínimos e máximos aceitáveis na data da avaliação. Os principais tópicos analisados foram:

Cadastro de Ativos

- Número de Servidores;
- Data de Nascimento;
- Data de admissão no Estado;
- Remuneração.

Cadastro de Aposentados e Pensionistas

- Número de Inativos;
- Data de Nascimento;
- Benefício.

Depois de feitas as análises, consideramos os dados suficientes e completos para a realização da avaliação atuarial.



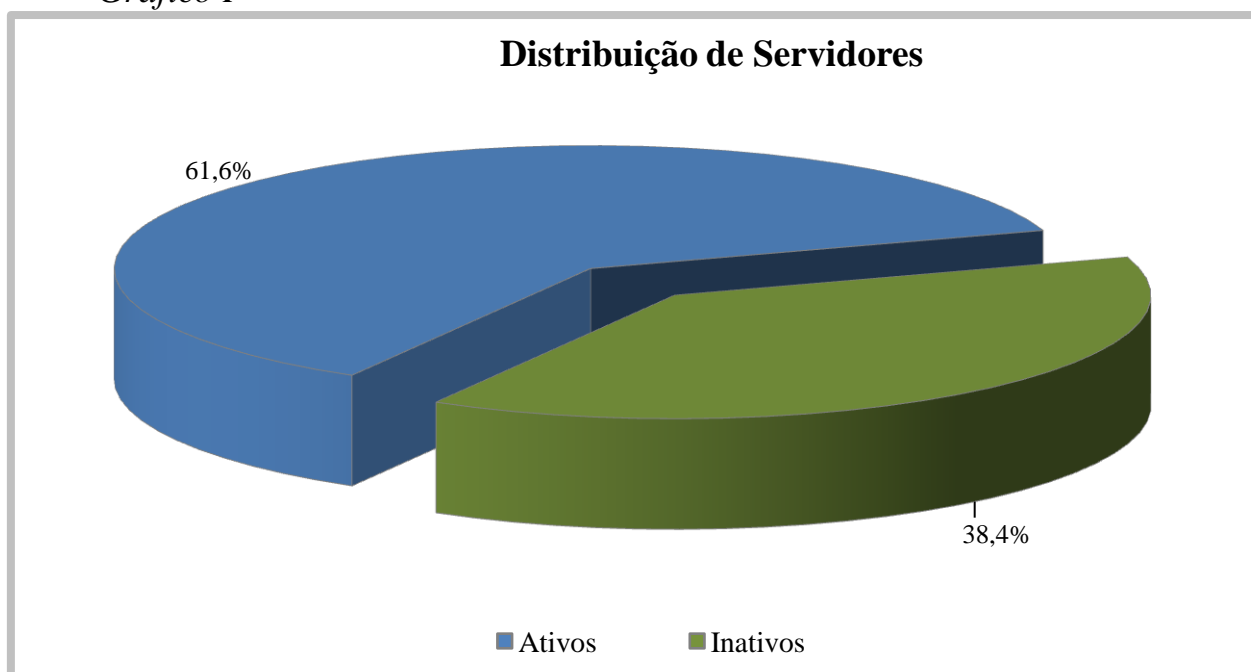
3. ESTATÍSTICAS DA MASSA

3.1. Médias Gerais dos Servidores Ativos e Inativos – Grupo Total

31/12/2011

Item	Ativos	Inativos	Total
Nº. de Servidores	40.374	25.122	65.496
Remuneração/Benefício Médio (R\$)	2.187,19	2.840,48	2.437,77

Gráfico I



O gráfico acima demonstra que a proporção atual entre servidores ativos e inativos. Esta proporção tende a reduzir-se ao longo do tempo devido à entrada de servidores na inatividade.



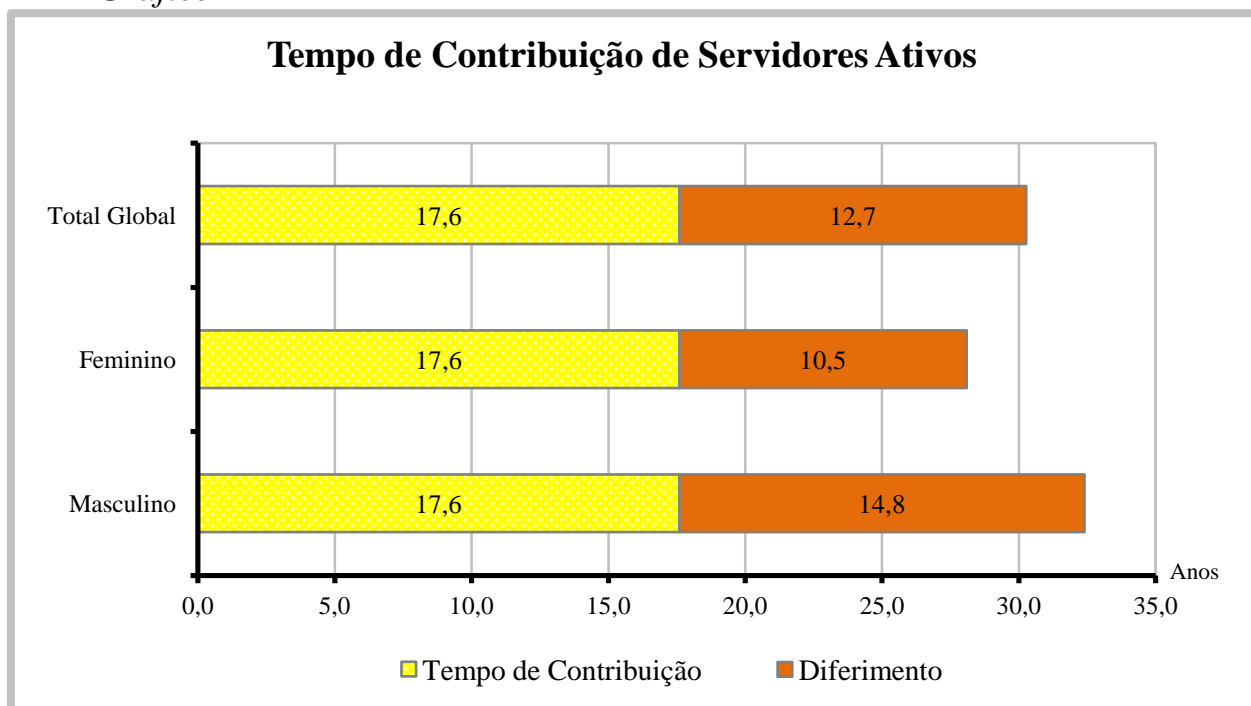
3.2. Médias Gerais dos Servidores Ativos – Grupo Total

31/12/2011

Item	Masculino	Feminino	Total
Nº. de Servidores	20.446	19.928	40.374
Idade Média	43,5	45,9	44,7
Tempo de INSS Anterior	1,4	1,6	1,5
Tempo de Serviço Público	16,2	15,9	16,1
Tempo de Serviço Total	17,6	17,6	17,6
Diferimento Médio (*)	14,8	10,5	12,7
Remuneração Média (R\$)	2.553,63	1.811,23	2.187,19

(*) Diferimento é o tempo que ainda falta para o servidor cumprir com as exigências para aposentadoria

Gráfico II



Cada coluna do gráfico acima representa o tempo médio de carreira, dividindo-o em tempo de contribuição já decorrido e diferimento a decorrer.



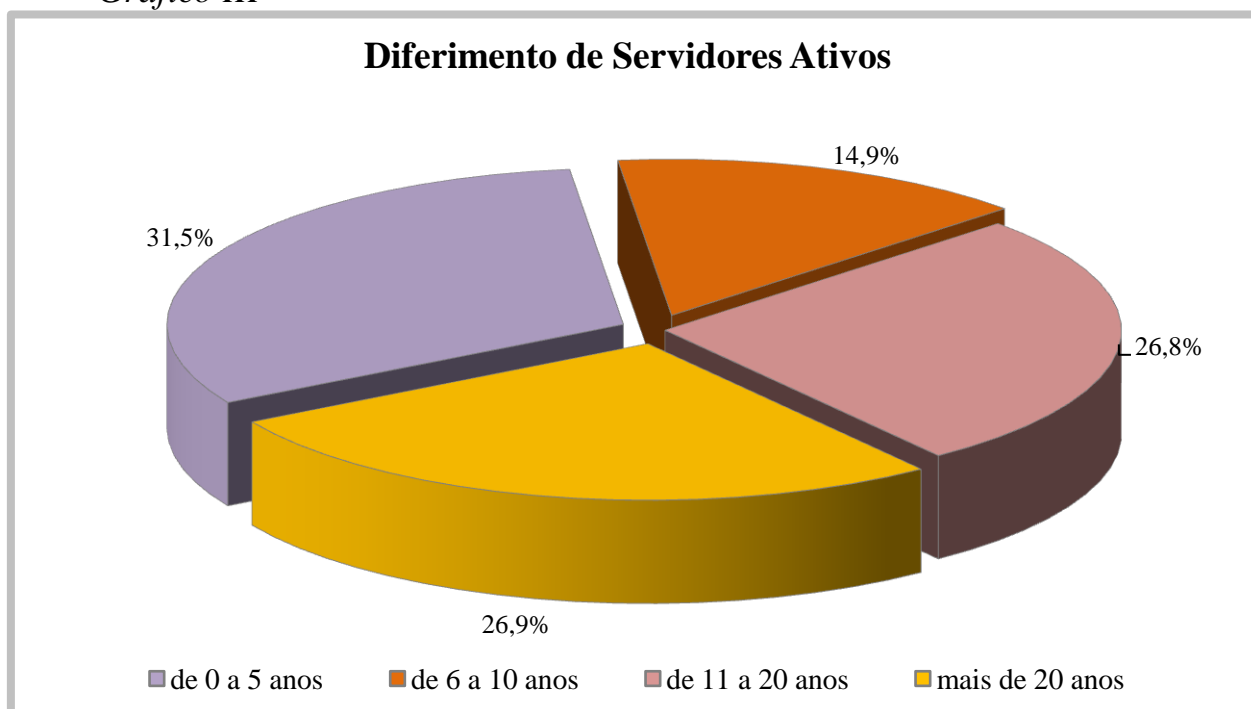
3.3. Médias dos Servidores Ativos Iminentes

31/12/2011

Item	Masculino	Feminino	Total
Nº. de Servidores	822	4.120	4.942
Idade Média	61,1	57,8	58,3
Tempo de Serviço Total	33,2	30,4	30,9
Remuneração Média (R\$)	2.667,51	2.144,82	2.231,75

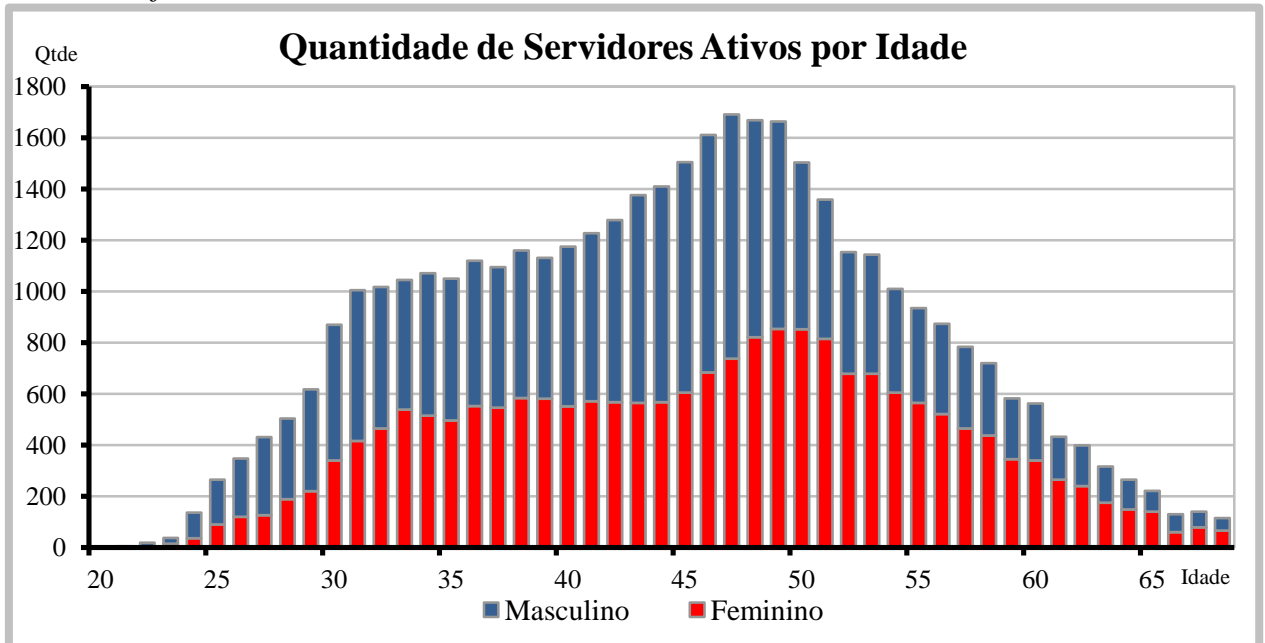
Servidores iminentes são servidores ativos que já cumpriram ou estão na iminência de cumprir com as exigências para concessão de benefício de aposentadoria.

Gráfico III



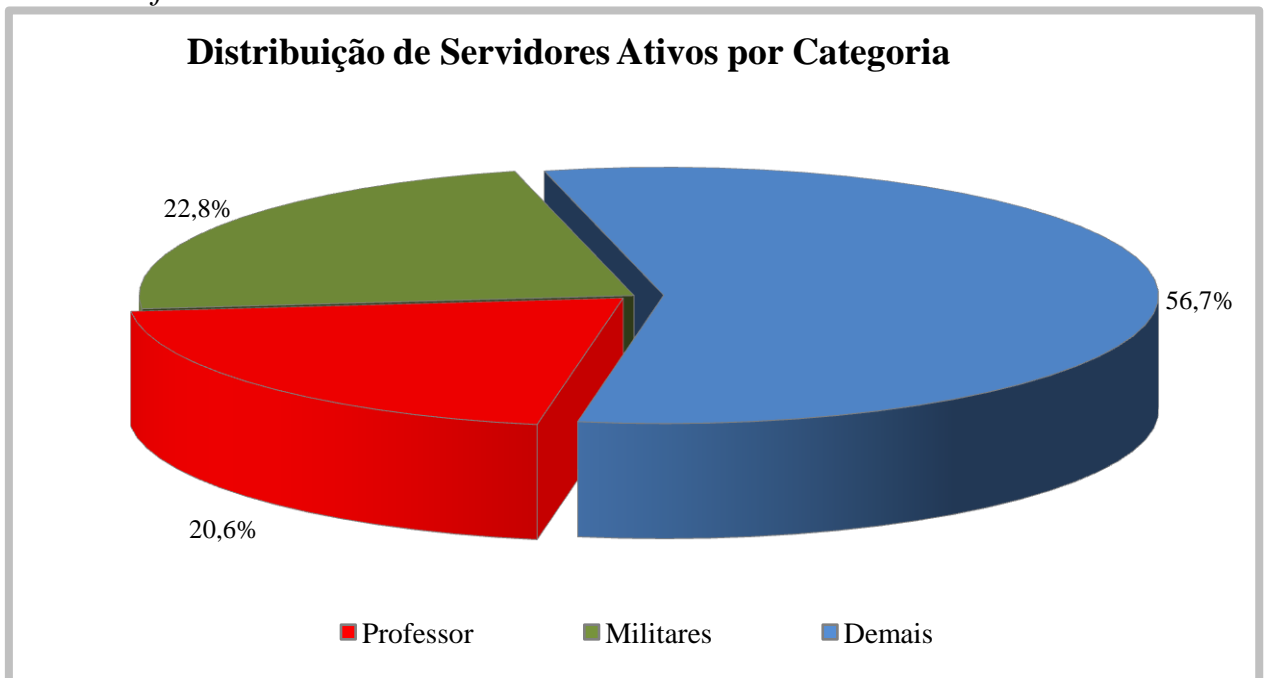
O gráfico acima apresenta a distribuição percentual dos segurados ativos em relação aos períodos de diferimento.

Gráfico IV



O gráfico acima demonstra a distribuição de servidores por idade e sexo.

Gráfico V



O exposto no gráfico acima é a proporção entre as principais carreiras dos servidores do Poder Executivo, professores, militares e as demais.



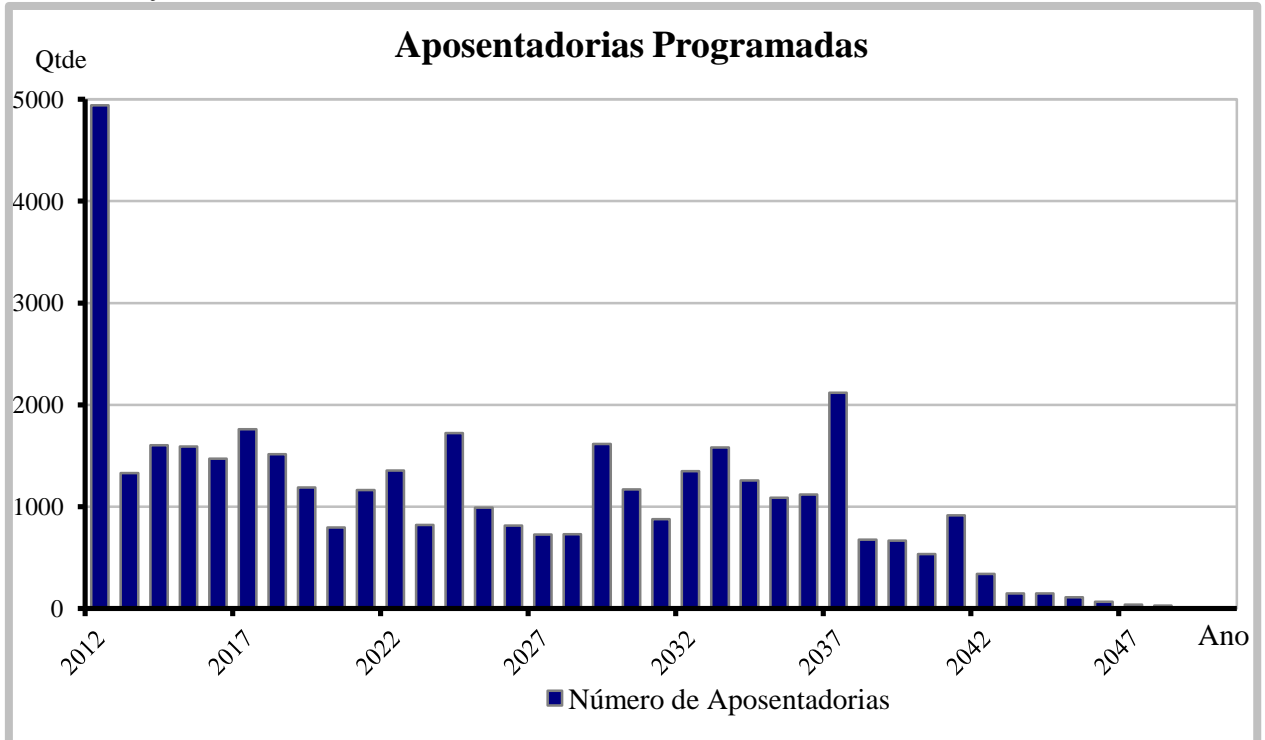
3.4. Aposentadorias Programadas (*)

31/12/2011

ANO	TIPO DE APOSENTADORIA				TOTAL ANO	GRUPO TOTAL REMANESCENTE
	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	IDADE e COMPULSÓRIA	PROFESSOR	MILITAR		
2012	1.977	1.326	1.446	193	4.942	35.432
2013	644	198	265	224	1.331	34.101
2014	797	205	290	311	1.603	32.498
2015	731	195	126	539	1.591	30.907
2016	682	253	80	457	1.472	29.435
2017	675	223	11	850	1.759	27.676
2018	585	230	23	677	1.515	26.161
2019	576	229	8	375	1.188	24.973
2020	351	247	9	188	795	24.178
2021	368	294	4	498	1.164	23.014
2022	314	337	1	703	1.355	21.659
2023	214	382	1	225	822	20.837
2024	135	433	767	387	1.722	19.115
2025	97	414	447	32	990	18.125
2026	173	402	213	25	813	17.312
2027	107	433	158	29	727	16.585
2028	96	475	69	88	728	15.857
2029	121	505	751	239	1.616	14.241
2030	236	417	480	36	1.169	13.072
2031	304	365	169	38	876	12.196
2032	584	323	122	318	1.347	10.849
2033	569	294	55	664	1.582	9.267
2034	498	284	403	71	1.256	8.011
2035	650	223	173	41	1.087	6.924
2036	721	168	74	156	1.119	5.805
2037	682	137	31	1.268	2.118	3.687
2038	566	77	22	10	675	3.012
2039	553	72	25	17	667	2.345
2040	482	26	6	19	533	1.812
2041	390	8	3	515	916	896
2042	324	10	-	5	339	557
2043	141	7	-	-	148	409
2044	144	4	-	-	148	261
2045	109	1	-	-	110	151
2046	67	-	-	-	67	84
2047	38	-	-	-	38	46
2048	28	-	-	-	28	18
2049	8	-	-	-	8	10
2050	6	-	-	-	6	4
2051	1	-	-	-	1	3
2052	-	-	-	-	-	3
2053	-	-	-	-	-	3
2054	3	-	-	-	3	-
Total	15.747	9.197	6.232	9.198	40.374	-

(*) Previsão das aposentadorias programadas do atual grupo de servidores ativos, sem reposição de massa.

Gráfico VI



A tabela anterior e o gráfico acima demonstram o provável fluxo de entrada em inatividade da atual população de servidores ativos, sem a hipótese de reposição de massa. Nesta demonstração, também não estão consideradas os prováveis benefícios de pensão de ativos e aposentadoria por invalidez.

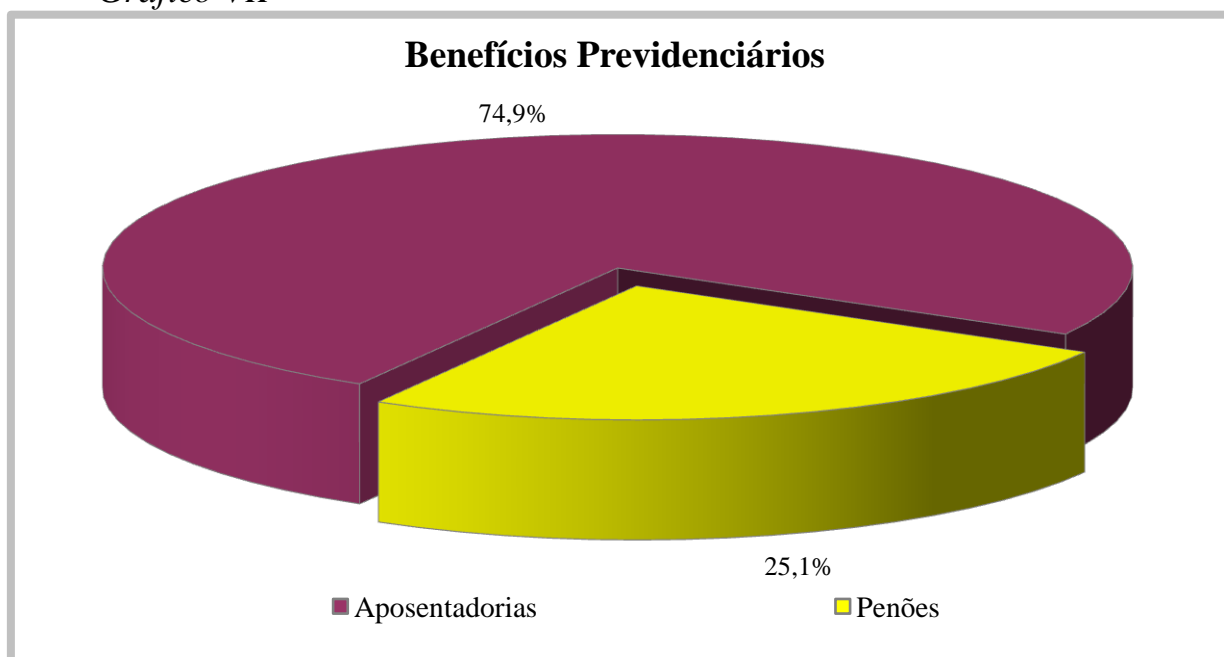


3.5. Médias Gerais dos Servidores Aposentados e Pensionistas

31/12/2011

Tipo de Aposentadoria		Masculino	Feminino	Total
Aposentados	Nº. Servidores	6.464	12.354	18.818
	Idade Média	65	65	64,6
	Benef(R\$)	3.786,69	2.240,65	2.771,71
Pensionistas	Nº. Instituidores	1.047	5.257	6.304
	Nº. Beneficiários	1.275	5.906	7.181
	Idade Média	58,1	62,0	61,3
	Benef(R\$)	2.169,62	3.220,22	3.045,73
Total Geral	Nº. Inativos	7.511	17.611	25.122
	Idade Média	63,7	63,8	63,8
	Benef(R\$)	3.561,28	2.533,06	2.840,48

Gráfico VII





4. ELENCO DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

4.1. Aposentadorias:

4.1.1. Entrada no sistema anterior a Reforma da Previdência de 1998 (E.C. nº 20, 16/12/98):

I) Idade e Tempo de Contribuição – Pela Média das Remunerações:

Contribuição Mínima:

Homem: 35+p anos

Mulher: 30+p anos

Sendo:

p = pedágio equivalente ao número de anos que o servidor terá que contribuir além dos 30 anos para mulher ou 35 para homem, mínimos exigidos até 16/12/98, aplicando-se o fator de 0,2 ao tempo que faltava para completar este tempo em 16/12/98.

Idade:

Homem: 53 anos

Mulher: 48 anos

Cargo efetivo: 5 anos

Renda mensal inicial:

$RMI = M_E - (D.K)$

M_E = Média das remunerações de contribuição

D = Desconto de 3,5% para quem completar as exigências para aposentar-se até 31/12/2005 e 5,0% para quem completar as exigências para aposentar-se após esta data.

K = Número de anos obtidos entre a diferença da idade de aposentadoria e 60 anos, se homem e 55 anos, se mulher.

II) Especial (Funções de Magistério) - Pela Média das Remunerações:

Contribuição Mínima:

Homem: 35+b+p anos

Mulher: 30+b+p anos

Sendo:

b = bônus de tempo de contribuição que o servidor professor acrescerá ao tempo já contribuído, obtido através da aplicação



do fator de 1,20 para mulher ou 1,17 para o homem, ao tempo de contribuição cumprido até 16/12/98;

p = pedágio equivalente ao número de anos que o servidor terá que contribuir além dos 30 anos para mulher ou 35 para homem, mínimos exigidos até 16/12/98, aplicando-se o fator de 0,2 ao tempo que faltava para completar este tempo em 16/12/98.

Cargo efetivo: 5 anos

Renda mensal inicial:

$$RMI = M_E - (D.K)$$

M_E = Média das remunerações de contribuição

III) Idade e Tempo de Contribuição – Proventos Integrais (EC nº 47):

Contribuição Mínima:

Homem: 35+n anos

Mulher: 30+n anos

Sendo n = número de anos que o servidor contribuirá além dos 30 anos para mulher ou 35 para homem.

Idade:

Homem: 60-n anos

Mulher: 55-n anos

Serviço Público: 25 anos

Carreira: 15 anos

Cargo efetivo: 5 anos

Renda mensal inicial (EC nº 47):

$$RMI = P_A$$

Sendo:

P_A = Última remuneração no cargo efetivo

4.1.2. Entrada no sistema anterior a Reforma da Previdência de 2003 (E.C. nº 41, 31/12/03):

I) Idade e Tempo de Contribuição:

Contribuição Mínima:

Homem: 35 anos

Mulher: 30 anos

Idade:



Homem: 60 anos
Mulher: 55 anos
Serviço Público: 20 anos
Carreira: 10 anos
Cargo efetivo: 5 anos

Renda mensal inicial:
 $RMI = P_A$

II) Especial (Funções de Magistério):

Contribuição Mínima:
Homem: 30 anos
Mulher: 25 anos
Serviço Público: 20 anos
Carreira: 10 anos
Cargo efetivo: 5 anos

Renda mensal inicial:
 $RMI = P_A$

4.1.3. Entrada no sistema a qualquer época (Regra Geral):

I) Idade e Tempo de Contribuição:

Contribuição Mínima:
Homem: 35 anos
Mulher: 30 anos
Idade:
Homem: 60 anos
Mulher: 55 anos
Carreira: 10 anos
Cargo efetivo: 5 anos

$RMI = M_E$
 $M_E =$ Média das remunerações de contribuição

II) Especial (Funções de Magistério):

Contribuição Mínima:



Homem: 30 anos
Mulher: 25 anos
Idade Mínima:
Homem: 55 anos
Mulher: 50 anos
Carreira: 10 anos
Cargo efetivo: 5 anos

$RMI = M_E$
 $M_E =$ Média das remunerações de contribuição

III) Por Idade:

Idade Mínima:
Homem: 65anos
Mulher: 60 anos
Carreira: 10 anos
Cargo efetivo: 5 anos

$RMI = M_E \cdot TC/CP$
 $M_E =$ Média das remunerações de contribuição
TC = Tempo de contribuição na data de aposentadoria, limitado a 35 anos, se homem e 30 anos, se mulher.
CP = Coeficiente de Proporcionalidade, 35 anos, se homem e 30 anos, se mulher.

IV) Compulsória:

Idade Mínima:
Homem: 70 anos
Mulher: 70 anos
 $RMI = M_E \cdot TC/CP$
 $M_E =$ Média das remunerações de contribuição

V) Aposentadoria por Invalidez:

Estar inválido – incapacitado para o trabalho
 $RMI = M_E$
 $M_E =$ Média das remunerações de contribuição

4.2. Pensões:



I) Pensão por Morte de Ativo:

Falecimento do servidor ativo

$$RMI = P_A$$

Se $P_A < \text{teto de benefícios do INSS (T)}$

e

$$RMI = T + 70\% \cdot (P_A - T)$$

Se $P_A > \text{teto de benefícios do INSS (T)}$

II) Pensão por Morte de Inativo:

Falecimento do servidor inativo

$$RMI = P_I$$

Se $P_I < \text{teto de benefícios do INSS (T)}$

e

$$RMI = T + 70\% \cdot (P_I - T)$$

Se $P_I > \text{teto de benefícios do INSS (T)}$

$P_I = \text{Proventos na Inatividade}$

4.3. Auxílios:

I) Salário-família:

Possuir filho com idade de 0 a 14 anos

Possuir $P_A < R\$ 862,60$

$$RMI = R\$ 29,43$$

se $P_A < R\$ 573,91$

$$RMI = R\$ 20,74$$

se $R\$ 573,91 < P_A < 860,61$

II) Salário-maternidade:

Nascimento de filho

$$RMI = P_A$$

III) Auxílio-doença:

Estar incapacitado para o trabalho

$$RMI = P_A$$

IV) Auxílio-reclusão:

O servidor ativo deve estar recolhido à prisão e possuir dependente

Possuir $P_A < R\$ 810,19$

$$RMI = P_A$$



5. BASES FINANCEIRAS E BIOMÉTRICAS

5.1. Quanto aos Proventos e Remunerações dos Servidores:

As remunerações e os proventos informados dos servidores ativos e inativos, base de cálculo da presente avaliação, não sofreram acréscimo em relação à condição informada relativo a reposições de inflação.

5.2. Quanto ao cálculo da estimativa de compensação previdenciária com o INSS:

De acordo com a Lei nº. 9.796 de 05 de maio de 1999, que dispõe sobre a compensação previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Para os benefícios a conceder foi considerado como valor máximo de benefício a ser compensado com o INSS a média dos benefícios RGPS em out/2010, R\$ 689,58. Já para os atuais aposentados e pensionistas, apenas a compensação financeira já concedida e em pagamento.

5.3. Quanto às Despesas Administrativas:

Nesta avaliação não foi adotado carregamento para o custeio das Despesas Administrativas do **AL Previdência**. Esta despesa é paga pelo Governo do Estado adicionalmente às suas contribuições.

5.4. Regime Financeiro e Método de Financiamento:

Todos os benefícios previdenciários foram calculados pelo Regime Financeiro de Capitalização e pelo Método de Financiamento de Idade de Entrada Normal. A escolha deste regime financeiro e deste método de financiamento justifica-se pela opção técnica em dar a maior segurança possível ao plano previdenciário.



5.5. Taxa de Juros e Desconto Atuarial: 6% ao ano

5.6. Tábuas Biométricas:

- a) Mortalidade Geral e de Inválidos (valores de q_x e q_x^i): IBGE-2009 (disponibilizada pela SPS em www.mps.gov.br/arquivos/office/3_110704-145850-086.pdf)
- b) Entrada em Invalidez (valores de i_x): Álvaro Vindas;
- c) Mortalidade de Ativos (valores de q_x^{aa}): combinação das tábuas anteriores, pelo método de HAMZA;
- d) Composição média de família (H_x), obtida para idade, a partir de experiência da ACTUARIAL.

5.7. Demais Hipóteses Atuariais:

- a) O crescimento das remunerações utilizado foi de 3,00% ao ano, de acordo com estudo estatístico específico;
- b) A não aplicação de rotatividade para o grupo de servidores ativos vinculados ao RPPS justifica-se pela não adoção do critério de compensação previdenciária do mesmo em favor do RGPS, fato este que serviria para anular os efeitos da aplicação desta hipótese;
- c) Para cálculo das receitas e despesas futuras, não foram considerados efeitos de inflação;
- d) Para efeito de recomposição salarial e de benefícios, utilizou-se a hipótese de reposição integral dos futuros índices de inflação, o que representa o permanente poder aquisitivo das remunerações do servidor (fator de capacidade = 1);
- e) Utilizou-se a hipótese de Gerações Futuras, pela reposição integral da massa de ativos (1:1). Para cada servidor que se aposentar entrará um novo servidor nas mesmas condições de ingresso do servidor que se aposentou, inclusive com a remuneração posicionada na data de admissão pela curva salarial estabelecida nesta Avaliação.



6. DADOS ADICIONAIS PARA O ESTUDO ATUARIAL

Situação Atual Informada pelo **Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos de Alagoas:**

31/12/2011

Posição dos Investimentos do AL Previdência	
Total dos Direitos do Fundo de Previdência	16.723.355,54
Total dos Direitos do Fundo Financeiro	-
Total dos Direitos do Fundo dos Militares	-
Plano de Custeio em Vigor	
Estado – Contribuição Escalonada ao Fundo de Previdência	11,00%
Estado – Contribuição Normal Fundo Financeiro e dos Militares	22,00%
Servidores Ativos (todos os Fundos)	11,00%
Servidores Aposentados e Pensionistas (todos os Fundos) (*)	11,00%

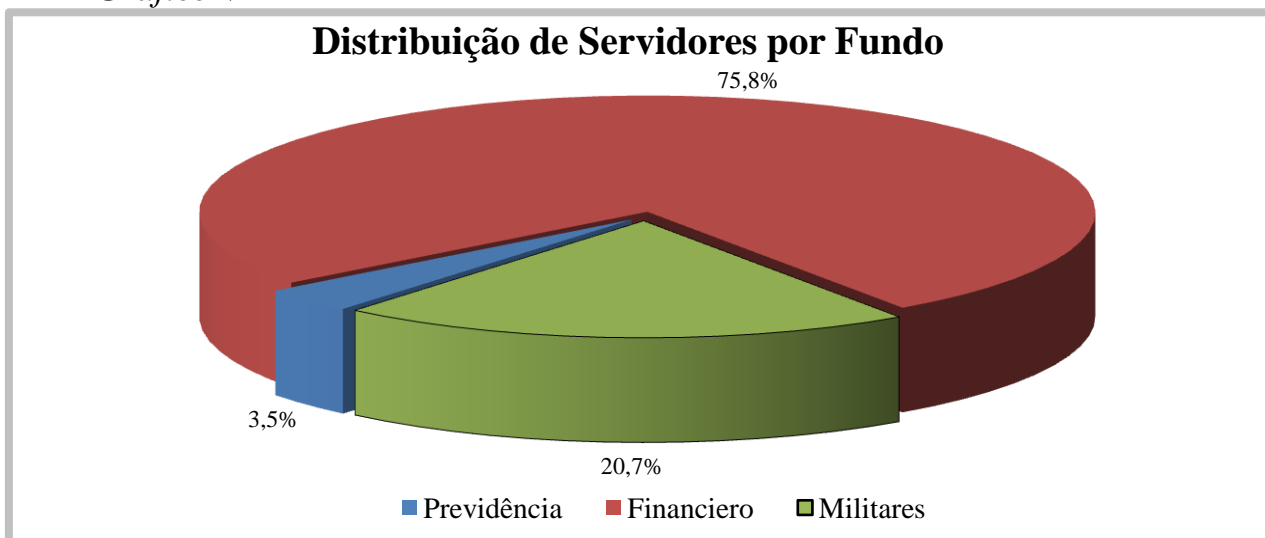
(*) sobre a parcela da remuneração de aposentadoria excedente ao teto do RGPS (R\$3.691,74 em 31/12/2011)

7. FINANCIAMENTO COM SEGREGAÇÃO DE MASSAS

Esta alternativa de financiamento foi instituída no Regime Próprio pela Lei nº 7.114 de 05/11/2009 e utilizou os seguintes critérios:

- a) **Fundo de Previdência (Capitalizado)**: neste grupo haverá, através das contribuições, a formação de patrimônio previdenciário, que custeará os benefícios dos participantes admitidos a partir do dia 31 de dezembro de 2006, exceto militares. Sendo o caixa do **AL Previdência** responsável por este pagamento e desonerando, ao longo do tempo, o Governo do Estado de despesas previdenciárias.
- b) **Fundo Financeiro (Repartição Simples)**: não forma reservas financeiras para as despesas futuras, deste modo, as obrigações serão financiadas pelo Regime Financeiro de Repartição Simples. Este grupo não é renovável e se extinguirá gradativamente, com o passar dos anos, pela mortalidade natural dos seus participantes. Neste grupo estão todos os atuais servidores ativos e inativos admitidos até o dia 31 de dezembro de 2006, exceto militares.
- c) **Fundo dos Militares (Repartição Simples)**: não forma reservas financeiras para as despesas futuras, deste modo, as obrigações serão financiadas pelo Regime Financeiro de Repartição Simples. Este grupo será formado pelos atuais e futuros militares de ativa e da reserva e seus pensionistas.

Gráfico VII





8. FUNDO DE PREVIDÊNCIA

8.1. Valor Atual Total das Obrigações do Fundo de Previdência:

31/12/2011

BENEFÍCIOS	Custo Total (em R\$)	Custo Total (% da Folha)	Custo Normal (% da Folha)
1) Aposentadorias	-	0,00%	
2) Pensão por Morte	-	0,00%	
3) Reversão em Pensão	-	0,00%	
4) Benefícios Concedidos (1+2+3)	-	0,00%	
5) Aposentadoria por Idade e Tempo	332.420.728,61	5,10%	4,67%
6) Aposentadoria do Professor	247.593.150,13	3,79%	3,50%
7) Aposentadoria por Idade	333.713.014,22	5,11%	4,55%
8) Reversão em Pensão	108.134.606,45	1,66%	1,51%
9) Pensão por Morte de Ativo	271.139.516,84	4,16%	3,80%
10) Pensão por Morte de Inválido	9.886.688,55	0,15%	0,14%
11) Aposentadoria por Invalidez	107.999.685,53	1,66%	1,51%
12) Auxílio-doença	-	0,00%	0,00%
13) Salário-maternidade	-	0,00%	0,00%
14) Salário-família	-	0,00%	0,00%
15) Benefícios a Conceder (5+..+14)	1.410.887.390,33	21,63%	19,68%
16) Custo Total (4+15)	1.410.887.390,33	21,63%	
Valor Atual da Folha Futura	6.524.316.590,14		

Observação: O custeio dos benefícios de Auxílio-Doença, Salário-Maternidade e Salário-Família é feito diretamente pelo Governo do Estado.



8.2. Médias Gerais dos Servidores Ativos do **Fundo de Previdência**:

31/12/2011

Item	Masculino	Feminino	Total
Nº. de Servidores	1.037	1.240	2.277
Idade Média	35,9	37,2	36,6
Tempo de INSS Anterior	1,9	2,0	2,0
Tempo de Serviço Público	3,5	3,1	3,3
Tempo de Serviço Total	5,4	5,1	5,2
Diferimento Médio (*)	26,5	20,4	23,2
Remuneração Média (R\$)	1.712,27	1.398,59	1.541,45

(*) Diferimento é o tempo que ainda falta para o servidor cumprir com as exigências para aposentadoria.

8.3. Médias Gerais dos Beneficiários do **Fundo de Previdência**:

31/12/2011

Tipo de Benefício		Masculino	Feminino	Total
Aposentados	Nº. Servidores	-	-	-
	Idade Média	-	-	-
	Benef(R\$)	-	-	-
Pensionistas	Nº. Servidores	-	-	-
	Idade Média	-	-	-
	Benef(R\$)	-	-	-
Total Geral	Nº. Servidores	-	-	-
	Idade Média	-	-	-
	Benef(R\$)	-	-	-

Observação: Até o momento não há benefícios concedidos no Fundo de Previdência.



8.4. Plano de Custeio Proposto ao **Fundo de Previdência**:

31/12/2011

Descrição	Contribuição %	Base para Desconto
Servidores Aposentados e Pensionistas Contribuição Normal	11,00%	Parte do Benefício Mensal Excedente ao Limite de Isenção
Servidores Ativos Contribuição Normal	11,00%	Remuneração de Contribuição dos Servidores Ativos do Fundo de Previdência
Governo do Estado Contribuição Normal	11,00%	

8.5. Balanço Atuarial do **Fundo de Previdência**:

31/12/2011

Item	Valores (R\$)	Valores (% Folha Futura)
Custo Total	1.410.887.390,33	21,63%
<i>Compensação Previdenciária a Receber (-)</i>	<i>5.822.780,20</i>	<i>0,09%</i>
<i>Contribuição de Inativos (-)</i>	<i>17.221.116,77</i>	<i>0,26%</i>
<i>Contribuição de Ativos (-)</i>	<i>717.674.824,92</i>	<i>11,00%</i>
<i>Contribuição do Estado (-)</i>	<i>717.674.824,92</i>	<i>11,00%</i>
<i>Ativo Financeiro (-)</i>	<i>5.032.961,45</i>	<i>0,08%</i>
Superávit Atuarial	52.539.117,93	0,81%



8.6. Projeções Atuariais – Fundo de Previdência:

31/12/2011

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO ANUAL (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
2012	10.602.018,86	157.486,46	10.444.532,40	15.477.493,85
2013	27.362.739,04	500.321,32	26.862.417,72	42.339.911,56
2014	33.786.772,05	913.725,85	32.873.046,20	75.212.957,76
2015	40.435.560,14	1.406.853,47	39.028.706,67	114.241.664,43
2016	47.348.829,37	1.984.209,53	45.364.619,84	159.606.284,26
2017	54.882.209,55	2.821.637,27	52.060.572,28	211.666.856,54
2018	62.291.142,51	3.728.890,73	58.562.251,78	270.229.108,32
2019	70.418.340,72	4.669.990,37	65.748.350,35	335.977.458,67
2020	78.573.109,88	5.713.327,29	72.859.782,59	408.837.241,26
2021	87.429.676,71	7.088.319,81	80.341.356,90	489.178.598,16
2022	96.727.877,61	8.532.792,42	88.195.085,19	577.373.683,35
2023	105.873.669,40	10.755.591,15	95.118.078,25	672.491.761,60
2024	115.692.808,13	12.757.109,98	102.935.698,15	775.427.459,75
2025	128.325.405,26	15.103.159,96	113.222.245,30	888.649.705,05
2026	140.439.633,56	17.595.340,80	122.844.292,76	1.011.493.997,80
2027	152.464.396,06	20.674.644,89	131.789.751,17	1.143.283.748,97
2028	165.037.222,07	23.911.005,03	141.126.217,04	1.284.409.966,01
2029	178.169.243,68	26.840.542,06	151.328.701,62	1.435.738.667,63
2030	193.598.167,52	32.861.541,23	160.736.626,29	1.596.475.293,92
2031	209.922.111,90	37.122.990,28	172.799.121,62	1.769.274.415,54
2032	226.513.941,06	41.629.830,78	184.884.110,28	1.954.158.525,82
2033	243.450.926,59	46.079.003,87	197.371.922,72	2.151.530.448,54
2034	260.859.254,43	52.679.737,89	208.179.516,54	2.359.709.965,07
2035	279.761.619,91	60.115.925,72	219.645.694,19	2.579.355.659,26
2036	300.470.145,57	67.621.622,36	232.848.523,21	2.812.204.182,47
2037	320.269.772,29	75.467.107,38	244.802.664,91	3.057.006.847,39
2038	335.477.425,08	99.051.490,20	236.425.934,88	3.293.432.782,26
2039	355.064.184,24	113.903.504,04	241.160.680,20	3.534.593.462,46
2040	372.507.425,05	129.808.513,76	242.698.911,29	3.777.292.373,76
2041	390.498.232,69	142.919.266,22	247.578.966,47	4.024.871.340,22
2042	407.271.856,06	157.749.659,10	249.522.196,96	4.274.393.537,18
2043	418.958.119,07	188.219.566,56	230.738.552,51	4.505.132.089,69
2044	434.170.768,24	212.850.612,81	221.320.155,43	4.726.452.245,12
2045	449.384.680,62	233.037.499,00	216.347.181,62	4.942.799.426,74
2046	464.612.721,75	248.203.034,92	216.409.686,83	5.159.209.113,57
2047	478.593.378,58	264.138.640,87	214.454.737,71	5.373.663.851,28
2048	491.765.090,08	282.445.746,98	209.319.343,10	5.582.983.194,38
2049	505.274.012,31	299.024.995,10	206.249.017,21	5.789.232.211,59



... continuação

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO ANUAL (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
2050	514.850.596,66	327.544.745,92	187.305.850,74	5.976.538.062,33
2051	526.470.566,91	351.461.903,87	175.008.663,04	6.151.546.725,37
2052	538.467.163,10	369.389.253,87	169.077.909,23	6.320.624.634,60
2053	550.094.657,75	383.209.962,22	166.884.695,53	6.487.509.330,14
2054	560.713.841,82	398.702.618,44	162.011.223,38	6.649.520.553,51
2055	567.934.036,75	422.811.917,67	145.122.119,08	6.794.642.672,60
2056	577.268.053,75	442.780.247,56	134.487.806,19	6.929.130.478,78
2057	587.913.566,50	452.239.235,50	135.674.331,00	7.064.804.809,79
2058	597.360.888,19	461.598.803,33	135.762.084,86	7.200.566.894,64
2059	606.076.552,46	470.800.010,99	135.276.541,47	7.335.843.436,11
2060	613.820.256,55	483.516.521,35	130.303.735,20	7.466.147.171,31
2061	621.323.588,62	496.634.564,13	124.689.024,49	7.590.836.195,80
2062	627.784.806,35	513.047.367,91	114.737.438,44	7.705.573.634,24
2063	634.942.462,38	524.843.826,94	110.098.635,44	7.815.672.269,69
2064	639.828.925,90	549.379.748,28	90.449.177,62	7.906.121.447,31
2065	644.312.700,32	560.246.080,71	84.066.619,61	7.990.188.066,92
2066	649.928.775,96	569.766.699,70	80.162.076,26	8.070.350.143,18
2067	657.307.202,66	566.031.325,39	91.275.877,27	8.161.626.020,45
2068	662.906.826,48	569.264.310,06	93.642.516,42	8.255.268.536,87
2069	669.388.584,51	567.257.931,13	102.130.653,38	8.357.399.190,25
2070	675.369.462,11	570.494.824,28	104.874.637,83	8.462.273.828,08
2071	680.204.006,64	579.681.693,76	100.522.312,88	8.562.796.140,96
2072	686.648.885,91	585.827.404,09	100.821.481,82	8.663.617.622,77
2073	693.378.664,50	586.456.002,99	106.922.661,51	8.770.540.284,28
2074	697.563.469,64	607.463.885,44	90.099.584,20	8.860.639.868,48
2075	703.539.324,17	607.377.976,72	96.161.347,45	8.956.801.215,93
2076	707.252.121,35	624.853.480,03	82.398.641,32	9.039.199.857,25
2077	712.008.851,41	627.782.728,35	84.226.123,06	9.123.425.980,31
2078	717.415.123,08	626.920.802,42	90.494.320,66	9.213.920.300,98
2079	723.636.012,16	621.351.980,64	102.284.031,52	9.316.204.332,50
2080	729.983.915,59	617.365.310,86	112.618.604,73	9.428.822.937,23
2081	737.484.126,88	618.535.718,80	118.948.408,08	9.547.771.345,30
2082	745.209.350,26	615.298.600,29	129.910.749,97	9.677.682.095,27
2083	754.262.746,18	607.522.987,99	146.739.758,19	9.824.421.853,46
2084	763.570.010,15	603.097.850,78	160.472.159,37	9.984.894.012,83
2085	774.278.925,34	595.842.741,69	178.436.183,65	10.163.330.196,48
2086	785.742.263,98	590.600.839,94	195.141.424,04	10.358.471.620,52
2087	798.106.450,16	585.238.294,59	212.868.155,57	10.571.339.776,08

Considerações no levantamento dos resultados da demonstração das Receitas e Despesas:

1. A coluna saldo financeiro contempla o valor atual dos ativos do Fundo de Previdência;
2. A Coluna Receitas Previdenciárias é composta pelas contribuições do Estado, ativos e inativos, recebimento de compensação previdenciária estimada e rentabilidade financeira;
3. A Coluna Despesas Previdenciárias agrega as obrigações anuais com o pagamento de benefícios.



9. FUNDO FINANCEIRO

9.1. Valor Atual Total das Obrigações do Fundo Financeiro:

31/12/2011

BENEFÍCIOS	Custo Total (em R\$)	Custo Total (% da Folha)	Custo Normal (% da Folha)
1) Aposentadorias	4.831.384.237,75	82,75%	
2) Pensão por Morte	1.825.870.399,15	31,27%	
3) Reversão em Pensão	619.666.970,33	10,61%	
4) Benefícios Concedidos (1+2+3)	7.276.921.607,23	124,63%	
5) Aposentadoria por Idade e Tempo	2.976.064.005,23	50,97%	6,62%
6) Aposentadoria do Professor	1.386.261.371,02	23,74%	3,46%
7) Aposentadoria por Idade	955.820.228,44	16,37%	3,89%
8) Reversão em Pensão	604.979.729,42	10,36%	1,63%
9) Pensão por Morte de Ativo	332.765.488,52	5,70%	2,19%
10) Pensão por Morte de Inválido	16.388.673,24	0,28%	0,09%
11) Aposentadoria por Invalidez	157.348.333,86	2,70%	0,95%
12) Auxílio-doença	-	0,00%	0,00%
13) Salário-maternidade	-	0,00%	0,00%
14) Salário-família	-	0,00%	0,00%
15) Benefícios a Conceder (5+..+14)	6.429.627.829,73	110,12%	18,83%
16) Custo Total (4+15)	13.706.549.436,96	234,75%	
Valor Atual da Folha Futura	5.838.313.019,91		

Observação: O custeio dos benefícios de Auxílio-Doença, Salário-Maternidade e Salário-Família é feito diretamente pelo Governo do Estado.



9.2. Médias Gerais dos Servidores Ativos do **Fundo Financeiro**:

31/12/2011

Item	Masculino	Feminino	Total
Nº. de Servidores	11.119	17.780	28.899
Idade Média	46,4	47,0	46,8
Tempo de INSS Anterior	1,6	1,6	1,6
Tempo de Serviço Público	16,6	17,1	16,9
Tempo de Serviço Total	18,2	18,7	18,5
Diferimento Médio (*)	15,3	9,6	11,8
Remuneração Média (R\$)	2.399,08	1.794,73	2.027,26

(*) Diferimento é o tempo que ainda falta para o servidor cumprir com as exigências para aposentadoria.

9.3. Médias Gerais dos Beneficiários do **Fundo Financeiro**:

31/12/2011

Tipo de Benefício		Masculino	Feminino	Total
Aposentados	Nº. Servidores	3.376	12.279	15.655
	Idade Média	70	65	65,8
	Benef(R\$)	3.666,15	2.230,78	2.540,32
Pensionistas	Nº. Instituidores	1.017	4.064	5.081
	Nº. Beneficiários	1.236	4.609	5.845
	Idade Média	59	62	61,6
	Benef(R\$)	2.145,30	3.336,86	3.098,36
Total Geral	Nº. Servidores	4.393	16.343	20.736
	Idade Média	67,1	64,1	64,7
	Benef(R\$)	3.314,07	2.505,83	2.677,06



9.4. Plano de Custeio Vigente ao **Fundo Financeiro**:

31/12/2011

Descrição	Contribuição %		Base para Desconto
Servidores Aposentados e Pensionistas	11,00%		Parte do Benefício Mensal Excedente ao Limite de Isenção
Servidores Ativos	11,00%		Remuneração de Contribuição dos Ativos do Fundo Financeiro
Governo do Estado	Contribuição Normal	22,00%	
	Na medida em que as receitas do Fundo Financeiro e o patrimônio disponível forem insuficientes para o pagamento mensal das despesas com benefícios do Fundo, o Governo do Estado complementarará a arrecadação para honrar com o pagamento destes benefícios.		

9.5. Balanço Atuarial do **Fundo Financeiro**:

31/12/2011

Item	Valores (R\$)	Valores (% Folha Futura)
Custo Total	13.706.549.436,96	234,77%
<i>Compensação Previdenciária a Receber (-)</i>	<i>99.997.415,01</i>	<i>1,71%</i>
<i>Contribuição de Inativos (-)</i>	<i>317.387.486,22</i>	<i>5,44%</i>
<i>Contribuição de Ativos (-)</i>	<i>642.214.432,19</i>	<i>11,00%</i>
<i>Contribuição Normal do Estado (-)</i>	<i>1.284.428.864,38</i>	<i>22,00%</i>
<i>Ativo Financeiro (-)</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00%</i>
Déficit Atuarial	11.362.521.239,16	194,62%



9.6. Projeções Atuariais – Fundo Financeiro:

31/12/2011

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO ANUAL (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
2012	234.901.820,50	841.846.269,57	(606.944.449,07)	-
2013	228.905.287,53	865.853.862,50	(636.948.574,97)	-
2014	220.979.549,69	892.671.180,37	(671.691.630,68)	-
2015	214.118.467,02	915.364.065,07	(701.245.598,05)	-
2016	207.529.156,64	935.918.889,98	(728.389.733,34)	-
2017	202.217.407,67	950.155.414,20	(747.938.006,53)	-
2018	197.283.537,39	960.840.726,79	(763.557.189,40)	-
2019	190.830.509,62	974.719.638,67	(783.889.129,05)	-
2020	186.100.504,80	980.185.568,40	(794.085.063,60)	-
2021	181.540.085,59	981.931.238,58	(800.391.152,99)	-
2022	176.570.229,06	981.902.387,01	(805.332.157,95)	-
2023	172.616.174,14	975.766.478,92	(803.150.304,78)	-
2024	163.292.571,30	983.697.807,75	(820.405.236,45)	-
2025	156.657.160,17	980.151.307,75	(823.494.147,58)	-
2026	150.421.311,14	973.139.834,43	(822.718.523,29)	-
2027	145.348.495,00	960.039.195,22	(814.690.700,22)	-
2028	140.525.489,82	944.004.590,66	(803.479.100,84)	-
2029	129.498.345,72	942.772.807,27	(813.274.461,55)	-
2030	121.760.348,23	932.368.345,25	(810.607.997,02)	-
2031	113.662.892,98	923.610.440,29	(809.947.547,31)	-
2032	103.526.969,66	918.229.768,19	(814.702.798,53)	-
2033	93.699.424,48	908.046.473,57	(814.347.049,09)	-
2034	82.493.814,37	898.449.792,09	(815.955.977,72)	-
2035	73.519.386,45	883.855.688,64	(810.336.302,19)	-
2036	61.277.197,22	882.653.938,08	(821.376.740,86)	-
2037	51.198.754,07	871.644.503,22	(820.445.749,15)	-
2038	44.103.700,53	849.059.452,61	(804.955.752,08)	-
2039	38.236.213,70	822.300.189,83	(784.063.976,13)	-
2040	33.749.173,81	791.159.696,63	(757.410.522,82)	-
2041	30.344.867,70	757.533.810,20	(727.188.942,50)	-
2042	27.389.809,94	723.006.642,68	(695.616.832,74)	-
2043	25.412.048,83	686.166.102,95	(660.754.054,12)	-
2044	23.846.309,76	648.709.826,68	(624.863.516,92)	-
2045	22.308.422,46	611.820.973,22	(589.512.550,76)	-
2046	20.881.072,30	575.472.081,63	(554.591.009,33)	-
2047	19.575.046,06	539.767.517,87	(520.192.471,81)	-
2048	18.313.866,81	504.936.300,97	(486.622.434,16)	-
2049	17.134.320,52	470.998.317,31	(453.863.996,79)	-



... continuação

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO ANUAL (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
2050	15.980.900,54	438.123.582,36	(422.142.681,82)	-
2051	14.856.811,58	406.373.415,00	(391.516.603,42)	-
2052	13.765.213,96	375.800.372,04	(362.035.158,08)	-
2053	12.709.135,29	346.452.786,89	(333.743.651,60)	-
2054	11.691.407,72	318.372.918,28	(306.681.510,56)	-
2055	10.714.712,11	291.597.357,79	(280.882.645,68)	-
2056	9.781.348,55	266.154.856,11	(256.373.507,56)	-
2057	8.893.356,05	242.064.999,64	(233.171.643,59)	-
2058	8.052.425,84	219.339.967,52	(211.287.541,68)	-
2059	7.259.786,07	197.984.049,16	(190.724.263,09)	-
2060	6.516.142,91	177.993.653,94	(171.477.511,03)	-
2061	5.821.616,61	159.355.575,87	(153.533.959,26)	-
2062	5.175.866,03	142.048.124,77	(136.872.258,74)	-
2063	4.578.007,25	126.038.948,73	(121.460.941,48)	-
2064	4.026.817,97	111.288.071,82	(107.261.253,85)	-
2065	3.520.850,15	97.750.223,70	(94.229.373,55)	-
2066	3.058.415,71	85.374.964,14	(82.316.548,43)	-
2067	2.637.669,77	74.107.982,94	(71.470.313,17)	-
2068	2.256.710,25	63.892.526,28	(61.635.816,03)	-
2069	1.913.640,81	54.671.745,42	(52.758.104,61)	-
2070	1.606.645,33	46.390.789,93	(44.784.144,60)	-
2071	1.333.924,95	38.996.854,02	(37.662.929,07)	-
2072	1.093.627,92	32.438.569,23	(31.344.941,31)	-
2073	883.946,61	26.666.682,99	(25.782.736,38)	-
2074	703.135,23	21.634.353,32	(20.931.218,09)	-
2075	549.441,94	17.296.408,99	(16.746.967,05)	-
2076	420.989,14	13.606.616,09	(13.185.626,95)	-
2077	315.641,60	10.515.168,01	(10.199.526,41)	-
2078	231.090,07	7.968.908,56	(7.737.818,49)	-
2079	164.902,61	5.911.819,65	(5.746.917,04)	-
2080	114.531,69	4.286.091,38	(4.171.559,69)	-
2081	77.354,31	3.032.306,28	(2.954.951,97)	-
2082	50.803,97	2.091.033,00	(2.040.229,03)	-
2083	32.516,96	1.404.816,37	(1.372.299,41)	-
2084	20.394,37	919.858,64	(899.464,27)	-
2085	12.652,58	588.234,32	(575.581,74)	-
2086	7.844,15	369.046,13	(361.201,98)	-
2087	4.897,62	229.023,98	(224.126,36)	-

Considerações no levantamento dos resultados da demonstração das Receitas e Despesas:

1. A coluna saldo financeiro contempla o valor atual dos ativos do Fundo Financeiro;
2. A Coluna Receitas Previdenciárias é composta pelas contribuições do Estado, ativos e inativos, recebimento da compensação previdenciária estimada e rentabilidade financeira;
3. A Coluna Despesas Previdenciárias agrega as obrigações anuais com o pagamento de benefícios;
4. O Coluna Resultado em negativo representa o valor estimado que o Estado deverá aportar anualmente para complementar as contribuições normais e honrar com a folha do Fundo Financeiro.



10. FUNDO DOS MILITARES

9.1. Valor Atual Total das Obrigações do **Fundo dos Militares**:

31/12/2011

BENEFÍCIOS	Custo Total (em R\$)	Custo Total (% da Folha)	Custo Normal (% da Folha)
1) Aposentadorias	1.705.638.273,04	59,15%	
2) Pensão por Morte	443.187.118,37	15,37%	
3) Reversão em Pensão	190.078.886,26	6,59%	
4) Benefícios Concedidos (1+2+3)	2.338.904.277,67	81,11%	
5) Aposentadoria dos Militares	2.899.640.787,95	100,56%	18,08%
6) Aposentadoria do Professor	-	-	-
7) Aposentadoria por Idade	-	-	-
8) Reversão em Pensão	287.246.058,57	9,96%	1,86%
9) Pensão por Morte de Ativo	128.128.416,01	4,44%	1,65%
10) Pensão por Morte de Inválido	4.604.622,04	0,16%	0,06%
11) Aposentadoria por Invalidez	52.160.210,27	1,81%	0,68%
12) Auxílio-doença	-	0,00%	0,00%
13) Salário-maternidade	-	0,00%	0,00%
14) Salário-família	-	0,00%	0,00%
15) Benefícios a Conceder (5+..+14)	3.371.780.094,84	116,93%	22,33%
16) Custo Total (4+15)	5.710.684.372,51	198,04%	
Valor Atual da Folha Futura	2.883.608.521,21		

Observação: O custeio dos benefícios de Auxílio-Doença, Salário-Maternidade e Salário-Família é feito diretamente pelo Governo do Estado.



10.2. Médias Gerais dos Servidores Ativos do **Fundo dos Militares:**

31/12/2011

Item	Masculino	Feminino	Total
Nº. de Servidores	8.290	908	9.198
Idade Média	40,6	35,5	40,1
Tempo de INSS Anterior	1,0	1,1	1,0
Tempo de Serviço Público	17,3	10,8	16,7
Tempo de Serviço Total	18,4	11,9	17,7
Diferimento Médio (*)	12,7	14,2	12,8
Remuneração Média (R\$)	2.866,17	2.697,69	2.849,54

(*) Diferimento é o tempo que ainda falta para o servidor cumprir com as exigências para aposentadoria.

10.3. Médias Gerais dos Beneficiários do **Fundo dos Militares:**

31/12/2011

Tipo de Benefício		Masculino	Feminino	Total
Aposentados	Nº. Servidores	3.088	75	3.163
	Idade Média	59	49	58,9
	Benef(R\$)	3.918,47	3.856,28	3.917,00
Pensionistas	Nº. Instituidores	30	1.193	1.223
	Nº. Beneficiários	39	1.297	1.336
	Idade Média	44	61	60,4
	Benef(R\$)	2.993,79	2.822,90	2.827,09
Total Geral	Nº. Servidores	3.118	1.268	4.386
	Idade Média	59,0	60,1	59,3
	Benef(R\$)	3.909,58	2.884,02	3.613,09



10.4. Plano de Custeio Proposto ao **Fundo dos Militares**:

31/12/2011

Descrição	Contribuição %		Base para Desconto
Servidores Aposentados e Pensionistas	11,00%		Parte do Benefício Mensal Excedente ao Limite de Isenção
Servidores Ativos	11,00%		Remuneração de Contribuição dos Ativos do Fundo dos Militares
Governo do Estado	Contribuição Normal	22,00%	
	Na medida em que as receitas do Fundo dos Militares e o patrimônio disponível forem insuficientes para o pagamento mensal das despesas com benefícios do Fundo, o Governo do Estado complementarará a arrecadação para honrar com o pagamento destes benefícios.		

10.5. Balanço Atuarial do **Fundo dos Militares**:

31/12/2011

Item	Valores (R\$)	Valores (% Folha Futura)
Custo Total	5.710.684.372,51	198,04%
<i>Compensação Previdenciária a Receber (-)</i>	<i>18.118.605,00</i>	<i>0,63%</i>
<i>Contribuição de Inativos (-)</i>	<i>107.616.205,55</i>	<i>3,73%</i>
<i>Contribuição de Ativos (-)</i>	<i>317.196.937,33</i>	<i>11,00%</i>
<i>Contribuição Normal do Estado (-)</i>	<i>634.393.874,67</i>	<i>22,00%</i>
<i>Ativo Financeiro (-)</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00%</i>
Déficit Atuarial	4.633.358.749,96	160,68%



10.6. Projeções Atuariais – Fundo dos Militares:

31/12/2011

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO ANUAL (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
2012	116.746.577,84	205.630.867,51	(88.884.289,67)	-
2013	116.072.504,83	205.257.755,30	(89.185.250,47)	-
2014	113.708.643,14	204.899.129,52	(91.190.486,38)	-
2015	108.131.989,51	204.439.735,96	(96.307.746,45)	-
2016	103.999.746,10	203.920.660,01	(99.920.913,91)	-
2017	94.214.523,16	203.209.530,10	(108.995.006,94)	-
2018	86.563.531,37	202.370.540,17	(115.807.008,80)	-
2019	82.554.756,48	201.417.308,22	(118.862.551,74)	-
2020	81.456.346,70	200.375.607,32	(118.919.260,62)	-
2021	75.897.585,27	199.155.373,14	(123.257.787,87)	-
2022	67.040.289,22	197.654.586,17	(130.614.296,95)	-
2023	64.071.305,59	195.954.207,38	(131.882.901,79)	-
2024	58.942.084,68	194.086.668,00	(135.144.583,32)	-
2025	59.301.232,26	192.028.984,96	(132.727.752,70)	-
2026	59.548.252,09	189.775.473,61	(130.227.221,52)	-
2027	59.742.065,09	187.327.564,94	(127.585.499,85)	-
2028	59.373.054,32	184.620.329,63	(125.247.275,31)	-
2029	56.677.829,77	181.741.779,33	(125.063.949,56)	-
2030	56.790.965,28	178.659.134,94	(121.868.169,66)	-
2031	56.708.867,90	175.360.794,71	(118.651.926,81)	-
2032	51.977.683,88	171.846.045,52	(119.868.361,64)	-
2033	42.335.610,81	168.088.420,39	(125.752.809,58)	-
2034	41.149.219,15	164.143.023,22	(122.993.804,07)	-
2035	40.466.031,07	160.033.100,95	(119.567.069,88)	-
2036	38.346.547,46	155.760.614,78	(117.414.067,32)	-
2037	19.443.810,49	151.164.628,28	(131.720.817,79)	-
2038	19.130.678,82	146.434.430,22	(127.303.751,40)	-
2039	18.744.954,16	141.588.360,84	(122.843.406,68)	-
2040	18.330.020,61	136.644.933,83	(118.314.913,22)	-
2041	11.116.033,51	131.519.304,55	(120.403.271,04)	-
2042	10.744.106,47	126.317.403,50	(115.573.297,03)	-
2043	10.399.025,20	121.051.928,17	(110.652.902,97)	-
2044	10.045.582,10	115.733.599,85	(105.688.017,75)	-
2045	9.684.569,28	110.370.877,03	(100.686.307,75)	-
2046	9.316.816,07	104.977.645,16	(95.660.829,09)	-
2047	8.943.316,69	99.567.755,10	(90.624.438,41)	-
2048	8.565.022,64	94.160.338,43	(85.595.315,79)	-
2049	8.183.091,20	88.774.099,69	(80.591.008,49)	-



... continuação

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO ANUAL (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
2050	7.798.604,10	83.433.568,88	(75.634.964,78)	-
2051	7.412.831,35	78.160.174,75	(70.747.343,40)	-
2052	7.026.990,59	72.977.429,51	(65.950.438,92)	-
2053	6.642.410,36	67.909.125,26	(61.266.714,90)	-
2054	6.260.224,26	62.977.725,18	(56.717.500,92)	-
2055	5.881.811,40	58.204.103,35	(52.322.291,95)	-
2056	5.508.398,34	53.605.258,56	(48.096.860,22)	-
2057	5.141.344,05	49.196.940,21	(44.055.596,16)	-
2058	4.781.901,14	44.991.059,89	(40.209.158,75)	-
2059	4.431.327,53	40.998.356,68	(36.567.029,15)	-
2060	4.090.831,94	37.226.660,79	(33.135.828,85)	-
2061	3.761.592,13	33.678.766,44	(29.917.174,31)	-
2062	3.444.710,69	30.356.297,07	(26.911.586,38)	-
2063	3.141.236,66	27.258.402,27	(24.117.165,61)	-
2064	2.852.113,40	24.383.791,31	(21.531.677,91)	-
2065	2.578.205,87	21.729.058,36	(19.150.852,49)	-
2066	2.320.173,45	19.289.410,51	(16.969.237,06)	-
2067	2.078.453,31	17.057.084,07	(14.978.630,76)	-
2068	1.853.217,15	15.022.035,00	(13.168.817,85)	-
2069	1.644.405,47	13.172.906,94	(11.528.501,47)	-
2070	1.451.763,78	11.496.348,06	(10.044.584,28)	-
2071	1.274.829,63	9.978.110,76	(8.703.281,13)	-
2072	1.113.006,79	8.605.044,57	(7.492.037,78)	-
2073	965.607,46	7.365.920,02	(6.400.312,56)	-
2074	831.892,84	6.250.671,27	(5.418.778,43)	-
2075	711.109,03	5.250.160,94	(4.539.051,91)	-
2076	602.540,56	4.356.882,78	(3.754.342,22)	-
2077	505.501,92	3.565.046,60	(3.059.544,68)	-
2078	419.315,18	2.869.682,53	(2.450.367,35)	-
2079	343.316,01	2.266.214,79	(1.922.898,78)	-
2080	276.841,74	1.749.729,30	(1.472.887,56)	-
2081	219.307,66	1.315.418,77	(1.096.111,11)	-
2082	170.197,39	958.745,14	(788.547,75)	-
2083	128.981,45	674.447,98	(545.466,53)	-
2084	95.072,60	455.558,50	(360.485,90)	-
2085	67.821,29	293.442,62	(225.621,33)	-
2086	46.550,76	178.912,51	(132.361,75)	-
2087	30.535,78	102.605,92	(72.070,14)	-

Considerações no levantamento dos resultados da demonstração das Receitas e Despesas:

1. A coluna saldo financeiro contempla o valor atual dos ativos do Fundo dos Militares;
2. A Coluna Receitas Previdenciárias é composta pelas contribuições do Estado, ativos e inativos, recebimento da compensação previdenciária estimada e rentabilidade financeira;
3. A Coluna Despesas Previdenciárias agrega as obrigações anuais com o pagamento de benefícios;
4. O Coluna Resultado em negativo representa o valor estimado que o Governo do Estado deverá aportar anualmente para complementar as contribuições normais e honrar com a folha do Fundo dos Militares.



11. PARECER ATUARIAL

A presente avaliação atuarial foi realizada especificamente para dimensionar a situação financeira e atuarial do **Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos de Alagoas**, de acordo com metodologia, hipóteses e premissas citadas anteriormente, com os dados cadastrais dos servidores ativos, aposentados e pensionistas fornecidos pelo **AL Previdência**.

Modelo de Financiamento

O modelo de financiamento do plano, previsto na Lei nº 7.114/2009, instituiu a modalidade de Segregação Massas, onde foram criados três fundos distintos.

O **Fundo de Previdência** é formado pelos os servidores ativos admitidos a partir do dia 31 de dezembro de 2006 e os futuros servidores do Governo do Estado, exceto militares. Este fundo será financiado pelas contribuições normais dos servidores ativos e do Estado, incidentes sobre a folha de ativos pertencentes a este fundo, calculadas de forma a apresentar perfeito equilíbrio financeiro e atuarial.

O segundo, denominado **Fundo Financeiro**, é formado pelos servidores ativos e inativos admitidos até o dia 31 de dezembro de 2006, exceto militares. Este fundo será financiado pelas contribuições normais dos servidores ativos, inativos e do Governo do Estado, incidentes sobre as remunerações e proventos dos servidores pertencentes a este fundo. Caso as contribuições normais mensais sejam insuficientes para o pagamento dos benefícios do fundo, o Governo do Estado aportará o valor necessário para complementar esta arrecadação e honrar com a folha.

O terceiro, denominado **Fundo dos Militares**, é formado pelos atuais e futuros servidores militares. Este fundo será financiado pelas contribuições normais dos servidores ativos, inativos e do Governo do Estado, incidentes sobre as remunerações e proventos dos servidores pertencentes a este fundo. Caso as contribuições normais mensais sejam insuficientes para o pagamento dos benefícios do fundo, o Governo do Estado aportará o valor necessário para complementar esta arrecadação e honrar com a folha.



Dados Cadastrais

A base de dados do Poder Executivo contendo o cadastro de servidores ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes enviados para a avaliação atuarial, foi comparada com padrões mínimos e máximos aceitáveis na data base da avaliação. Depois de feitas as análises, consideramos os dados suficientes e completos para a realização da avaliação atuarial.

Resultados da Avaliação

Fundo de Previdência

O custo do **Fundo de Previdência** é de R\$ 1.410,8 milhões, considerando o valor atual dos direitos deste Fundo de R\$ 1.463,3 milhões, temos um superávit atuarial de R\$ 52,5 milhões, que representa 0,81% das futuras remunerações dos servidores ativos.

Item	Dez/09	Dez/10	Dez/11
Número de Servidores Ativos	1.587	1.822	2.277
Média da Remuneração do Ativo	1068,13	1058,42	1.541,45
Número de Beneficiários	0	0	0
Valor Médio dos Benefícios	0	0	0
Custo Total do Plano	1.296.762.364,78	1.397.581.326,93	1.410.887.390,33
Custo do Plano em % da Folha	22,05%	22,12%	21,63%
Superávit Atuarial	5.234.125,12	16.974.141,59	52.539.117,93
Superávit Atuarial em % da Folha	0,09%	0,27%	0,81%
Folha Salarial Futura em R\$	5.881.445.307,73	6.318.258.140,40	6.524.316.590,14
Valor dos Investimentos	0,00	5.256.372,71	5.032.961,45

Como o superávit projetado ao **Fundo de Previdência** é bastante reduzido, recomendamos manter o plano de custeio atual por mais alguns exercícios e acompanhar a evolução deste resultado nas próximas avaliações atuariais. Caso a tendência superavitária se mantenha, as contribuições patronais escalonadas poderão ser revistas.



Fundo Financeiro

O **Fundo Financeiro** possui custo a valor presente de R\$ 13.706,5 milhões, considerando os direitos de contribuição de R\$ 2.344,0 milhões, temos um déficit atuarial de R\$ 11.362,5 milhões.

Este déficit será pago com aportes mensais do Governo do Estado para complementar a arrecadação das contribuições normais do Estado e dos servidores vinculados ao Fundo Financeiro e honrar com a folha de benefícios.

Fundo dos Militares

O **Fundo dos Militares** possui custo a valor presente de R\$ 5.710,6 milhões, considerando os direitos de contribuição de R\$ 1.077,3 milhões, temos um déficit atuarial de R\$ 4.633,3 milhões.

Este déficit será pago com aportes mensais do Governo do Estado para complementar a arrecadação das contribuições normais do Estado e dos servidores vinculados ao Fundo dos Militares e honrar com a folha de benefícios.

Contribuição para Custeio Administrativo

De acordo com a legislação do **AL Previdência**, as despesas administrativas são custeadas por repasses anuais do Governo do Estado, de acordo com o orçamento administrativo anual. Este repasse está limitado a 2% do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício financeiro anterior.

Crescimento Salarial

Nesta avaliação elaboramos estudo específico de crescimento salarial da massa de ativos pela análise estatística da média da remuneração por idade dos servidores. Nesta avaliação obtivemos o crescimento médio de 3,00% ao ano e os resultados apresentados consideram este percentual para esta hipótese.



Nesta avaliação não identificamos crescimento do valor real dos benefícios de aposentados e pensionistas. Para as próximas avaliações atuariais esta hipótese será acompanhada e se for identificado um efetivo crescimento real ele passará a ser adotado.

Considerações Finais

Por fim, salientamos que os resultados desta avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes fatores, poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais.

Curitiba, 19 de março de 2012.

Luiz Cláudio Kogut
Atuário - Miba 1.308

ACTUARIAL – ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL LTDA



ANEXO I
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS
Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos de Alagoas

Contas	Discriminação	Valores (R\$)
2.2.2.5.0.00.00	Provisões Matemáticas Previdenciárias	5.032.961,45
2.2.2.5.4.00.00	Plano Financeiro	-
2.2.2.5.4.01.00	Provisão Benefícios Concedidos	-
2.2.2.5.4.01.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	9.615.825.884,90
2.2.2.5.4.01.02	Contribuições do Ente (reduzora)	-
2.2.2.5.4.01.03	Contribuições do Inativo (reduzora)	133.550.019,51
2.2.2.5.4.01.04	Contribuições do Pensionista (reduzora)	92.052.673,90
2.2.2.5.4.01.05	Compensação Previdenciária (reduzora)	-
2.2.2.5.4.01.06	Parcelamento de Débitos Previdenciários (reduzora)	-
2.2.2.5.4.01.07	Assunção de Insuficiência Financeira (reduzora)	9.390.223.191,49
2.2.2.5.4.02.00	Provisão Benefícios a Conceder	-
2.2.2.5.4.02.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	9.801.407.924,57
2.2.2.5.4.02.02	Contribuições do Ente (reduzora)	1.918.822.739,05
2.2.2.5.4.02.03	Contribuições do Ativo (reduzora)	1.158.812.367,88
2.2.2.5.4.02.04	Compensação Previdenciária (reduzora)	118.116.020,01
2.2.2.5.4.02.05	Parcelamento de Débitos Previdenciários (reduzora)	-
2.2.2.5.4.02.06	Assunção de Insuficiência Financeira (reduzora)	6.605.656.797,63
2.2.2.5.5.00.00	Plano Previdenciário	(47.506.156,48)
2.2.2.5.5.01.00	Provisão Benefícios Concedidos	-
2.2.2.5.5.01.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	-
2.2.2.5.5.01.02	Contribuições do Ente (reduzora)	-
2.2.2.5.5.01.03	Contribuições do Inativo (reduzora)	-
2.2.2.5.5.01.04	Contribuições do Pensionista (reduzora)	-
2.2.2.5.5.01.05	Compensação Previdenciária (reduzora)	-
2.2.2.5.5.01.06	Parcelamento de Débitos Previdenciários (reduzora)	-
2.2.2.5.5.02.00	Provisão Benefícios a Conceder	(47.506.156,48)
2.2.2.5.5.02.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	1.410.887.390,33
2.2.2.5.5.02.02	Contribuições do Ente (reduzora)	717.674.824,92
2.2.2.5.5.02.03	Contribuições do Ativo (reduzora)	734.895.941,69
2.2.2.5.5.02.04	Compensação Previdenciária (reduzora)	5.822.780,20
2.2.2.5.5.02.05	Parcelamento de Débitos Previdenciários (reduzora)	-
2.2.2.5.9.00.00	Provisões Atuariais para Ajustes do Plano	52.539.117,93
2.2.2.5.9.01.00	Ajuste de Resultado Actuarial Superavitário	52.539.117,93

Observação: As Provisões do Plano Financeiro incorporam o Fundo Financeiro e o Fundo dos Militares.



ANEXO II - PROJEÇÃO ATUARIAL DO RREO

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
DADOS CONSOLIDADOS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2012 a 2086

RREO – Anexo XIII (LRF art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d "anterior" + c)
2012	1.058.079.155,94	1.047.634.623,54	10.444.532,40	15.477.493,85
2013	1.098.474.356,84	1.071.611.939,12	26.862.417,72	42.339.911,56
2014	1.131.357.081,94	1.098.484.035,74	32.873.046,20	75.212.957,76
2015	1.160.239.361,17	1.121.210.654,50	39.028.706,67	114.241.664,43
2016	1.187.188.379,36	1.141.823.759,52	45.364.619,84	159.606.284,26
2017	1.208.247.153,85	1.156.186.581,57	52.060.572,28	211.666.856,54
2018	1.225.502.409,47	1.166.940.157,69	58.562.251,78	270.229.108,32
2019	1.246.555.287,61	1.180.806.937,26	65.748.350,35	335.977.458,67
2020	1.259.134.285,60	1.186.274.503,01	72.859.782,59	408.837.241,26
2021	1.268.516.288,43	1.188.174.931,53	80.341.356,90	489.178.598,16
2022	1.276.284.850,79	1.188.089.765,60	88.195.085,19	577.373.683,35
2023	1.277.594.355,70	1.182.476.277,45	95.118.078,25	672.491.761,60
2024	1.293.477.283,88	1.190.541.585,73	102.935.698,15	775.427.459,75
2025	1.300.505.697,97	1.187.283.452,67	113.222.245,30	888.649.705,05
2026	1.303.354.941,60	1.180.510.648,84	122.844.292,76	1.011.493.997,80
2027	1.299.831.156,22	1.168.041.405,05	131.789.751,17	1.143.283.748,97
2028	1.293.662.142,36	1.152.535.925,32	141.126.217,04	1.284.409.966,01
2029	1.302.683.830,28	1.151.355.128,66	151.328.701,62	1.435.738.667,63
2030	1.304.625.647,71	1.143.889.021,42	160.736.626,29	1.596.475.293,92
2031	1.308.893.346,90	1.136.094.225,28	172.799.121,62	1.769.274.415,54
2032	1.316.589.754,77	1.131.705.644,49	184.884.110,28	1.954.158.525,82
2033	1.319.585.820,55	1.122.213.897,83	197.371.922,72	2.151.530.448,54
2034	1.323.452.069,74	1.115.272.553,20	208.179.516,54	2.359.709.965,07
2035	1.323.650.409,50	1.104.004.715,31	219.645.694,19	2.579.355.659,26
2036	1.338.884.698,43	1.106.036.175,22	232.848.523,21	2.812.204.182,47
2037	1.343.078.903,79	1.098.276.238,88	244.802.664,91	3.057.006.847,39
2038	1.330.971.307,91	1.094.545.373,03	236.425.934,88	3.293.432.782,26
2039	1.318.952.734,91	1.077.792.054,71	241.160.680,20	3.534.593.462,46
2040	1.300.312.055,51	1.057.613.144,22	242.698.911,29	3.777.292.373,76
2041	1.279.551.347,44	1.031.972.380,97	247.578.966,47	4.024.871.340,22
2042	1.256.595.902,24	1.007.073.705,28	249.522.196,96	4.274.393.537,18
2043	1.226.176.150,19	995.437.597,68	230.738.552,51	4.505.132.089,69
2044	1.198.614.194,77	977.294.039,34	221.320.155,43	4.726.452.245,12
2045	1.171.576.530,87	955.229.349,25	216.347.181,62	4.942.799.426,74
2046	1.145.062.448,54	928.652.761,71	216.409.686,83	5.159.209.113,57
2047	1.117.928.651,55	903.473.913,84	214.454.737,71	5.373.663.851,28
2048	1.090.861.729,48	881.542.386,38	209.319.343,10	5.582.983.194,38
2049	1.065.046.429,31	858.797.412,10	206.249.017,21	5.789.232.211,59

Continua...



Continuação...

RREO – Anexo XIII (LRF art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d "anterior" + c)
2050	1.036.407.747,90	849.101.897,16	187.305.850,74	5.976.538.062,33
2051	1.011.004.156,66	835.995.493,62	175.008.663,04	6.151.546.725,37
2052	987.244.964,65	818.167.055,42	169.077.909,23	6.320.624.634,60
2053	964.456.569,90	797.571.874,37	166.884.695,53	6.487.509.330,14
2054	942.064.485,28	780.053.261,90	162.011.223,38	6.649.520.553,51
2055	917.735.497,89	772.613.378,81	145.122.119,08	6.794.642.672,60
2056	897.028.168,42	762.540.362,23	134.487.806,19	6.929.130.478,78
2057	879.175.506,35	743.501.175,35	135.674.331,00	7.064.804.809,79
2058	861.691.915,60	725.929.830,74	135.762.084,86	7.200.566.894,64
2059	845.058.958,30	709.782.416,83	135.276.541,47	7.335.843.436,11
2060	829.040.571,28	698.736.836,08	130.303.735,20	7.466.147.171,31
2061	814.357.930,93	689.668.906,44	124.689.024,49	7.590.836.195,80
2062	800.189.228,19	685.451.789,75	114.737.438,44	7.705.573.634,24
2063	788.239.813,38	678.141.177,94	110.098.635,44	7.815.672.269,69
2064	775.500.789,03	685.051.611,41	90.449.177,62	7.906.121.447,31
2065	763.791.982,38	679.725.362,77	84.066.619,61	7.990.188.066,92
2066	754.593.150,61	674.431.074,35	80.162.076,26	8.070.350.143,18
2067	748.472.269,67	657.196.392,40	91.275.877,27	8.161.626.020,45
2068	741.821.387,76	648.178.871,34	93.642.516,42	8.255.268.536,87
2069	737.233.236,87	635.102.583,49	102.130.653,38	8.357.399.190,25
2070	733.256.600,10	628.381.962,27	104.874.637,83	8.462.273.828,08
2071	729.178.971,42	628.656.658,54	100.522.312,88	8.562.796.140,96
2072	727.692.499,71	626.871.017,89	100.821.481,82	8.663.617.622,77
2073	727.411.267,51	620.488.606,00	106.922.661,51	8.770.540.284,28
2074	725.448.494,23	635.348.910,03	90.099.584,20	8.860.639.868,48
2075	726.085.894,10	629.924.546,65	96.161.347,45	8.956.801.215,93
2076	725.215.620,22	642.816.978,90	82.398.641,32	9.039.199.857,25
2077	726.089.066,02	641.862.942,96	84.226.123,06	9.123.425.980,31
2078	728.253.714,17	637.759.393,51	90.494.320,66	9.213.920.300,98
2079	731.814.046,60	629.530.015,08	102.284.031,52	9.316.204.332,50
2080	736.019.736,27	623.401.131,54	112.618.604,73	9.428.822.937,23
2081	741.831.851,93	622.883.443,85	118.948.408,08	9.547.771.345,30
2082	748.259.128,40	618.348.378,43	129.910.749,97	9.677.682.095,27
2083	756.342.010,53	609.602.252,34	146.739.758,19	9.824.421.853,46
2084	764.945.427,29	604.473.267,92	160.472.159,37	9.984.894.012,83
2085	775.160.602,28	596.724.418,63	178.436.183,65	10.163.330.196,48
2086	786.290.222,62	591.148.798,58	195.141.424,04	10.358.471.620,52

1. Projeção atuarial elaborada em 31/12/2011 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social – MPS.

2. Projeção elaborada de acordo com as orientações da Portaria nº 407 de 20/06/2011 da STN – Secretaria do Tesouro Nacional

3. Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

Data Base dos Dados da Avaliação	31/12/2011
Nº de Servidores Ativos	40.374
Folha Salarial Ativos	88.305.645,33
Idade Média de Ativos	44,7
Nº de Servidores Inativos	25.122
Folha dos Inativos	71.358.419,38
Idade Média de Inativos	59,9
Crescimento Real de Salários	3,00% a.a
Taxa Média de Inflação	Não considerada
Taxa de Crescimento do PIB	Não considerada
Taxa de Juros Real	6% aa Previdenciário e 0% aa Financeiro
Experiência de Mortalidade e Sobrevivência de Válidos e Inválidos	IBGE 2009 ambos os sexos
Experiência de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas
Gerações Futuras ou Novos Entrados	1 por 1

Fonte: ACTUARIAL – Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda